



ALTO DOURO E PICO

PAISAGENS CULTURAIS VINHATEIRAS

PATRIMÓNIO MUNDIAL

EM PERSPECTIVA MULTIFOCAL:

EXPERIMENTAÇÃO COMPARADA

COORDENAÇÃO
OTÍLIA LAGE

APRESENTAÇÃO
GASPAR MARTINS PEREIRA



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

ALTO DOURO E PICO
PAISAGENS CULTURAIS VINHATEIRAS
PATRIMÓNIO MUNDIAL
EM PERSPECTIVA MULTIFOCAL:
EXPERIMENTAÇÃO COMPARADA

COORDENAÇÃO
OTÍLIA LAGE

APRESENTAÇÃO
GASPAR MARTINS PEREIRA



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

APOIOS:

Comissão Nacional da UNESCO – MNE

ICOMOS/CCDRN – Unidade de Missão Douro (Vila Real)

Museu do Douro

Parque Natural da Ilha do Pico – Gabinete técnico da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico

Título: Alto Douro e Pico, paisagens culturais vinhateiras património mundial em perspectiva multifocal: experimentação comparada

Coordenação: Otilia Lage

Apresentação: Gaspar Martins Pereira

Design gráfico: Helena Lobo | www.hldesign.pt

Imagem da capa: Douro (esq.) – *O Douro visto da Quinta de Ventozelo*. Foto de Natália Fauvrelle, 2018;

Pico (dir.) – *A ilha do Pico e o reticulado dos currais*. Col. Gabinete Técnico do Centro de

Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico. Foto de Mónica Goulart, [2010].

Composição da capa: Luís Batalha

Paginação: Marta Sofia Costa

Compilação: Paula Montes Leal

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

ISBN: 978-989-8351-92-0

DOI: 10.21747/9789898351920/alt

Porto, outubro de 2018

Nota: Os artigos que integram estas atas são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
Gaspar Martins Pereira	
INTRODUÇÃO	7
Otília Lage	
PARTE I – CONFERÊNCIAS	10
Plano de Gestão e Monitorização do Alto Douro Vinhateiro (ADV)	11
Helena Teles	
As Paisagens Culturais no contexto da Rede de Património Mundial de Portugal	21
Maria de Lurdes Martins de Serpa Carvalho	
PARTE II – MORFOGÉNESE DA EXPRESSÃO DIFERENCIAL DESTAS REGIÕES VINHATEIRAS	37
Alto Douro e Pico – Territórios de Pedra, Territórios de vinha: como o relevo pode condicionar ou definir a cultura vínica (1850-1970)	38
Albano Viseu	
Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico	47
Manuel Paulino da Costa	
História Comparada e método comparativo historiográfico: problemáticas e propostas	62
Otília Lage	
PARTE III – HISTÓRIA DA VINHA E DO VINHO N(D)AS DUAS «PAISAGENS CULTURAIS»	74
O Douro e o vinho do Porto, entre a Regeneração e o Estado Novo	75
Carla Sequeira	
População e distribuição da propriedade na Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – o caso da Madalena e Criação Velha em finais do século XIX	83
Carlota Santos, Maria Hermínia Mesquita	
Paisagem da vinha do Pico – antes e depois da filoxera. Perspetiva económica e social	99
Maria Maciel	
Entre o Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha e os Symington Family Archives: Os documentos da Quinta do Vesúvio	112
Paula Montes Leal	
PARTE IV – MODALIDADES DE GESTÃO DOS BENS PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE	128
Alto Douro Vinhateiro e Ilha do Pico, duas zonas vinícolas. Novas Perspetivas Turísticas	129
Lídia Aguiar	

APRESENTAÇÃO

GASPAR MARTINS PEREIRA

Este *e-book* reúne o conjunto de comunicações apresentadas no *workshop* «Alto Douro e Ilha do Pico, paisagens vinhateiras culturais património mundial em perspectiva multifocal: experimentação comparada», promovido pelo CITCEM em 2017, cujo objectivo central foi o de cruzar, em perspectiva comparada, diferentes análises sobre esses dois territórios vitícolas, desde a produção histórica das respectivas paisagens até aos desafios decorrentes da sua classificação como Património Mundial pela UNESCO, em 2001 e 2004.

A realização deste encontro inscreve-se na estratégia que tem sido seguida pelo CITCEM, desde a sua fundação, em 2007, privilegiando o conhecimento transversal e pluridisciplinar dos patrimónios e memórias de diferentes territórios e culturas, que se traduzem na construção de identidades específicas e, simultaneamente, em recursos, materiais ou imateriais, que asseguram a sua sobrevivência na longa duração. Nesta perspectiva, valoriza a abordagem evolutiva, capaz de compreender a sobreposição de temporalidades múltiplas, mas fugindo do evolucionismo linear. Tradições, resistências e novidades, ora em continuidade ora em confronto, ou mesmo ruptura, podem ser vistas, assim, como diferentes pontos ou ângulos de fenómenos ou de processos sociais. Por outro lado, estimula a abordagem comparativa, que permite destacar singularidades, ganhar escala, do local ao universal, perceber os contextos e os sistemas de relações, que explicam a diversidade ou as similitudes, confrontar experiências de gestão e práticas de valorização, divulgação e fruição do património.

No caso do património vitivinícola, em que Portugal se destaca no panorama mundial pela grande variedade de tradições, tecnologias, paisagens e produtos, o Douro e a Ilha do Pico, com paisagens culturais singulares, classificadas como Património da Humanidade, têm merecido particular e continuada atenção por parte de vários investigadores do CITCEM, que vêm produzindo estudos significativos sobre esses territórios, em diversos domínios e temáticas, desde as populações às técnicas e culturas de produção, à evolução histórica, aos contextos económicos, institucionais e políticos ou aos sistemas de relações.

A realização deste encontro deve muito ao empenhamento da investigadora Otilia Lage, que tem vindo a desenvolver diversos estudos sobre a região do Douro, e que, assumindo a importância da investigação comparada, lançou o desafio deste debate entre os investigadores do CITCEM que

têm trabalhado sobre o Douro vinhateiro e sobre a Ilha do Pico. Ao debate, que se pretendeu aberto a técnicos e instituições que mais directamente trabalham com os patrimónios destas regiões vitícolas, associaram-se, como parceiros desta iniciativa, a Unidade de Missão do Douro, integrada na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, responsável pela gestão e monitorização da paisagem do Alto Douro Vinhateiro, e o Comité do Património Mundial, da Comissão Nacional da UNESCO, o Parque Natural da Ilha do Pico – Gabinete Técnico da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico e o Museu do Douro.

As conferências de abertura do *workshop* foram proferidas por Helena Teles, responsável pela Unidade de Missão do Douro, e por Maria de Lurdes Martins de Serpa Carvalho, perita do Comité do Património Mundial, a que se seguiram três painéis temáticos. O primeiro – *Morfogénese da expressão diferencial destas regiões vinhateiras* –, com comunicações de Albano Viseu, Manuel Paulino da Costa e Otilia Lage, visou destacar, comparativamente, as vicissitudes históricas da construção das paisagens vitícolas do Douro e do Pico. O segundo – *História da Vinha e do Vinho n(d)as duas «paisagens culturais»* –, com comunicações de Carla Sequeira, Carlota Santos e Maria Hermínia Mesquita, Maria Maciel e Paula Montes Leal, salientou aspectos específicos da história e dos patrimónios vitivinícolas dessas regiões. Finalmente, no terceiro painel – *Modalidades de Gestão dos Bens Património da Humanidade* –, Lúcia Aguiar trouxe para o debate a relação entre a gestão dos patrimónios do Alto Douro Vinhateiro e da Ilha do Pico e a sua fruição enquanto espaços de atractividade turística.

Ao publicar este *e-book*, em *open-access*, o CITCEM pretende partilhar com um público mais vasto as reflexões apresentadas e debatidas no *workshop*, a que se seguirão outros, com idênticos objectivos.

Porto, Março de 2018

INTRODUÇÃO

OTÍLIA LAGE

Este *workshop*, realizado no contexto institucional do CITCEM com programa supra, assume-se como um momento de encontro entre os interessados na temática abrangente das duas paisagens vinhateiras nacionais Património Mundial (Douro e Pico), adiante descritas, cuja observação se ensaia em perspetiva multifocal comparada.

Constitui um espaço de diálogo, debate, partilha de ideias e estabelecimento de pontes entre múltiplos aspetos de análise em torno de questões sócio-políticas e culturais transversais à história passada e recente destas duas paisagens vinhateiras tão relevantes como o território enquanto recurso, a preservação do património e os processos de patrimonialização, as dinâmicas e mudanças de vida das populações e comunidades e suas pertenças identitárias.

De algumas dessas dimensões apresentadas no painel de especialistas de abertura deste evento se faz eco o presente livro de atas que tem como pano de fundo a apresentação das conferências e comunicações produzidas no âmbito do *workshop*, visando contribuir para uma abordagem comparativa destes dois bens património da humanidade, unidades históricas multifacetadas que mantêm entre si, traços espaço-temporais de união e diferenciação e horizontes de desenvolvimento afins, singulares e ou partilháveis.

Para além disso, trata-se de um contributo relevante para o avanço mais sustentado de sub-projectos¹ em desenvolvimento, transversais aos Grupos de Investigação do CITCEM: «Memória, Património e Construção de Identidades e História das Populações», entretanto reestruturados num só à luz das novas orientações estratégicas do CITCEM para os anos (2019-2021).

As duas «paisagens culturais»² abordadas ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação, sob influência das condicionantes físicas e/ou possibilidades do seu ambiente natural e sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas.

¹ Identidades históricas e culturais da Vinha e Paisagem do Douro e do Pico (Açores), Sítios do Património Mundial de Portugal (estudo comparado de dinâmicas patrimoniais e turísticas) / G.I.: «Memória, Património e Construção de Identidades»; G.I.: «História das Populações»; Os trabalhos e os dias no Douro, Património Mundial. Estudo comparativo de quintas durien- ses em margens opostas do rio: Quinta da Alegria, Quinta da Coalheira (Carrazeda Ansiães) e Quinta do Vesúvio (Foz-Côa) / G.I.: «Memória, Património e Construção de Identidades».

² UNESCO, 1972.

O Alto Douro Vinhateiro (ADV), inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO (25ª sessão do Comité do Património Mundial, 14 de Dezembro de 2001) e classificado como Paisagem Cultural Evolutiva e Viva comporta e objetiva uma tripla dimensão: alcançar um bem que é do Mundo; atingir o objetivo da excelência; ambicionar a qualidade e a durabilidade. Conferem-lhe autenticidade e integridade os seguintes atributos (tangíveis e intangíveis) mais expressivos: valores naturais (geomorfologia e património natural) e valores culturais (dominância da cultura da vinha e tipologias de seu plantio, sistemas de armação do terreno, terraços, quintas casais e povoados, vias de acesso fluviais e terrestres e outros elementos patrimoniais) nos quais assenta excecionalidade da paisagem do ADV. São três as suas componentes de distinção: a antiguidade da região; os terraços; o cruzamento de culturas.

O ADV é a realidade mais representativa e melhor conservada da Região Demarcada do Douro (RDD), que é a mais antiga região vitícola demarcada e regulamentada do mundo. A superfície do ADV compreende 24.600 ha, cerca de um décimo do total da RDD com 250.000 ha. O ADV desenvolve-se ao longo das encostas do rio Douro e da parte terminal dos seus afluentes. A paisagem cultural do ADV é uma obra multissecular, de adaptação de técnicas e saberes específicos de cultivo da vinha para a produção de vinhos mundialmente reconhecidos, correspondentes às denominações de origem «Porto» e «Douro». É uma paisagem centrada na vitivinicultura e desenvolvida em condições morfológicas e ambientais extremas que, através do aperfeiçoamento das técnicas de valorização do espaço agrário, possibilitaram o cultivo da vinha em vertentes íngremes e pedregosas, recorrendo à construção de socalcos suportados por muros de xisto. A paisagem do ADV testemunha modos de organização da vinha de diferentes épocas históricas e que refletem saberes, técnicas, costumes, rituais e crenças tradicionais. Economia – Cultura – Paisagem constituem, no ADV, uma unidade inequívoca que a população construiu e interiorizou ao longo de séculos. O esforço coletivo, «sobre-humano» e monumental, é traduzido sensorialmente numa paisagem inconfundível, uma obra-prima de autor anónimo³.

A Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (segunda maior ilha dos Açores), foi reconhecida pela UNESCO em Julho de 2004, como Património da Humanidade. O valor paisagístico e histórico-cultural do património natural e edificado da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, aliada ao seu carácter único e universal, conduziu à sua inscrição, na lista de bens Património Mundial da UNESCO, como Paisagem Cultural, cumprindo com os critérios (III) e (V) – «ser testemunho único de uma tradição cultural e constituir exemplo distinto de uma paisagem representativa de uma cultura sob certa vulnerabilidade». A Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico constitui a parcela mais representativa e melhor conservada de toda a zona vitivinícola da ilha e inclui as suas áreas mais significativas e bem preservadas, mantendo vivas as características desta paisagem com um diversificado e valioso património⁴.

³ *Apud*. RAMOS & FONSECA, 2014: 9.

⁴ *Paisagem da Cultura da Vinha do Pico: Património Mundial*. Horta: Direção Regional do Ambiente dos Açores, 2017. Disponível em <<http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/vinhas-pico/PatrimonioCultural-Vinhas-do-Pico.pdf>>; TAVARES, 2001.

Com área total de 987 ha, envolvida por uma zona tampão de 1.924 ha, é composta por uma faixa de território que abrange parcialmente as costas Norte, Sul e Oeste da ilha, e inclui uma rede de longos muros de pedra paralelos à costa e que penetram em direção ao interior da ilha, e que foram construídos para proteger do vento e da água do mar as videiras, plantadas em milhares de pequenos recintos retangulares (currais). Tem como referência emblemática dois sítios: o Lajido da Criação Velha e o Lajido de Santa Luzia, campos de lava de grande riqueza e beleza natural e paisagística que são excelentes representações da arquitetura tradicional ligada à cultura da vinha, do desenho da paisagem e dos elementos naturais: diversidade faunística e florística associada a comunidades endémicas. Faz parte da «Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico» (PPIRCVIP), com uma área total de 3.078 hectares⁵.

BIBLIOGRAFIA

- GOVERNO DOS AÇORES/UNESCO (2014) — *Classificação do Governo Regional dos Açores de 1996*. In *Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico*. [S.l.: s.n.].
- Paisagem da Cultura da Vinha do Pico: Património Mundial* — Horta: Direção Regional do Ambiente dos Açores, 2017. Disponível em <<http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/vinhas-pico/PatrimonioCultural-Vinhas-do-Pico.pdf>>.
- RAMOS, Graça; FONSECA, Célia — *Interpretação do Significado de Paisagem Cultural: O valor da chancela UNESCO no caso do Alto Douro Vinhateiro*. In *Seminário Alto Douro Vinhateiro: Território de Ciência e Cultura*. Disponível em <http://www.ccdrn.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/missaodouro/significado_paisagemcultural_valor_da_chancela_unesco.pdf>.
- TAVARES, Armanda Matias *et. al.* (2001) — *Paisagem da cultura da vinha da Ilha do Pico: candidatura a património mundial / Landscape of the Pico Island vineyard culture: candidature to world heritage*. Horta: Secretaria Regional do Ambiente.
- UNESCO (1972) — *Convenção para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris: [s.n.]. Disponível em <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>.

⁵ *Apud* GOVERNO DOS AÇORES/UNESCO, 2014.

PARTE I
CONFERÊNCIAS

PLANO DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DO ALTO DOURO VINHATEIRO (ADV)

HELENA TELES*

Resumo: Ao nível do Sistema de Gestão implementado com a publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 4/2014 de 10 de janeiro determinou que a missão de proteger, conservar e valorizar, bem como divulgar e promover a «Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva do Alto Douro Vinhateiro» passaria a ser diretamente prosseguida pela CCDRN, numa opção do Estado Membro que levou ao desenho de um sistema de gestão adequado às necessidades do território, na sua complexidade física e institucional e que fossa ainda ao encontro das determinações da UNESCO.

Palavras-chave: Paisagem Cultural do Alto Douro Vinhateiro; CCDRN; Gestão integrada de proximidade e monitorização; Biofísica e história da paisagem e território.

Abstract: At the level of the Management System implemented with the publication of the Resolution of the Council of Ministers nr. 4/2014 of January 10 determined that the mission of protecting, conserving and valuing, as well as publicizing and promoting the «Living and Evolutionary Cultural Landscape of the Alto Douro Vinhateiro» would be directly pursued by CCDRN, at the option of the Member State that led to the design of a management system that is adequate to the needs of the territory, in its physical and institutional complexity, and which is also in line with the determinations of UNESCO.

* Chefe da Estrutura Sub-regional de Vila Real da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte/Missão Douro.

Keywords: Alto Douro Vinhateiro Cultural Landscape; CCDRN; Integrated proximity management and monitoring; Biophysics and history of landscape and territory.

NOTA PRÉVIA: ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Neste âmbito destacar-se-á o papel do Gabinete Técnico Missão Douro, corpo operacional, próximo do território e dos 2 órgãos consultivos que apoiam o Gestor do Alto Douro Vinhateiro e Presidente da CCDRN, O Conselho Consultivo constituído por 50 entidades públicas e privadas, representativas dos diferentes setores de atividade; e o Grupo Coordenador Permanente, integrando as principais entidades com responsabilidade de gestão. Este sistema de gestão contempla um Modelo de Monitorização alargado, tendo por base indicadores específicos, sustentado por uma base de dados geográficos, onde os processos em gestão são georreferenciados, o que nos tem permitido mapear as alterações à ocupação do solo, informação complementada e validada através de visitas de campo regulares. Por outro lado, a análise comparativa desta informação, conjugada com os dados de natureza estatística, obtidos juntos das entidades parceiras e INE, resultam numa visão integrada sobre as dinâmicas do território. Este modelo assenta em quatro dimensões de monitorização:

- a) Monitorização dos processos da tutela – expressão e impacto territorial dos processos aprovados e autorizados ao nível da edificabilidade, uso do solo, indústrias, energia, turismo, vias de comunicação entre outras tipologias;
- b) Monitorização das atividades económicas – expressão territorial das atividades associadas à cultura dominante da vinha e do vinho, ao turismo, à exploração de recursos entre outras atividades geradores de impactos;
- c) Monitorização da comunicação – expressão dos modelos e meios de comunicação interna e externa adotados para interação intra/interinstitucional, com a sociedade civil e respetivos *stakeholders*, com outras instituições, por exemplo, pares da gestão de Sítios da Lista do Património Mundial (Rede) e ainda a UNESCO/ICOMOS;
- d) Monitorização da paisagem do ADV – abordagem centrada na análise da estrutura, composição e funcionamento da paisagem em diferentes escalas.

O modelo global de monitorização teve ainda em linha de conta o proposto pelo Estudo de Avaliação do Bem, no sentido de se aumentar o número de paisagens de referência de 4 (conforme estudo de suporte à candidatura do ADV em 2001) para 10, sendo que, efetivamente a monitorização se faz para toda a área do ADV e RDD.

No que se refere à gestão efetiva do território, tendo em conta as competências da CCDRN e do Gabinete Técnico Missão Douro, no âmbito do Ordenamento do Território, Ambiente e Monitorização, todo o trabalho desenvolvido concorre para a manutenção e atualização do processo de monitorização.

Com efeito, esta dupla valia resulta numa boa prática permitindo uma gestão integrada e concertada, de proximidade, pró-ativa e preventiva, capaz de conciliar as preocupações de preservação e salvaguarda do Património Classificado, mas ao mesmo tempo promover a implementação de proje-

tos e intervenções necessárias ao desenvolvimento económico e social da região, monitorizando-os num contexto alargado ao ADV e respetiva ZEP.

Poder-se-á ainda dar uma perspetiva sobre a forma como o ADVPM se organizou, no sentido de se tornar um destino turístico sustentável, na perspetiva da *purple economy*, apresentando algumas boas práticas adotadas pelo seu tecido institucional e empresarial, nomeadamente o estabelecimento de parcerias, redes e rotas, no sentido de ganhar escala e competitividade, ultrapassando as barreiras físicas e organizacionais que caracterizam os territórios de baixa densidade, potenciando a globalização dos seus valores endógenos e o seu património.

DESENVOLVIMENTO: VALORES NATURAIS, HISTÓRICOS, IDENTITÁRIOS E PATRIMONIAIS DO ADV

Cumprir, em primeiro lugar, um agradecimento ao CITCEM, em particular à Sr.^a Professora Doutora Otília Lage, pelo convite formulado que resultou na possibilidade de estarmos presentes neste *workshop*, trazendo a nossa experiência no âmbito da gestão e monitorização do Alto Douro Vinhateiro, Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva.

Não obstante se tratar de duas paisagens vinhateiras classificadas como Património Mundial, a Ilha do Pico e o Alto Douro representam duas realidades distintas, pretendendo-se que esta comunicação resulte num contributo válido para uma abordagem comparada, uma aprendizagem baseada na troca de experiências e conhecimentos, relevante para todos os intervenientes, não só para os investigadores, gestores e técnicos, mas para todos os que são chamados a participar no desenvolvimento, sustentável e coeso, dos territórios em questão.

A área delimitada como Património Mundial e respetiva Zona Especial de Proteção e a abrangência do sistema de gestão e monitorização que têm vindo a ser implementados exigem um esforço de síntese, quando se trata de abordar o tema num espaço de tempo limitado pelo que, esta comunicação foi preparada com o objetivo de focar, ainda que de forma sintética dois pontos-chave: as características biofísicas e os aspetos históricos traduzidos na singularidade da paisagem, que conferem Valor Universal Excecional ao Alto Douro Vinhateiro, numa primeira parte; depois, numa segunda parte, o enquadramento institucional do sistema de gestão e monitorização e a forma adaptativa, integrada e efetiva como permite acompanhar as suas dinâmicas territoriais do Bem.

No interior norte do país, o ADV é um dos 15 Sítios Nacionais Património da Humanidade e, os seus 24.600 ha constituem a mancha mais representativa e bem preservada da Região Demarcada do Douro (RDD), a mais antiga região vinhateira delimitada do mundo, que se estende pela bacia hidrográfica do Rio Douro, entre Barqueiros e Barca d'Alva, ocupando uma área total de 250.000 ha, que correspondem à sua Zona Especial de Proteção (ZEP).

Neste território interagem múltiplos interlocutores públicos e privados, salientando-se que a área classificada abrange 13 municípios, passando a 19 se considerarmos toda a zona tampão, facto que levou à conceção de um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV), compromisso assumido pelo Estado Português, em sede de classificação,

tendo em vista a sua salvaguarda e valorização. Com efeito, o grande desafio no que à gestão deste território respeita, prende-se com a necessidade de assegurar as funções agrícolas e ambientais da paisagem, compatibilizando a preservação do património com as dinâmicas de inovação e modernização dos sistemas de cultivo.

À luz desta dualidade, a gestão e monitorização do território têm sempre em linha de conta, não só os valores naturais, históricos, identitários e patrimoniais do ADV e de toda a RDD, como também as necessidades e anseios dos vitivinicultores e demais agentes produtivos, construtores diários de uma paisagem singular.

Das características biofísicas do território destaca-se o facto de o rio Douro ter entalhado o seu vale entre rochas metamórficas, especialmente xistos, surgindo apenas nas regiões periféricas da RDD as primeiras manchas graníticas. As vertentes abruptas do rio e dos seus afluentes obrigaram a um enorme esforço de modelação do terreno para adaptação dos sistemas de cultivo.

Por outro lado, os conjuntos montanhosos de Montemuro e do Marão-Alvão constituem uma eficaz barreira à influência do Atlântico, impedindo que os ventos húmidos exerçam uma ação direta nos valores de precipitação, sendo que a precipitação média anual regista um decréscimo de jusante para montante.

Já no que respeita à temperatura média anual há um forte gradiente térmico de ocidente para oriente. A irregularidade do regime pluvioso, típica dos climas mediterrânicos, traduz-se em longos períodos de seca estival, com fortes amplitudes térmicas onde as temperaturas máximas atingem os 45° C no verão e valores negativos no inverno.

No entanto, são as características do solo e os declives que mais condicionam a distribuição de culturas e determinam a sistematização e armação do terreno das vinhas.

A biodiversidade é outro fator diferenciador da riqueza patrimonial duriense. Fauna e flora coexistem numa exuberância de espécies que apelam ao contacto com a natureza, à prática de atividades como percursos pedestres, pesca desportiva, *birdwhatching*, mas que na realidade se revelam fundamentais para o equilíbrio dos ecossistemas. A cegonha-preta, o abutre do Egito, a águia-real, a águia de *Bonelli*, o falcão-peregrino, gralha-de-bico-vermelho, o bufo-real, o grifo, o andorinhão-real, o melro-azul, o milhafre-real, o açor, são facilmente observáveis sobrevoando as proximidades do rio, onde as vertentes mais abruptas, com as suas manchas de vegetação rupícola constituem abrigos privilegiados para a nidificação. O lobo, o corço, o gato-bravo, a lontra, o rato de *Cabrera*, o javali, o morcego e a víbora-cornuda, são espécies que, em terra, constituem motivos de particular interesse faunístico.

Por outro lado, o coberto vegetal natural do vale do Douro, constituído por bosques e manchas de matos mediterrânicos, integra um património extremamente variado, quer arbóreo (sobreiros, azinheiras, zimbros, carrasco) quer arbustivo (medronheiros, estevas, pilriteiros, troviscos, rosmaninhos, tomilhos...), muitas vezes instalados nos tradicionais mortórios, cuja preservação assume um carácter prioritário, garantindo a diversidade e o equilíbrio paisagístico e ecológico da região.

Os critérios que levaram à classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património da Humanidade remetem para a evolução histórica da atividade vitivinícola na região e para a forma como esta se reflete na complexidade da paisagem humanizada.

Com efeito, a região do Douro é uma das mais importantes e antigas regiões demarcadas do mundo, e embora os vestígios arqueológicos comprovem a ocupação megalítica, cuja representação mais significativa se encontra no Parque Arqueológico do Vale do Côa, os primeiros indícios da cultura da vinha surgem no período da ocupação romana.

O desenvolvimento da viticultura no Vale do Douro data do séc. XII, a partir da independência de Portugal, expandindo-se depois nos séculos XIII e XIV, com a produção dos primeiros vinhos de excelência, conhecidos como *vinhos cheirantes de Lamego* destinados à comercialização e exportação. Este incremento na qualidade do vinho durante a idade média ficou a dever-se em grande parte, à fixação e ao trabalho das ordens religiosas, em particular a ordem monástica de Cister.

A primeira referência à denominação *Vinho do Porto* para o vinho do Douro surge apenas em meados do séc. XVII, período marcado pelas fortes divergências políticas entre a França e a Inglaterra, o que condicionou o comércio do vinho então produzido, culminando com a celebração do Tratado de Methuen em 1703.

Em 1756, o Ministro do Rei D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, cria a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, procedendo à primeira delimitação da Região Demarcada do Douro.

É a partir dos finais do séc. XVIII, com a melhoria das acessibilidades da via fluvial, nomeadamente com a abertura do Cachão da Valeira à navegação e posteriormente com a chegada do caminho-de-ferro a Barca d'Alva, que se verifica uma expansão efetiva da cultura da vinha para o Douro Superior, já em pleno séc. XIX.

Este novo ciclo na organização do território do Douro foi condicionado pelo aparecimento das doenças fitossanitárias que atingiram as vinhas do Baixo e Cima Corgo, em particular o oídio em 1851, e a filoxera que surge pela primeira vez em 1868, com um efeito devastador, não só pela rapidez de propagação mas sobretudo pela extensão territorial abrangida.

Desta época emerge a figura marcante de D.^a Antónia Adelaide Ferreira, a Ferreirinha, que depois de se deslocar a Inglaterra onde se informara sobre os meios mais modernos e eficazes para combater a praga, adotou processos mais sofisticados de produção do vinho, recuperando propriedades devastadas e investindo em novas plantações. Considerada uma mulher visionária lutou sempre pelos mais necessitados e pelas suas causas. Símbolo de empreendedorismo, de altruísmo e de generosidade, esta mulher determinada e corajosa construiu um enorme império ao longo do séc. XIX.

Na história recente desta região, a filoxera foi um dos principais agentes de transformação da paisagem e da socioeconomia, causando enormes perdas aos vitivincultores que se viram forçados a vender e abandonar as suas propriedades, deixando para trás um importante legado – os mortórios.

A identidade da paisagem resulta assim da conjugação das suas características naturais e das condições morfológicas, geológicas e climáticas com o esforço contínuo de apropriação e de utilização do solo em função das necessidades de produção ao longo da história.

A Região Demarcada do Douro constitui uma narrativa viva da sua história, refletindo a ação do Homem sobre a Natureza numa evolução singular que se traduz na especificidade de cada uma das suas sub-regiões: o Baixo Corgo, o Cima Corgo e Douro Superior.

A primeira regista a maior quantidade de muros de pedra posta, as melhores condições climáticas e morfológicas para a cultura da vinha, o que se traduz numa paisagem compartimentada, de pequenas propriedades, marcada pela extensa presença de vinha e do olival em bordadura. O Cima Corgo apresenta um relevo mais acidentado, no entanto, é aí que se concentra a maior quantidade de Quintas. No Douro Superior a prática da vitivinicultura é mais recente e vocacionada para os vinhos de mesa, surge associada à exploração do olival e do amendoal. Nesta sub-região, em resultado dos grandes investimentos privados, as propriedades são de maior dimensão.

A conjugação de todos estes fatores resulta, em termos paisagísticos, numa espécie de mosaico, e são inúmeros os elementos que contribuem para a sua policromia e heterogeneidade, nomeadamente as matas e manchas de matos mediterrânicos, estruturas arbóreo-arbustivas que constituem reservas de elevada diversidade e habitats para inúmeras espécies de aves. Estas têm um papel fundamental na consolidação das vertentes e na recarga dos aquíferos. Também as galerias ripícolas e rupícolas são determinantes para a manutenção da biodiversidade. Outro dos fatores identitários desta paisagem é a alternância de culturas, com efeito, a oliveira é utilizada nas duas regiões do Corgo especialmente como bordadura constituindo um elemento enriquecedor da paisagem, mas tem maior expressão na região do Douro Superior, esta com características mais próximas da Terra Quente, onde também a amendoeira encontra terreno propício, contribuindo significativamente para a valorização de um importante produto turístico – A Rota das Amendoeiras em Flor. As hortas e os citrinos predominam nas várzeas dos rios nomeadamente em Barca d’Alva, Foz do Tua ou Pala. Na generalidade, a fruticultura, em particular de cerejeiras, macieiras e pereiras, surge em complemento da cultura da vinha, com relevância crescente no que toca por exemplo à sua transformação, com azeite e frutos secos de elevadíssima qualidade.

Os pequenos povoados de aldeias e vilas dão um colorido disperso à paisagem, sobressaindo do edificado alguns solares setecentistas de elevado valor arquitetónico. No entanto, a quinta do Douro é a unidade de exploração agrícola mais emblemática da vitivinicultura, integrando a casa de habitação e as demais estruturas de apoio à atividade agrícola com destaque para as adegas e lagares e outras construções vernaculares que se espalham pela propriedade. São igualmente visíveis os elementos religiosos, edifícios e locais de culto como S. Leonardo de Galafura ou S. Salvador do Mundo que ao mesmo tempo proporcionam miradouros privilegiados para fruição da paisagem. Por último, destacam-se os muros, construídos em pedra posta de xisto, obedecendo a técnicas de construção tradicionais, elementos identitários e constantes na paisagem, que ao longo de séculos permitiram sustentar os socos de solo xistoso, conquistados à encosta para plantação da vinha. De igual forma, as hortas e pomares murados são exemplos de alguma raridade, sobretudo pela originalidade das formas.

A antiguidade da cultura da vinha e as componentes únicas e identitárias representativas desta atividade sustentaram a sua inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO, em 14 de dezembro de 2001, com a categoria de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva, encerrando uma herança coletiva multissécular associada à cultura da vinha e do vinho, cujos critérios de classificação poderão ser assim interpretados:

Critério iii – O ADV produz vinho desde há cerca de dois mil anos a sua paisagem foi moldada pelas atividades humanas:

Com efeito, o ADV evidencia a produção de vinho desde o período romano, atividade posteriormente incrementada pelas ordens religiosas de Cister. A demarcação pombalina em 1776, foi um marco determinante na produção do Vinho do Porto. A filoxera, praga que dizimou a região, provocou uma forte transformação da paisagem, onde os *mortórios* alternam com novos socalcos de vinha, outras culturas, bordaduras de oliveiras, matos e matas mediterrânicas.

Critério iv – As componentes da paisagem do ADV são representativas do completo leque de atividades associadas à produção vitivinícola – socalcos, quintas, aglomerados, capelas e vias de comunicação:

Dos elementos desta a paisagem humanizada, destacam-se os povoados, num colorido disperso de onde sobressaem edifícios e monumentos de valor arquitetónico; as quintas como unidades de exploração agrícola tradicionais, englobando a casa de habitação, adegas, lagares e outras construções vernaculares; edifícios religiosos e locais de culto que proporcionam pontos privilegiados para observação da paisagem.

Critério v – A paisagem cultural do ADV constitui um excepcional exemplo de uma região vitivinícola tradicional europeia, refletindo a evolução desta atividade humana através do tempo:

Espelhando o contexto evolutivo desta relação do homem com a natureza, o ADV constitui um exemplo excepcional de região vitivinícola tradicional europeia, pela sua extensão, história, diversidade de castas, *terroir* único garante de vinhos mundialmente reconhecidos, nas denominações de origem «Porto» e «Douro».

A sustentabilidade do Valor Universal excepcional desta paisagem classificada, implica salvaguardar as condições de integridade e autenticidades dos valores intrínsecos aos critérios de classificação, assegurando os requisitos necessários de proteção e gestão à luz do referencial da UNESCO enquadrando o sistema de gestão no panorama orgânico e institucional do estado português.

Assim, dando cumprimento ao compromisso assumido pelo Estado Português foi elaborado o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro – PIOTADV, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/03 de 22 de Setembro com o intuito de proteger o bem classificado pela UNESCO e de garantir a manutenção das condições que lhe conferem o valor excepcional e estabelece uma estratégia intermunicipal para a salvaguarda e a valorização da Paisagem Cultural Evolutiva Viva do Alto Douro Vinhateiro. Este plano abrange 13 Municípios: Alijó, Armamar, Carraceda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real e incide sobre a regulamentação das práticas agrícolas e das restantes intervenções no solo rural, com destaque para a viticultura e a olivicultura.

Numa fase posterior, em sede de avaliação e reporte sobre o estado de conservação do Bem, a publicação da Resolução Conselho de Ministros n.º 4/2014 de 10 de janeiro estabeleceu o Sistema de Gestão do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade, determinando que a missão de proteger, conservar e valorizar, bem como divulgar e promover a Paisagem Cultural Evolutiva e Viva do Alto Douro Vinhateiro, passaria a ser diretamente prosseguida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), tendo sido criado o Gabinete Técnico Missão Douro, integrado e na dependência da Estrutura Sub-Regional de Vila Real (ESRVR), competindo-lhe prestar apoio técnico ao Presidente da CCDR-N e Gestor do Bem. Este sistema de gestão contempla ainda a existência de dois órgãos consultivos: o Grupo Coordenador Permanente que integra entidades públicas com responsabilidade na gestão do território como a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, a Direção Regional da Cultura, o Turismo de Portugal, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial e o Turismo do Porto e Norte; e o Conselho Consultivo que dá voz das cerca de 50 entidades públicas e privadas, representativas dos diferentes setores de atividade, com *inputs* muito significativos quanto às dinâmicas da região.

O modelo de monitorização, que faz parte integrante do sistema de gestão, foi desenhado para fazer face às características e exigências do território, tendo por base indicadores específicos para cada uma das quatro componentes definidas:

- Monitorização dos processos da tutela – expressão e impacto territorial dos processos aprovados e autorizados ao nível da edificabilidade, uso do solo, indústrias, energia, turismo, comunicações entre outras tipologias;
- Monitorização das atividades económicas – expressão territorial das atividades associadas à cultura dominante da vinha e do vinho, ao turismo, à exploração de recursos entre outras atividades geradores de impactos;
- Monitorização da comunicação – expressão dos modelos e meios de comunicação interna e externa adotados para interação intra/interinstitucional, com a sociedade civil e respetivos *stakeholders*, com outras instituições, por exemplo, pares da gestão de Sítios da Lista do Património Mundial (Rede) e ainda a UNESCO/ICOMOS;
- Monitorização das paisagens – abordagem centrada na análise da estrutura, composição e funcionamento da paisagem em diferentes escalas.

Este trabalho é sustentado por uma base de dados geográficos, onde os processos em gestão são georreferenciados, permitindo mapear as alterações à ocupação do solo, informação complementada e validada através de visitas de campo regulares. Por outro lado, a análise comparativa desta informação, conjugada com os dados de natureza estatística, obtidos juntos das entidades parceiras e INE, resultam numa visão integrada sobre as dinâmicas do território. A sistematização destas alterações tem sido imprescindível na avaliação quanto à sua compatibilidade com os critérios de classificação do ADV Património Mundial bem como na elaboração documentação de reporte, nomeadamente à UNESCO.

A complexidade do território do ADV e respetiva ZEP tem exigido às inúmeras entidades, com responsabilidade de gestão, um olhar atento, integrado e complementar sobre as intervenções levadas a cabo nos últimos anos, face às políticas de apoio ao investimento, designadamente no setor

da vitivinicultura, o que, se por um lado tem potenciado o aparecimento de vinhas novas, tem, por outro, permitido a recuperação dos muros tradicionais, do património vernacular e a preservação das tradicionais vinhas em socalco. A monitorização impõe-se assim em toda a RDD, não obstante, se terem definido, na globalidade 10 paisagem de referência incluindo as 4 paisagens estudadas em sede de candidatura à UNESCO, em 2000. Tendo em conta a extensa área de 24.600 ha do ADV, as paisagens de referência têm cada uma, uma área aproximada de 500 ha e a sua identificação teve em linha de conta 3 critérios: por um lado, e tal como referido, a manutenção das paisagens de referência estudadas e apresentados no dossiê de candidatura do ADV a Património Mundial (UTAD, 2000), estratégia pertinente para o conhecimento mais aturado sobre alterações registadas num intervalo de tempo mais amplo; por outro, a sua localização nos principais afluentes do Rio Douro enquanto áreas de amostragem mais representativas face às especificidades que compõem cada bacia hidrográfica, nomeadamente quanto à inclinação das vertentes e uso do solo, microclimas, disposição dos aglomerados urbanos entre outras características que no seu conjunto permitem caracterizar o ADV, por último a representatividade das unidades de paisagem atendendo aos atributos descritos no PIOTADV.

Assim as paisagens de referência são: Vale do Rio Corgo, Chanceleiros, Vale do Rio Torto, Vale de Figueira (quatro paisagens iniciais) e ainda Oliveira, Vale do Rio Távora, Vale do Rio Pinhão, Foz Tua e Freixo de Numão.

A componente Paisagem é a que tem colocado maiores desafios tendo sido definidos um conjunto de indicadores muito finos para monitorização que incluem por exemplo a área de vinha reconvertida, os socalcos, os patamares, a vinha ao alto, a vinha sem armação, a área de olival, a área de amendoal, a área ocupada por outras culturas, a existência de bordaduras, os pomares de citrinos, os mortórios, a reconstrução e construção de muros tradicionais do Douro, as manchas de matos, matas, povoamentos florestais e galeria ripícola, a preservação e valorização do edificado, entre outros elementos patrimoniais.

Com efeito, a gestão efetiva e diária do território, tendo em conta as competências da CCDRN e do Gabinete Técnico Missão Douro, no âmbito do Ordenamento do Território, Ambiente, Paisagem e Monitorização, a proximidade com o território e a existência de uma equipa de trabalho pluridisciplinar, resulta num trabalho que concorre para a manutenção e atualização do processo de monitorização. Esta dupla valia resulta numa boa prática, permitindo uma gestão integrada e concertada, de proximidade, pró-ativa e preventiva, capaz de conciliar as preocupações de preservação e salvaguarda do Património Classificado, mas ao mesmo tempo promover a implementação de projetos e intervenções necessárias ao desenvolvimento económico e social da região, monitorizando-os num contexto alargado ao ADV e respetiva ZEP.

A concertação e a articulação com as demais entidades públicas e privadas associadas aos desígnios do território têm permitido acompanhar as suas dinâmicas, percebendo a forma como este se organizou, no sentido de se tornar um destino turístico sustentável, na perspetiva da *purple economy*, conhecendo e divulgando as boas práticas adotadas pelo seu tecido institucional e empresarial, nomeadamente o estabelecimento de parcerias, redes e rotas, no sentido de ganhar escala e competitividade, ultrapassando as barreiras físicas e organizacionais que caracterizam os territórios de baixa

densidade, potenciando a globalização dos seus valores endógenos e o seu património.

Por último, importa acrescentar que este é um desafio em contínuo, para o qual muito têm contribuído as aprendizagens e a troca de experiências proporcionadas pelos diferentes certames culturais, técnicos e científicos em que a equipa de trabalho e gestores têm participado.

Refere-se ainda que parte do trabalho desenvolvido pela Missão Douro se encontra disponibilizado no site oficial da CCDRN, no respetivo separador institucional.

Estaremos sempre disponíveis para colaborar no aprofundar de conhecimentos, na partilha de boas práticas, na consolidação das melhores relações profissionais e institucionais.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Fernando Bianchi de (1987) — *Cultura da vinha em terrenos de encosta: alternativas para a sua implantação*. Vila Real: Departamento de Fitotecnia e Engenharia Rural, UTAD.
- Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: Fundação Rei Afonso Henriques, 2000.
- MADUREIRA, Livia (2004) — *Valoração económica do ambiente*. In «Seminário Agricultura, Competitividade e Ambiente» realizado no Instituto Superior de Agronomia. Vila Real: UTAD.
- MAGALHÃES, António José T. (2003) — *Plantação de uma vinha no Douro*. Comunicação no Seminário «Instalação da Vinha». Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro.
- MAGALHÃES, António J. T.; The Fladgate Partnership (2005) — *Controlo da Erosão em Vinhas de Encosta, o exemplo do Douro*. In «Simpósio Vitivinícola do Norte de Portugal». Vairão: [s. n.].
- PEDROSA, António de Sousa; MARTINS, Márcio; PEDROSA, Fantina Tedim (2004) — *Processos de erosão acelerada. Região Demarcada do Douro um património em risco*. «Douro – Estudos & Documentos», n.º 17. Porto: GEHVID, p. 207-232.
- AGUIAR, Fernando Bianchi de, et al., coord. — *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro*. Elaborado por equipa técnica, coordenada por Fernando Bianchi de Aguiar, Teresa Andresen, Jorge Dias, Pedro Sousa e Silva. Vila Real: UTAD.
- RIBEIRO, José Alves — *O Alto Douro Vinhateiro e a gestão da sua paisagem agrária*. 1º Congresso de Estudos Rurais – Ambiente e Usos do Território. Vila Real: Departamento de protecção de plantas, UTAD.

OUTRAS FONTES

- <<http://www.ccdr-n.pt/>>.
- <<https://en.unesco.org/>>.
- <<https://www.ivdp.pt/>>.
- <<https://www.rpmp.pt/>>.
- <<https://www.rpmp.pt/repositorio>>.

Nota: Este artigo segue o novo acordo ortográfico.

AS PAISAGENS CULTURAIS NO CONTEXTO DA REDE DE PATRIMÓNIO MUNDIAL DE PORTUGAL

MARIA DE LURDES MARTINS DE SERPA CARVALHO*

Resumo: A Convenção para a Proteção do Património Mundial, 1972 define o enquadramento desta comunicação pelo que se aborda a sua aplicação em Portugal e com destaque para a Rede de Património Mundial de Portugal. A definição e a evolução do conceito de paisagem cultural no âmbito da Convenção do Património Mundial (1972) são discutidas associada ao histórico de designação das paisagens culturais, a nível mundial, bem como a distribuição regional destes bens património mundial. Ao nível europeu, trata-se de paisagens culturais com ênfase para as paisagens vinhateiras e, por último destacam-se os atributos, autenticidade e integridade e o Valor Universal Excepcional das paisagens culturais nacionais.

Palavras-chave: Convenção para a Proteção do Património Mundial (1972); Rede de Património Mundial de Portugal; Valor Universal Excepcional das paisagens culturais nacionais; Paisagens vinhateiras europeias Património Mundial.

Abstract: The Convention for the protection of world heritage, 1972 sets the framework for this communication that therefore addresses the implementation in Portugal and especially the Portuguese World Heritage Network. The definition and evolution of the concept of cultural landscape in the context of the World Heritage Convention (1972) are discussed associated with the history of the designation of cultural landscapes worldwide, as well as the regional distribution of these world heritage assets. At European level, the cultural landscapes with empha-

* Perita no Comité do Património Mundial – Comissão Nacional da UNESCO.

sis on vineyard landscapes will be approached and finally, presented the attributes, authenticity and integrity and the Outstanding Universal Value of Portuguese cultural landscapes.

Keywords: Convention for the Protection of the World Heritage (1972); Portuguese World Heritage Network; Exceptional Universal Value of national cultural landscapes; World Heritage european vineyards landscapes.



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization



Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO



PATRIMÓNIO MUNDIAL
WORLD HERITAGE • PATRIMONE MONDIALE



REDE DO
PATRIMÓNIO
MUNDIAL
DE PORTUGAL

**Workshop “Alto Douro e Ilha do Pico, paisagens
vinhateiras culturais património mundial em
perspetiva multifocal:
experimentação comparada”**

FLUP

Lurdes Serpa Carvalho, 13 out 2017

1



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO

UNESCO


Organização das Nações Unidas para a **E**ducação, **C**iência e **C**ultura
Agência especializada da Organização das Nações Unidas

Fundada na sequência da II Guerra Mundial **195** Estados Membros




*Nascendo as guerras no espírito dos Homens é no espírito dos Homens que
devem ser erguidos os baluartes da Paz,*
In Ato Constitutivo UNESCO


2



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO

Portugal na UNESCO

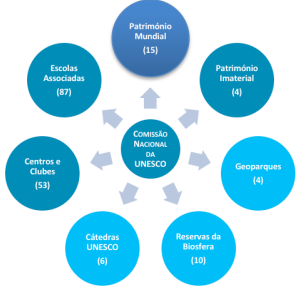


The timeline shows the following events:

- 1965**: Adesão (Accession)
- 1972**: Retirou-se (Withdrawal)
- 1974**: Adesão (Accession)
- 1975**: Missão de Portugal junto da UNESCO (Mission of Portugal to UNESCO)
- 1995**: Comissão Nacional da UNESCO (National Commission for UNESCO)

Comissões Nacionais da UNESCO


- Especificidade: A UNESCO é a única agência especializada das NU a prever rede global de comissões nacionais; Obrigação que resulta do Ato Constitutivo da UNESCO; Atualmente há 199 Comissões Nacionais da UNESCO no Mundo.
- São organismos de consulta, ligação e de informação;
- Mobilizam e estabelecem parcerias com a sociedade civil;
- Contribuem para a implementação do programa da UNESCO;
- Devem atuar como “pontos de encontro” e “pontes de ligação”.



The diagram shows the following categories and counts:

- Património Mundial (15)
- Património Imaterial (4)
- Geoparques (4)
- Reservas da Biosfera (10)
- Catedras UNESCO (6)
- Centros e Clubes (53)
- Escolas Associadas (87)
- Comissão Nacional da UNESCO

3



Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO

Sectores

Educação

Ciências [Naturais e Sociais]

Cultura

Comunicação / Informação

Objetivos orientadores:

- Cultura de Paz
- Desenvolvimento sustentável

Prioridades transversais:


- África
- Igualdade de género

Grupos prioritários:

- Juventude
- Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento
- Países menos desenvolvidos

Princípios
Res. 104 38ª Conferencia Geral (2016)

Destaque para:
Contribuir para Agenda 2030 Desenvolvimento Sustentável
(17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas)



4



Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO



Temas

- Educação para o século XXI
- Promover a liberdade de expressão
- Proteger o nosso património, promover a criatividade
- Aprender a viver juntos
- Construindo sociedades do conhecimento
- Um Planeta, um Oceano
- Ciência para um futuro sustentável



5



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO





REDE DO
PATRIMÓNIO
MUNDIAL
DE PORTUGAL

As paisagens culturais no contexto da Rede de Património Mundial de Portugal

- Convenção para a Proteção do Património Mundial, 1972 - **Aplicação em Portugal**
- **Definição e evolução do conceito de paisagem cultural no âmbito da Convenção**
- **Histórico de designação de paisagens culturais**
- **Distribuição regional de paisagens culturais**
- **Nível europeu**
- **Paisagens vinhateiras**
- **Atributos e VUE das Paisagens Culturais Nacionais**



2017
ANO INTERNACIONAL
DO TURISMO SUSTENTÁVEL
PARA O DESENVOLVIMENTO



11 SUSTAINABLE CITIES AND COMMUNITIES
4 QUALITY EDUCATION
HERITAGE DRIVER ENABLER OF SUSTAINABILITY



6



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO





REDE DO
PATRIMÓNIO
MUNDIAL
DE PORTUGAL

Convenção para a Proteção do Património Mundial, 1972

1972: Adoção da Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural pela Conferência Geral da UNESCO

Reconhece que alguns lugares na Terra têm um valor universal excecional (VUE) e devem fazer parte do Património comum da Humanidade.

1980: Portugal ratificou a Convenção

Estados Parte: 193




OUTSTANDING UNIVERSAL VALUE

CRITERIA INTEGRITY (Authenticity) MANAGEMENT




11 SUSTAINABLE CITIES AND COMMUNITIES
4 QUALITY EDUCATION
HERITAGE DRIVER ENABLER OF SUSTAINABILITY


7



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

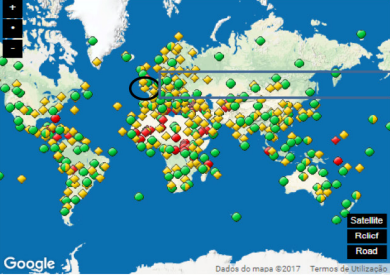
Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO





REDE DO
PATRIMÓNIO
MUNDIAL
DE PORTUGAL

Convenção para a Proteção do Património Mundial, 1972



Google

Dados do mapa ©2017. Tempos de Utilização

Result		Views		Legend	
1073	37	2	54	832	206
Properties	Transboundary	Deleted	In Danger	Cultural	Natural
35	167				
Mixed	States Parties				


Legend

Category of site

- Cultural site
- Natural site
- Mixed site

Site inscribed on the List of World Heritage in Danger

- Cultural site
- Natural site
- Mixed site



8



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO






REDE DO
PATRIMÓNIO
MUNDIAL
DE PORTUGAL

Convenção para a Proteção do Património Mundial, 1972

Bens têm de revestir um **valor universal excecional**

O valor universal excecional significa uma importância cultural e/ou natural tão excecional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo carácter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade.

9



United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO

REDE DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DE PORTUGAL

Convenção para a Proteção do Património Mundial, 1972

Para os fins da Convenção serão considerados como **património cultural**:

Os monumentos – Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 1º 10



United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO

REDE DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DE PORTUGAL

Convenção para a Proteção do Património Mundial, 1972

Para os fins da Convenção serão considerados como **património natural**:

Os **monumentos naturais** constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico;

As **formações geológicas e fisiográficas** e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os **locais de interesse naturais** ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excecional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

Artigo 2º 11

Monumentos



**MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS E
TORRE DE BELÉM EM LISBOA, 1983**



MOSTEIRO DA BATALHA, 1983



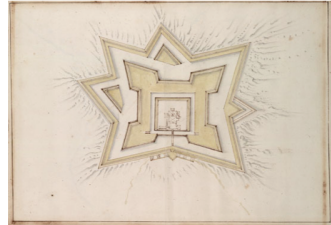
CONVENTO DE CRISTO EM TOMAR, 1983



MOSTEIRO DE ALCOBAÇA, 1989



Conjuntos

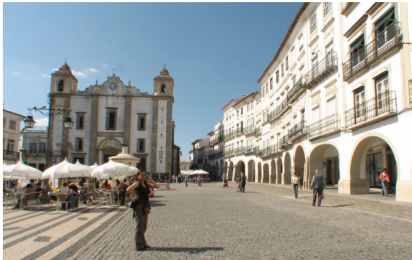


CIDADE-QUARTEL FRONTEIRIÇA DE ELVAS E SUAS FORTIFICAÇÕES, 2012
[7 Componentes: Centro histórico, Aqueduto da Amoreira, Forte de Santa Luzia, Forte da Graça, Fortins de São Mamede, de São Pedro e de São Domingos]

Centros Históricos



CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DO HEROÍSMO
NOS AÇORES, 1983



CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA, 1986



CENTRO HISTÓRICO DO PORTO, PONTE LUIZ I
E MOSTEIRO DA SERRA DO PILAR, 1996

Centros Históricos



UNIVERSIDADE DE COIMBRA. ALTA E SOFIA, 2013



CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES, 2001



REDE DO PATRIMÓNIO
MUNDIAL DE PORTUGAL



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Convenção do
Património Mundial

Paisagens culturais



PAISAGEM DA CULTURA DA VINHA DA ILHA DO PICO, 2004



PAISAGEM CULTURAL DE SINTRA, 1995



ALTO DOURO VINHATEIRO, 2001



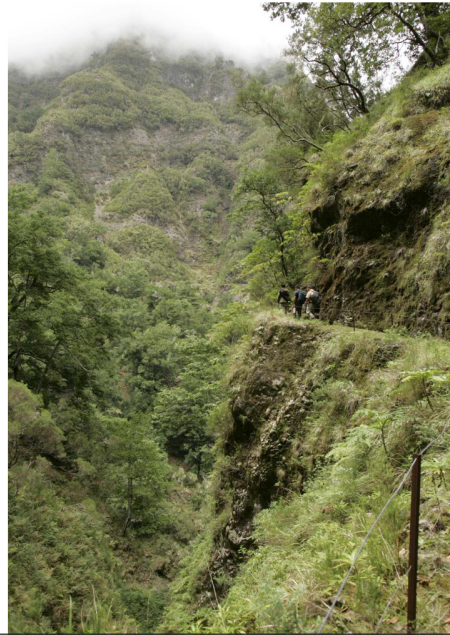
SÍTIOS PRÉ-HISTÓRICOS DE ARTE RUPESTRE DO VALE DO RIO COA E DE SIEGA VERDE, 1998 / 2010

Bens naturais



Pombo trocaz

FLORESTA LAURISSILVA NA MADEIRA, 1999



Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO



REDE DO
PATRIMÓNIO
MUNDIAL
DE PORTUGAL


Definição e evolução do conceito de paisagem cultural, no âmbito da Convenção de 1972

- Convenção para a Proteção do Património Mundial, 1972 - Aplicação em Portugal
- **Definição e evolução do conceito de paisagem cultural no âmbito da Convenção**
- Histórico de designação de paisagens culturais
- Distribuição regional de paisagens culturais
- Nível europeu
- Paisagens vinhateiras
- Atributos e VUE das Paisagens Culturais Nacionais



2017
ANO INTERNACIONAL
DO TURISMO SUSTENTÁVEL
PARA O DESENVOLVIMENTO





Conceito de paisagem cultural, no âmbito da Convenção de 1972

6. As paisagens culturais são bens culturais e representam as **«obras conjugadas do homem e da natureza»** a que se refere o artigo 1º da *Convenção*. Ilustram a evolução da sociedade e dos povoamentos ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, internas e externas.
7. Devem ser **escolhidas com base no seu Valor Universal Excecional e na sua representatividade em termos de região** geocultural claramente definida e da sua capacidade de ilustrar os elementos essenciais e distintivos de tais regiões.
8. A expressão «paisagem cultural» abarca **uma grande variedade de manifestações interativas entre o homem e o seu ambiente natural**
9. As paisagens culturais frequentemente **refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras**, tomando em consideração as **características e os limites** do ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma **relação espiritual específica com a natureza**.

20



Conceito de paisagem cultural, no âmbito da Convenção de 1972

9. As paisagens culturais dividem-se em três categorias principais:
 - A mais fácil de identificar é a paisagem claramente definida, **intencionalmente concebida e criada pelo homem**, englobando as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.
 - A segunda categoria é **a paisagem essencialmente evolutiva**. Resulta de uma exigência de origem social, económica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens refletem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição.
 - Paisagem relíquia
 - Paisagem viva
 - A última categoria compreende **a paisagem cultural associativa**. A inscrição destas paisagens na Lista do Património Mundial justifica-se pela força da associação dos fenómenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes.

21

Cultural Landscapes as World Heritage Sites

- C4, n=35 – criteria v), iii), vi); [(i), iv)]=0
- (v) be an outstanding example of a traditional human settlement, land-use, or sea-use which is representative of a culture (or cultures), or human interaction with the environment especially when it has become vulnerable under the impact of irreversible change;
- (iii) bear a unique or at least exceptional testimony to a cultural tradition or to a civilization which is living or which has disappeared;
- (vi) be directly or tangibly associated with events or living traditions, with ideas, or with beliefs, with artistic and literary works of outstanding universal significance. (The Committee considers that this criterion should preferably be used in conjunction with other criteria);



Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO



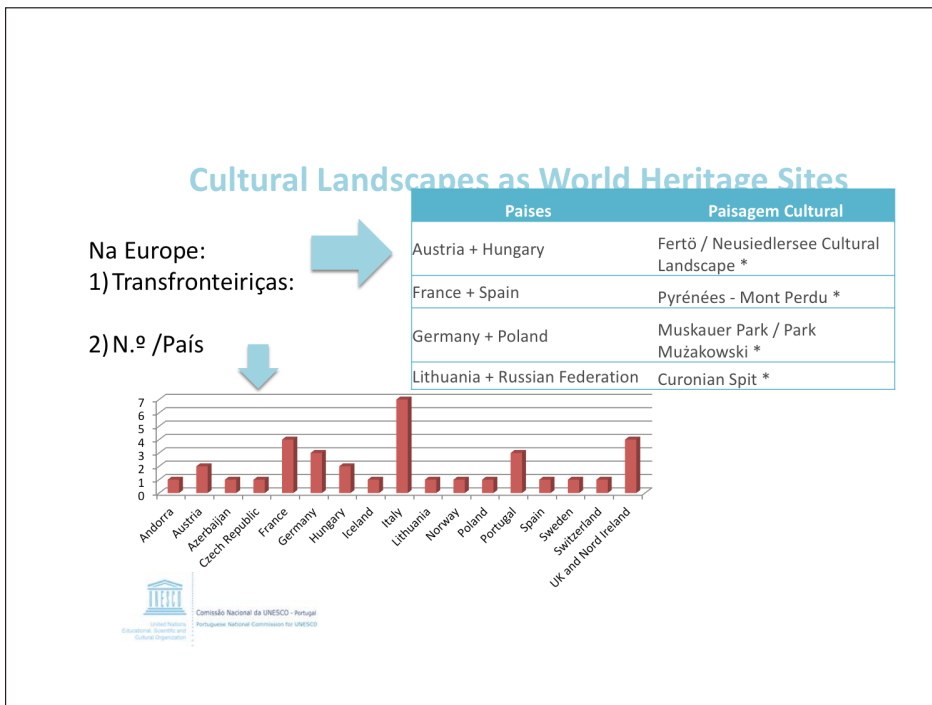
Cultural Landscapes as World Heritage Sites

- The Cultural Landscapes in the World Heritage Convention:
 - an overview
 - in Europe
 - in Portugal

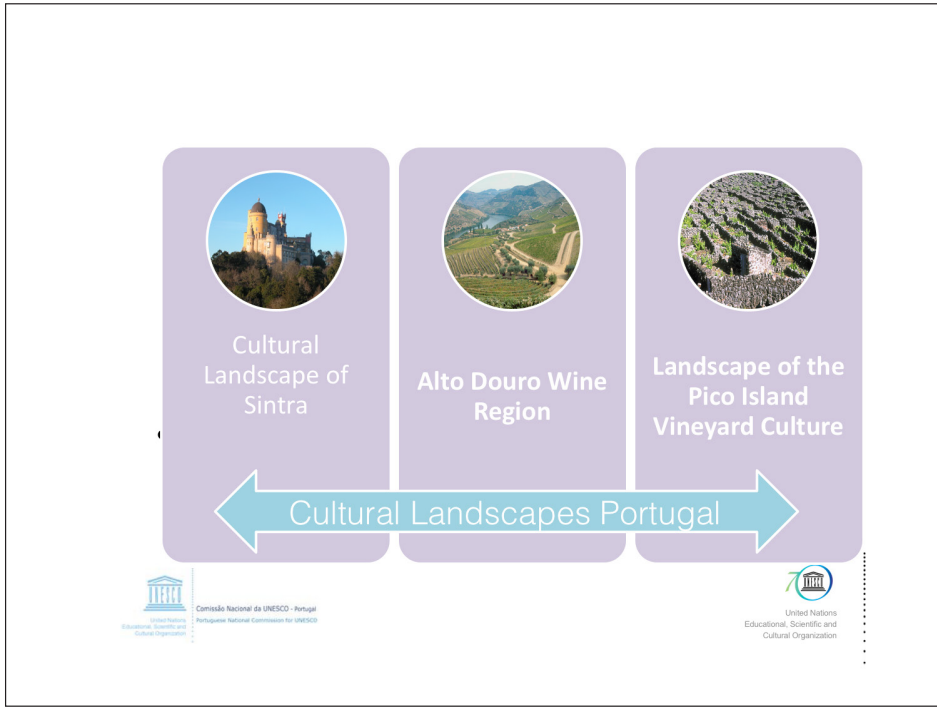


Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO





- ### Cultural Landscapes as World Heritage Sites
- The Cultural Landscapes in the World Heritage Convention:
 - an overview
 - in Europe
 - **in Portugal**
- Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
 Portuguese National Commission for UNESCO
- United Nations
 Educational, Scientific and
 Cultural Organization



Cultural Landscape	Cultural Landscape of Sintra	Alto Douro Wine Region	Landscape of the Pico Island Vineyard Culture
Date of Inscription	1995	2001	2004
Criteria	(ii)(iv)(v)	(iii)(v)(v)	(iii)(v)
Property /Buffer zone	946 ha / 3,641 ha	24,600 ha/225,400 ha	987 ha/1,924 ha
Description	In the 19th century Sintra became the 1 st centre of European Romantic architecture. Ferdinand II turned a ruined monastery into a castle where this new sensitivity was displayed in the use of Gothic, Egyptian, Moorish and Renaissance elements and in the creation of a park blending local and exotic species of trees, unique combination of parks and gardens which influenced the development of landscape architecture throughout Europe.	Wine has been produced by traditional landholders in the Alto Douro region for some 2,000 years. Since the 18th century, its main product, port wine, has been world famous for its quality. This long tradition of viticulture has produced a cultural landscape of outstanding beauty that reflects its technological, social and economic evolution.	The 987-ha site on the volcanic island of Pico , the 2 nd largest in the Azores archipelago, consists of a remarkable pattern of spaced-out, long linear walls running inland from, and parallel to, the rocky shore. The walls were built to protect the thousands of small, contiguous, rectangular plots (currais) from wind and seawater.

Cultural Landscapes as World Heritage Sites



Sets out the principles for cultural landscape management;
Case-studies incl. Cultural Landscape of Sintra (Portugal: Reactive monitoring)

WH Convention Reporting System:

- Periodic Reporting
- State of Conservation (SOC)



Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Comissão Nacional da UNESCO - Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO



• PATRIMÓNIO MUNDIAL •
• WORLD HERITAGE •



REDE DO
PATRIMÓNIO
MUNDIAL
DE PORTUGAL

As paisagens culturais no contexto da Rede de Património Mundial de Portugal

- Convenção para a Proteção do Património Mundial, 1972 - **Aplicação em Portugal**
- **Definição e evolução do conceito de paisagem cultural no âmbito da Convenção**
- **Histórico de designação de paisagens culturais**
- **Distribuição regional de paisagens culturais**
- **Nível europeu**
- **Paisagens vinhateiras**
- **Atributos e VUE das Paisagens Culturais Nacionais**



2017
ANO INTERNACIONAL
DO TURISMO SUSTENTÁVEL
PARA O DESENVOLVIMENTO



11 SUSTAINABLE CITIES AND COMMUNITIES
4 HERITAGE DEVELOPMENT AND SUSTAINABILITY



Nota: Este texto segue o novo acordo ortográfico.

PARTE II
MORFOGÊNESE
DA EXPRESSÃO DIFERENCIAL
DESTAS REGIÕES VINHATEIRAS

ALTO DOURO E PICO - TERRITÓRIOS DE PEDRA, TERRITÓRIOS DE VINHA: COMO O RELEVO PODE CONDICIONAR OU DEFINIR A CULTURA VÍNICA (1850-1970)

ALBANO VISEU*

Resumo: Os territórios das redondezas do Cachão da Valeira no Douro e da ilha do Pico apresentam características e especificidades que condicionaram a fixação e a instalação de unidades de produção da vitivinicultura nessas áreas geomorfológicas específicas de Portugal.

No Alto Douro, o cachão da Valeira, formação granítica que representou até finais do século XVIII um obstáculo natural à navegabilidade a montante do rio Douro, condicionou a afirmação e a protecção da cultura vitivinícola nessa zona. Outro impedimento, este de natureza histórica e social, que foi travando a expansão da vinha nessa área, até à fronteira espanhola, foi a não legalização da exportação dos vinhos aí produzidos, o que influiu, até meados do século XIX, na instalação mais generalizada de unidades de produção vitivinícola e nos investimentos de uma burguesia endinheirada que procurou enriquecer com o negócio dos vinhos generosos que lhe trouxessem dividendos lucrativos.

No Pico, o relevo vulcânico e pedregoso não impediu a acção humana direccionada para a obtenção de um vinho licoroso e outro para consumo, à semelhança do que sucedeu no Alto Douro. As vertentes representadas pelo clima, pela pluviosidade e pelo relevo não travaram o desenvolvimento desta cultura vinhateira nas duas regiões.

É esse o tópico de análise que propomos para reflexão neste trabalho, tentando equacionar uma previsão diferente para o desenvolvimento da vitivinicultura, mesmo se vencidos os acidentes

* Doutorado em História, investigador integrado do CITCEM/FLUP.

do relevo, nessas duas áreas, não tivesse sido reconhecida a qualidade dos vinhos aí produzidos e se não tivessem sido procuradas em função dos negócios proporcionados.

Palavras-chave: Vitivinicultura; Terras pedregosas; Vinhos fabulosos; Mercado; Identidade.

Abstract: The areas around Cachão da Valeira in the Douro and Pico Island have characteristics and specificities that conditioned the establishment and installation of wine production units in these specific geomorphological areas of Portugal.

In the Alto Douro, Valeira's hamlet, a granite formation that represented until the end of the 18th century a natural obstacle to navigability upstream of the river Douro, conditioned the affirmation and protection of wine culture in that area. Another impediment, of a historical and social nature, which was blocking the expansion of the vineyard in this area, to the Spanish border, was the non-legalization of the exportation of the wines produced there, which influenced, until the middle of the nineteenth century, the most widespread installation of units of wine production and in the investments of a wealthy bourgeoisie that tried to enrich with the business of the generous wines that brought him lucrative dividends.

In Pico, the volcanic and stony relief did not prevent human action aimed at obtaining a liqueur wine and another for consumption, similar to what happened in Alto Douro. The slopes represented by the climate, rainfall and relief did not stop the development of this winemaking culture in the two regions.

This is the topic of analysis that we propose for reflection in this work, trying to equate a different forecast for the development of vitiviniculture, even if the relief accidents in these two areas were overdue, the quality of the wines produced there had not been recognized and if they had not been sought on the basis of the business provided.

Keywords: Winemaking; Stony lands; Fabulous wines; Market; Identity.

INTRODUÇÃO

Os territórios de pedra, rochosos e pedregosos, quando aproveitados para territórios de vinha, recebem a ação de um conjunto de factores que influenciam a execução das lides agrícolas, as culturas e a obtenção de uma compensação para o esforço humano¹ despendido.

O relevo e a natureza dos terrenos, bem como os elementos do clima, pelos efeitos exercidos sobre as culturas, são factores principais². O presente estudo centra-se apenas sobre o relevo por se encontrar relacionado com a metamorfose por que passaram as regiões do Alto Douro e da ilha do Pico, nos Açores.

O relevo do Alto Douro, montanhoso e íngreme, xistoso, e granítico em alguns lugares³, fez

¹ BARRETO, 1999: 6.

² VISEU, 2007.

³ VILLA MAIOR, 1865: 6, 53.

com que o homem exercesse a sua acção e recorresse a uma espécie de engenharia adaptativa⁴ que tornasse possível a plantação e a produção. A conquista do espaço e dos seus elementos naturais permitiu que a cultura da vinha ganhasse importância, face a outras culturas locais.

Na ilha do Pico, um trabalho árduo ajudou a preparar as terras pedregosas para a cultura da vinha e para a obtenção de um vinho licoroso (*Pico amoroso*) e outro corrente (*Pico seco*)⁵. No Alto Douro o trabalho foi premiado com o «vinho tratado e o vinho consumo»⁶.

O relevo da ilha do Pico, de origem vulcânica, é constituído por terrenos basálticos, pedregosos e em chão de lava negra. As vinhas ficaram implantadas em retalhos fragmentados no solo, ocuparam áreas planas junto ao mar, as fajãs⁷, e solos pouco evoluídos.

O clima do Alto Douro, mais agreste e frio nas áreas planálticas, mais quente e seco nas áreas profundas encaixadas no Douro, favorece a frutificação, a maturação, a doçura dos frutos e o teor alcoólico do vinho⁸. O clima do Pico é caracterizado por invernos e verões suaves⁹.

O rio Douro e os seus afluentes fornecem alguma humidade, juntando-se a outros agentes como as massas de ar, chuvas, orvalho¹⁰ e brumas, e associam-se aos factores «inconfundíveis»¹¹ representados pelo solo, clima, localização dos terrenos e exposição dos vinhedos aos raios solares¹² para beneficiarem a cultura da vinha. No Pico, a humidade das massas de ar procedentes do oceano Atlântico e as chuvas constantes que caem sobre a ilha tornaram necessária a construção de muros de protecção para tornar possível esta cultura e a maturação e doçura das uvas.

As duas regiões conheceram algumas dificuldades:

- o relevo acidentado da região do Douro embarçou o traçado de vias de comunicação, o arroteamento dos terrenos, a instalação dos socalcos e o escoamento da produção; no Pico, faltava um bom porto e a dispersão das vinhas por zonas isoladas da ilha levantou problemas¹³;
- o leito irregular e inseguro do rio Douro provocou transtornos e causou alguns acidentes; no Pico, o relevo dificultou as comunicações, as produções agrícolas e o seu transporte;
- os meios e as vias de comunicação foram impondo a sua eficácia com muita lentidão no Douro, mas permitiram a comercialização dos seus produtos; o porto da Horta foi essencial para escoar a produção vínica do Pico;
- no Douro, houve a captação de mão-de-obra local, regional e internacional; no Pico, foi sobretudo local e regional;
- os edifícios de suporte à quinta, à laboração, à extracção, ao envasilhamento e à conserva-

⁴ Engenharia adaptativa é o processo engenhoso de transformação da paisagem, tendo em vista o lançamento de culturas, seu cultivo, produção e seu escoamento, e a construção de elementos de apoio (caminhos, escadarias, habitações).

⁵ MEDEIROS, 1994: 210; GONZÁLEZ MORALES, 1997: 310.

⁶ REIS, 2013: 361.

⁷ MEDEIROS, 1994: 200, 201.

⁸ VISEU, 2007: 94.

⁹ SOUSA, 2004: 128.

¹⁰ VILLA MAIOR, 1865: 35; RIBEIRO, 2000: 14.

¹¹ Debates Parlamentares – *Annaes da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão n.º 55 de 5 de Setembro de 1908, p. 51. Disponível em <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp2/01/01/01/053/1908-09-05/51>>. [Consulta: 19/8/2017].

¹² VILLA MAIOR, 1865: 7.

¹³ MEDEIROS, 1994: 202.

ção da produção foram sendo erigidos no Douro. No Pico, adegas, armazéns e lagares eram construções simples, ajustadas ao tipo de laboração, extracção e envasilhamento da produção;

- a luta contra os efeitos provocados pelas doenças da vinha contribuiu para o melhoramento e afirmação da cultura da vinha¹⁴ e para o enriquecimento de algumas pessoas;
- a região do Douro dependeu de pessoas exteriores à região, no que respeita aos proprietários das quintas, caseiros, feitores, trabalhadores, arrais e compradores¹⁵; no Pico, grande parte dos proprietários de terrenos com vinhas eram do Faial, até às crises epidémicas do século XIX;
- a diferente partilha das terras e o diferente acesso a fontes de riqueza e de produção agrícola cinzelaram momentos distintos na sociedade e na História das duas regiões.

Os factores apontados pouco representariam sem os processos de cultura e de vinificação, a importância industrial e comercial dos produtos das duas regiões e a aptidão técnica dos homens e das mulheres que se entregaram a todas as lides necessárias¹⁶.

A QUALIDADE DOS VINHOS DO DOURO E DO PICO

As populações durienses estiveram ligadas às actividades vitivinícolas, desde o tempo dos romanos, e nelas se envolveram a nível individual, familiar e comunitário.

Os mosteiros cistercienses (séc. XII) investiram na plantação de extensos vinhedos, nas melhores áreas, criando quintas notáveis e produzindo vinhos de qualidade¹⁷, importantes para a celebração das cerimónias religiosas¹⁸, as refeições e a culinária.

A expansão do domínio trabalhado e o desenvolvimento de projectos agrícolas, a cargo de igrejas e dos monges desses mosteiros, acabaram por envolver as populações na procura de trabalho, na colaboração na produção de boas castas de uvas e no fabrico de vinhos de qualidade¹⁹.

Muitas quintas foram-se estabelecendo no Douro, depois, tendo acabado por aproveitar, retalar e ajardinar o espaço.

O vinho tratado da região do Douro conquistou faixas de mercado, aumentando a sua procura, graças às intrínsecas qualidades da sua vinificação que constantemente se foram afirmando. Constituem marcos históricos de afirmação deste vinho os seguintes acontecimentos, relacionados com o alargamento e a regulamentação da região, a expansão dos vinhedos até à fronteira espanhola e a crise das doenças da vinha:

¹⁴ MARTINS, 2008: 69.

¹⁵ SOUSA, 2007: 20.

¹⁶ VILLA MAIOR, 1865: 1.

¹⁷ ALBUQUERQUE, 2012; DIAS & DUARTE, 1999.

¹⁸ *A vinha e o vinho em Portugal*. Disponível em <<http://www.ivv.min-agricultura.pt/np4/91.html>>. [Consulta: 22/7/2016].

¹⁹ FERREIRA, 2010: 283.

Quadro 1. Marcos históricos da Região do Douro

Manual de boas práticas vitícolas – Região Demarcada do Douro, p.6. Disponível em <[http://www.ivdp.pt/pt/docs/SUVI-DUR/MBP_\(vs_integral\).pdf](http://www.ivdp.pt/pt/docs/SUVI-DUR/MBP_(vs_integral).pdf)>. [Consulta: 20/4/2016]

Data	Acontecimento
Ocupação Romana	Fonte de Milho (Régua) e outros locais
Épocas posteriores – séc. III a V	Achados arqueológicos (lagaretas)
Século XII	Mosteiros Cistercienses (zona de Lamego)
Séculos XIV- XV	Vinhos vermelhos de Lamego
1651	Acto de Navegação de Cromwell
1703	Tratado de Methuen
1756 (Marquês de Pombal)	Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro
1757 (Marquês de Pombal)	1.ª Demarcação da Região do Douro
1761 (Marquês de Pombal)	2.ª Demarcação Pombalina
1788-1795 (Dona Maria I)	Demarcações subsidiárias
1792 (Dona Maria I)	Destruição do Cachão da Valeira
1834 (Dom Pedro IV)	Abolição da Demarcação
1838 (Dona Maria II)	Restauração da Demarcação
Século XIX: décadas de 70 e 80	Oídio, filoxera, mildio
1907 (João Franco)	Nova Demarcação mais alargada
1908 (Ferreira do Amaral)	Correcções à última Demarcação
1921 (Antão de Carvalho)	Demarcação Actual
1982	Regulamentação da DOC Douro

O momento importante para a história do vinho do Porto ocorre no século XVII, quando os ingleses se estabelecem na cidade do Porto para exportar pela barra do Douro os vinhos de Lamego, de Riba Douro e de Cima Douro²⁰. Os ingleses e os escoceses traziam bacalhau e panos e, depois de já terem importado vinhos de Viana do Castelo e de Monção, foram-nos procurando no interior norte e sul do país.

Encontraram no Alto Douro um vinho mais forte e mais encorpado e um rio que permitiria transportar as pipas com este líquido até à sua foz para dali saírem para o estrangeiro²¹. A este vinho passou a ser adicionada aguardente para aguentar a viagem, processo essencial que deu origem ao vinho do Porto.

O vinho tornou-se o maior caso de sucesso da viticultura portuguesa em todo o mundo e foi ganhando ao longo dos séculos o estatuto de um grande vinho. O crescimento da procura e do valor do negócio provocou uma insuficiente produção e verificaram-se fraudes.

Em Setembro de 1756, Marquês de Pombal criou a Real Companhia Velha que deteve até 1865

²⁰ SILVA, 1990.

²¹ BARRETO, 2014.

o exclusivo da produção, do controle e da distribuição dos vinhos da região, dando início à estruturação da região vitícola, através da criação da Região Demarcada.

Esta regulamentação estabelecia as diligências necessárias para que a actividade económica se tornasse lucrativa e duradoura e lançava as relações que se passaram a estabelecer entre o Porto e o mundo duriense²².

Os efeitos devastadores das doenças da vinha (oídio-1851, filoxera-1863 e míldio-1893), mais intensos no Cima Corgo e no Baixo Corgo que no Douro Superior originaram a diminuição da produção²³, a reorganização fundiária, a descoberta de tratamentos e novos processos de plantio.

NOTAS

Em finais do século XVI, a cultura da vinha tornou-se uma das melhores formas de valorização da terra nos Açores e o vinho passou a fazer parte de vários circuitos comerciais²⁴.

O território de pedra da ilha passou a território de vinha, havendo o aproveitamento de solos pedregosos, a remoção e arrumação das pedras, a surriba de terrenos, o arranjo e a delimitação das pequenas parcelas. Os muros passaram a abrigar as vinhas dos ventos marítimos e algum vento que passava contribuía para a elevação do grau de sacarose, pois o ar quente renovado ficava em contacto com os cachos²⁵.

O vinho do Pico era de qualidade e a zona ocidental do concelho da Madalena era a mais propícia à cultura da vinha²⁶.

No século XVII o vinho dos Açores entrou nos circuitos que passavam pelo arquipélago e passou a fazer concorrência em Paris aos vinhos da Madeira, Canárias e Málaga, sendo comercializado por franceses e ingleses²⁷.

O vinho do *Pico seco*, mais corrente, era mais reputado na corte dos czares que o vinho do *Pico amoroso* e um dos mais apreciados da Europa do século XVIII.

Os vinhos do Pico receberam o nome de *vinhos do Fayal* e o vinho fino da Região Demarcada do Douro de Vinho do Porto, tendo este facto derivado do local de escoamento para o mercado (Horta/Porto) e onde vivia a maior parte dos proprietários das quintas e dos terrenos (Faial/Porto)²⁸.

As doenças da vinha (oídio –1952; filoxera –1870/80; míldio – 1896) também chegaram aos Açores e fizeram diminuir a produção de vinho. As vinhas foram abandonadas, os proprietários do Faial desfizeram-se das que tinham no Pico que passaram para as mãos de gente desta ilha, deu-se a fragmentação da propriedade e tentou-se a reconstituição da produção, graças à casta americana Isabela²⁹, tendo-se obtido vinho de cheiro de excelente qualidade³⁰.

²² SOUSA, 2007: 19.

²³ MARTINS, 1991: 663.

²⁴ MEDEIROS, 1994: 202.

²⁵ MEDEIROS, 1994: 218.

²⁶ MEDEIROS, 1994: 205-206.

²⁷ MEDEIROS, 1994: 207.

²⁸ MEDEIROS, 1994: 219-210.

²⁹ MEDEIROS, 1994: 213-215.

³⁰ CIPRIANO, 2016.



O território de pedra das duas regiões tornou-se em território de vinha, mas no Alto Douro o processo de instalação de quintas e o desenvolvimento da produção vitivinícola foi diferente abaixo e acima do Cachão da Valeira, devido à dificuldade de circulação da produção causada por esse acidente orográfico e à política protecionista e diferenciadora, orquestrada pelos governos centrais, a partir do Marquês de Pombal.

As quintas localizadas entre Barqueiros e a Valeira desenvolveram-se e passaram a escoar legalmente a produção, porque estavam situadas numa região demarcada; no Douro Superior, a constituição de quintas e a valorização da cultura da vinha, e do vinho, face às outras culturas mais pobres desse território, conheceu entre 1756 e 1865 um ritmo diferente, pois os seus vinhos eram escoados de uma forma camuflada³¹.

Nesse espaço, havia diminutas plantações de vinha e quintas, como Síbio, Arnozelo, Vargelas, Canais e Vesúvio.

O rio Douro foi uma via de comunicação e de transporte que ajudou na travessia de pessoas e bens, na concretização de negócios e no escoamento da produção duriense. O rio era muito perigoso³² e para facilitar a navegabilidade de embarcações, a montante do Cachão da Valeira, desde bem cedo se tentou a destruição do acidente orográfico, mas a obra de desobstrução só ficou concluída em 1792.

A partir de 1811, iniciou-se o transporte de vinhos, através deste rio, a partir das terras situadas a montante do Cachão da Valeira, tendo essa abertura constituído um significativo desenvolvimento do Douro Superior e da produção do Vinho do Porto. O reconhecimento da qualidade dos vinhos desta área territorial reforçou a reputação do Vinho do Porto nos mercados internacionais.

As doenças da vinha não foram sentidas tão intensamente no Douro Superior, como no Baixo e no Cima Corgo, onde os solos estavam mais esgotados pela cultura prolongada da vinha.

A chegada do comboio em 1887 a Mirandela e a Barca de Alva mexeu com a vida das populações e com o negócio do vinho e de outras produções locais.

CONCLUSÃO

O território do Douro vinhateiro passou por uma metamorfose, compassadamente ajustada ao incentivo no investimento na cultura da vinha, tendo-se registado uma autêntica revolução e um redimensionamento do espaço (séc. XXII – 2017). Esta transformação fez com que montes e montes passassem a ser áreas cultivadas e em contínua transformação.

Fenómeno idêntico foi sentido na ilha do Pico, porque foi necessário ajustar as castas das videiras ao tipo de solos e protegê-las da salinidade e dos ventos marítimos. A paisagem ficou encaixotada, retalhada e aprimorou-se o esforço humano para se obterem colheitas abundantes e vinhos de qualidade.

³¹ VILLA MAIOR, 1865: 6-7.

³² VILLA MAIOR, 1876: 4; BARRETO, 2014; SOUSA, 2007; PEREIRA, 1988; D'ABREU, 2007.

A complexidade deste processo resultou da relação que se estabeleceu entre o território e a dimensão do espaço apropriado. As vinhas e as quintas arrumaram-se, através de uma dinâmica de domínio sobre o território, ajustando-se às dificuldades apresentadas pelo relevo de implantação.

O relevo não foi um obstáculo à plantação da vinha, pois a videira lança as suas raízes mesmo em solos pedregosos. As pedras de xisto e de basalto concentram calor que transmitem às uvas, contribuindo para a maturação dos frutos e para o grau alcoólico do vinho.

O território de acima Valeira passou por impasses que limitaram a fixação de quintas e a cultura da vinha, devido ao estrangulamento do cachão, à dificuldade de escoamento da produção e à aposta em culturas de baixa rentabilidade. O território do Pico sentiu o impacto dos tipos de solo da ilha, os efeitos exercidos pelo oceano e a desprotecção das culturas.

Se a cultura da vinha não tivesse sido implantada nos dois territórios, a sua paisagem conservar-se-ia selvagem ou mesmo pouco humanizada.

O rio Douro foi domado e deu-se uma nova valorização da região e das paisagens durienses.

As quintas redimensionaram o espaço, tendo algumas delas contribuído para o aparecimento de lugares e de aldeias.

O desenvolvimento da vitivinicultura seria diferente, quer no Douro, quer no Pico, mesmo se vencidos os acidentes do relevo e adaptadas as culturas aos tipos de solo, não tivesse sido reconhecida a qualidade dos seus vinhos.

As paisagens onde assentam os vinhedos e cresce a cultura da vinha fazem parte de uma memória comum e são Património da Humanidade (Pico 2004; Douro 2001).

FONTES IMPRESSAS

Debates Parlamentares – *Annaes da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão n.º 55 de 5 de Setembro de 1908, p. 51. Disponível em <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp2/01/01/01/053/1908-09-05/51>>. [Consulta: 19/8/2017].

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Maria Amélia Pires de (2012) — *Santa Maria de Salzedas. Espaço e Poder*. Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca.
- BARRETO, António (1999) — *Douro*. «Fortunas e Negócios», n.º 78. Lisboa: F. C. S., p. 6.
- (2014) — *Douro. Rio, gente e vinho*. Lisboa: Relógio d'Água, 2014.
- CIPRIANO, Jorge (2016) — *Vinhos dos Açores, vinhos das ilhas de bruma*. «Clube de Vinhos Portugueses». Disponível na WWW: <<https://www.clubevinhosportugueses.pt/vinhos/regioes/aco-res/vinho-dos-aco-res/>> [Consulta: 13/8/2017].
- D'ABREU, Carlos (2007) — *Navegação no rio Douro – o sonho (re)corrente de Castela*. «DOURO — Estudos e Documentos», n.º 21. Porto: GEHVID.
- DIAS, Geraldo Amadeu Coelho; DUARTE, Luís Miguel (coord.) (1999) — *Cister no Vale do Douro*. Porto: GEHVID.

- FERREIRA, Carla Maria Sequeira (2010) – *O Alto Douro entre o Livre-cambismo e o Protecționismo: a “Questão duriense” na economia nacional*. Porto: FLUP. Tese de doutoramento.
- GONZÁLEZ MORALES, Alejandro (1997) — *Análisis comparativo de três islas macaronésicas (Pico, Porto Santo y Lanzarote): el cultivo de la vid*. In *Actas do III Colóquio «O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX»*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 305-323.
- MARTINS, Conceição Andrade Martins (2008) — *A “era de progresso” da viticultura nacional*. In CABRAL, Manuel Villaverde *et al.* (eds.) — *Itinerários: A investigação nos 25 anos do ICS*. Cap. 2. Lisboa: ICS, p. 69-87.
- ___ (1991) — *A filoxera na viticultura nacional*. «Análise Social», vol. XXVI, nº 112-113. Lisboa: ICS, 653-688.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1994) — *Contribuição para o estudo da vinha e do vinho nos Açores*. «Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia», n.º 58. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, p. 199-299.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1988) — *Alto Douro. Douro Superior*. Lisboa: Editorial Presença.
- REIS, Maria Cecília B. N. Rodrigues S. (2013) — *O Porto e o comércio na segunda metade do século XVIII. A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e os negócios do vinho*. Porto: FLUP. Tese de doutoramento apresentada à FLUP.
- RIBEIRO, José Alves (2000) — *Caracterização genérica da região vinhateira do Alto Douro*. «Douro: Estudos & Documentos», vol. V, nº 10. Porto: GEHVID, p. 11-29.
- SILVA, Francisco Rebelo (1990) – *Porto e Ribadouro no século XVII: a complementaridade imposta pela natureza*. «Revista da Faculdade de Letras – História», II série, vol. VII. Porto: FLUP.
- SOUSA, Fernando de (2007) — *O Alto Douro: da demarcação pombalina à classificação de Património Mundial*. «População e Sociedade», nº 13. Porto: CEPES, p. 19-30.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2004) — *Para uma História da vinha e do vinho nos Açores (1750-1950)*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. LXII. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 57-159.
- WISEU, Albano Augusto Veiga (2007) — *Memórias históricas de um espaço rural: três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu) ao tempo do Estado Novo*. Porto: FLUP, p. 312. Dissertação de Doutoramento em História.
- VILLA MAIOR, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, visconde de (1865) — *Preliminares da ampelografia e oenologia do Paiz Vinhateiro do Douro*. 1.º fascículo. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ___ (1876) — *O Douro Ilustrado: álbum do rio Douro e do paiz vinhateiro*. Porto: Liv. Universal de Magalhães & Moniz, 1876.

PAISAGEM DA CULTURA DA VINHA DA ILHA DO PICO

MANUEL PAULINO DA COSTA*

Resumo: A inscrição da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico na lista do Património Mundial da UNESCO, em 2004, é o reconhecimento internacional que se trata de uma paisagem singular, refletindo uma versão única da atividade vitivinícola, numa pequena ilha vulcânica e a sua evolução desde a chegada dos primeiros povoadores no século XV.

A área classificada como Património Mundial, abrange uma área de 987 ha, envolvida por uma zona tampão de 1.924 ha, compreendendo a costa norte e oeste da Ilha e, integra simultaneamente, a rede de áreas protegidas do parque natural do pico, na categoria de paisagem protegida. A sua singularidade decorre do elemento fundamental que a compõe: o reticulado de muros construídos para abrigar a planta de vinha do vento e do rossio, a única cultura possível de subsistir num solo improdutivo.

Palavras-chave: Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – singularidade, evolução e gestão; Área classificada como Património Mundial (2004); Parque natural do Pico, paisagem protegida; Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

Abstract: The inscription of the Cultural Landscape of the Pico Island Vineyards in the UNESCO World Heritage list in 2004, is the international recognition that this is a unique landscape, reflecting a unique version of the wine activity in a small volcanic island, and its evolution since the arrival of the first settlers in the fifteenth century.

* Direção Regional do Ambiente/Parque Natural do Pico. Lajido de Santa Luzia, 9940-108 São Roque do Pico.

The World Heritage area, covers 987 ha, surrounded by a buffer zone of 1,924 ha, comprising a part of the northern and west coast of the island, which incorporate the protected area's network of Pico Natural Park, in the category of Protected Landscape.

Its uniqueness comes from a fundamental landscape element: the stone wall's network, built to protect the vineyards from wind and sea spray. The vineyards were the only culture who could subsist in this unproductive soil.

Keywords: Pico Island Vineyard Culture Landscape – uniqueness, evolution and management; World Heritage Classification (2004); Pico Natural Park, protected landscape; Protected Landscape Plan of the Pico Island Vineyard Culture.

ENQUADRAMENTO

O Arquipélago dos Açores, parte integrante de Portugal, goza de um estatuto que lhe confere autonomia política e administrativa, o que o caracteriza como Região Autónoma.

Está situado em pleno Atlântico Norte, a cerca de 1.500 Km da costa ocidental do continente europeu e a, aproximadamente, 3.900 Km do ponto mais próximo das costas da América do Norte.

É constituído por nove ilhas e alguns ilhéus, todos de origem vulcânica que, sob o ponto de vista geográfico e atendendo à sua proximidade relativa, estão distribuídas por três grupos: o grupo Oriental, com as ilhas de Santa Maria e São Miguel; o grupo Central, reunindo as ilhas Terceira, São Jorge, Faial e Pico; e o grupo Ocidental, que engloba as ilhas Flores e Corvo.

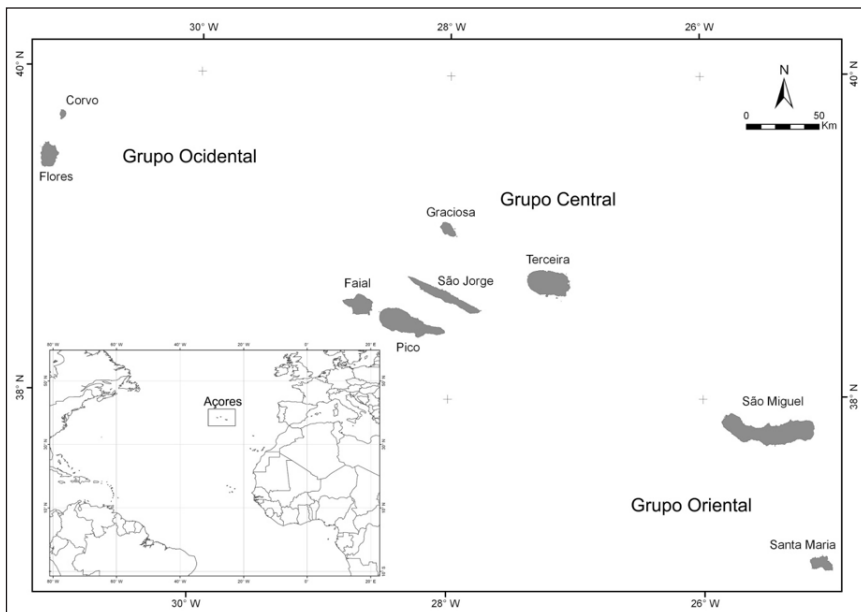


Fig. 1. Enquadramento geográfico do arquipélago dos Açores

O Arquipélago ocupa uma zona económica exclusiva (ZEE) de cerca de um milhão de Km².

A ilha do Pico está localizada entre longitudes 28 01'40,5 e 28 32'34,3" Oeste e as latitudes 38 22'55,4" e 38 33'40,5' Norte. Em extensão, é a segunda maior ilha dos Açores, com 42 Km de comprimento e 15,2 Km de largura, correspondendo a uma área de 447 Km². Ainda digno de realce, é o facto de nesta ilha se situar o ponto mais alto de Portugal: a montanha do Pico, com a altitude de 2.351 m.

São 3 os concelhos existentes na ilha do Pico. O concelho das Lajes do Pico, criado em 1540, o concelho de S. Roque do Pico em 1542 e, por último, em 1723, o concelho da Madalena.

De acordo com os Censos de 2011, a população ronda os 14.150 habitantes.

A presença de atividade vitivinícola na ilha do Pico, teve o seu início com a chegada dos povoadores à ilha no século XV. Desde essa altura que o homem do Pico, iniciou a tarefa hercúlea de plantar vinha num solo rochoso e aparentemente improdutivo, bem como a construção de um reticulado de muros, que se estendeu praticamente a toda a ilha, com o objetivo de proteger a vinha do vento e do rossio. Construiu-se assim ao longo dos séculos uma paisagem única, com reflexos indeléveis na socioeconomia da ilha do Pico.



Fig. 2. Lajido da Criação Velha

Ciente da sua importância, o Governo Regional dos Açores, propôs a classificação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico como área protegida, vindo a ser classificada em 1996, através do decreto legislativo regional n.º 12/96/A, de 27 de junho, como «Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (PPIRCVIP)», por forma a salvaguardar os valores naturais, paisagísticos e culturais aí existentes, bem como, promover o desenvolvimento sustentado da zona e a qualidade de vida das populações.

Posteriormente, a valia paisagística e histórico-cultural do património natural e edificado desta Paisagem, aliada ao seu carácter único e universal, originou a candidatura das suas áreas mais significativas e bem preservadas ao Comité do Património Mundial da UNESCO, tendo resultado

na inscrição da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, em julho de 2004, na lista de bens Património Mundial da UNESCO, como Paisagem Cultural, cumprindo com os critérios (iii) e (v).

Em 2004, aquando do processo de candidatura da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico a Património Mundial da UNESCO, foram aprovados (e posteriormente alterados) três diplomas relativos à concessão de apoios financeiros que visam a salvaguarda da paisagem cultural com o desenvolvimento do sector vitivinicultura:

Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2004/A, de 1 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2006/A de 9 de fevereiro e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2008/A, de 28 de março: estabelece o regime de apoios para a manutenção da paisagem tradicional da cultura da vinha em currais no interior da zona classificada e zona tampão; Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2004/A, de 24 de abril, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2006/A de 9 de fevereiro e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2008/A, de 27 de março: estabelece o sistema de apoios para a reabilitação da paisagem tradicional da cultura da vinha em currais no interior da zona classificada e zona tampão; Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2004/A, de 24 de abril, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2006/A de 9 de fevereiro: estabelece o sistema de apoios a conceder aos núcleos do Cabrito, Arcos, Lajido, Cachorro, Cais do Mourato, Pocinho, Porto do Calhau, Fogos e Ana Clara e restante zona classificada. Os apoios destinam-se à reconstrução de imóveis ou à eliminação de dissonâncias ou anomalias arquitetónicas.

Estes diplomas, foram recentemente alterados, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro, que aprova o sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos parques naturais de ilha e em reservas da biosfera.



Fig. 3. Projeto de recuperação de vinha em «currais» ao abrigo dos apoios financeiros da Região

Através do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2005/A, são definidas as competências do Gabinete Técnico da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, um órgão técnico e administrativo de apoio à gestão deste bem.

Em 2006, e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro, adaptado à RAA pelo decreto legislativo regional n.º 21/96/A, de 23 de dezembro, que determinava que a paisagem protegida disponha obrigatoriamente de um plano de ordenamento e respetivo regulamento, O Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, abreviadamente designado por POPPVIP, foi aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2006/A, de 13 de julho, constituindo o primeiro, e único até à data, instrumento de gestão territorial desta natureza a ser aprovado na Região Autónoma dos Açores. O POPPVIP foi elaborado visando a salvaguarda dos valores ambientais, de paisagem, de conservação da biodiversidade e de fomento ao desenvolvimento sustentável da ilha do Pico, tendo como objetivos estratégicos a recuperação, reabilitação e conservação da paisagem da cultura tradicional da vinha do Pico em currais, a promoção do crescimento da atividade vitivinícola, o incentivo da complementaridade com o turismo e outras atividades económicas, e a promoção de uma gestão integrada da área de Paisagem Protegida.

Tendo em conta a evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais subjacentes à elaboração do POPPVIP, a experiência obtida ao longo da sua vigência e as conclusões apresentadas no primeiro Relatório de Avaliação do Plano, efetuada em 2013, nomeadamente no que concerne ao regulamento e respetiva cartografia, concluiu-se pela necessidade da sua alteração, publicada através do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2014/A de 6 de maio, sem, contudo, interferir com os objetivos que presidiram à sua elaboração.

Com a criação do Parque Natural da Ilha do Pico, através do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/A, de 9 de julho, a PPIRCVIP foi reclassificada, passando a integrar esta estrutura como Área de Paisagem Protegida da Cultura da Vinha (Zona Norte, Zona Oeste, São Mateus/São Caetano, Ponta do Mistério e Ponta da Ilha).

CARACTERIZAÇÃO

A paisagem da cultura da vinha da ilha do Pico - Património Mundial da UNESCO, ocupa uma área total de 987 ha, envolvida por uma zona tampão com 1.924 ha. É composta por uma faixa de território que abrange parcialmente as costas Norte e Sul, e a costa Oeste da ilha, tendo como referência emblemática dois sítios – o Lajido da Criação Velha e o Lajido de Santa Luzia, implantados em extensos campos de lava caracterizados por uma extrema riqueza e beleza natural e paisagística. Estes sítios foram classificados por constituírem excelentes representações da arquitetura tradicional ligada à cultura da vinha, do desenho da paisagem e dos elementos naturais. A diversidade faunística e florística aí presentes estão associadas a uma abundância de espécies e comunidades endémicas, raras e com estatuto de proteção.

Este bem consiste numa espantosa rede de longos muros de pedra, espaçados entre si, que correm paralelos à costa e penetram em direção ao interior da ilha. Estes muros foram erguidos para proteger

do vento e da água do mar as videiras, que são plantadas em milhares de pequenos recintos retangulares (currais), colados uns aos outros. Remontando ao século XV, a presença da viticultura manifestou-se através desta extraordinária manta de retalhos de pequenos campos, de casas e quintas do início do século XIX, de ermida, portinhos e poços de maré. A paisagem modelada pelo homem, de uma beleza extraordinária, é o melhor testemunho que subsiste de uma atividade outrora muito ativa.



Fig. 4. Campos de lava

Toda a ilha do Pico está repleta de muros, de diversas dimensões e tipologias, até à sua própria aplicação na arquitetura tradicional, embora a sua funcionalidade e expressão esteja enfatizada na Paisagem da Cultura da Vinha do Pico, ou não fossem os muros – a sua quantidade, morfologia, organização e alinhamentos – o elemento mais emblemático e marcante desta paisagem, não apenas por si só – pois são simples muros compostos por pedras toscas –, mas também pela impressionante quantidade de trabalho, esforço e suor que facilmente se entende e imagina, a partir de homens que tiveram nestes muros o seu garante de sobrevivência.

A vegetação espontânea que ao longo das décadas se apoderou das vinhas, esconde e mantém intatos o vasto rendilhado de muros ancestrais.

O cultivo da vinha nesta ilha, de acordo com o método original implementado, implicava plantar os bacelos nas fendas e buracos dos campos de lava, e arrumar a pedra espalhada pelo solo. Com inteligência e arte, o picaroto rapidamente percebeu que o excedente de pedra seria um elemento fundamental que iria garantir que as videiras vingassem neste ambiente rochoso e fustigado pelos ventos fortes e pelo rossio do mar: bastaria para isso construir muros, organizando e amontoando as pedras soltas, limpando o solo, e organizando as grandes propriedades segundo espaços que protegiam as plantas, e criavam um ambiente favorável ao desenvolvimento de uvas de qualidade.

ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

Os aglomerados rurais

Nas zonas costeiras da Ilha, ao mesmo tempo que se foi desenvolvendo a vitivinicultura, surgiram pequenos aglomerados de adegas, relativamente distantes e independentes dos aglomerados principais que se localizam mais longe da costa e junto dos campos aráveis. Estas zonas serviam de habitação sazonal durante a época do ano em que era mais intensa a laboração na vinha, ou seja, na altura das vindimas.

Descrevendo estes aglomerados de uma forma geral, pode-se verificar a sua implantação ao longo dos caminhos costeiros e canadas mais significativas, sendo os primeiros paralelos e as segundas perpendiculares à linha de costa, respeitando a topografia do terreno, terreno este que nestes casos é formado por vastos campos de lava.

Nestes aglomerados, envolvidos por vastos currais de vinha e figueiras e com uma imagem muito rural, existe um número considerável de adegas, alambiques e armazéns, algumas casas solarengas, e uma ermida, que apesar de nunca ser um edifício de grandes dimensões acaba por localizar-se numa zona relativamente central do aglomerado, tendo um papel marcante pela sua importância religiosa. Pontualmente, ao longo destes aglomerados, encontramos poços de maré que eram a fonte de fornecimento de água, bem este tão escasso na ilha à época da sua construção.

Outro dos pontos importantes destes aglomerados é a existência de pequenos portos e embarcadouros, essenciais na época em que a circulação terrestre era mais difícil do que por mar, devido à dureza e por vezes inexistência de estradas e caminhos.

Portos e ancoradouros

É pelo mar, que se dá a conhecer o vinho do Pico, seja a uma escala regional, nacional ou internacional, tendo como testemunhos os inúmeros ancoradouros/portos na Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

O mar constitui-se como um instrumento multifacetado, já que por um lado surge como uma barreira que reduz a ação do indivíduo ao seu espaço físico à ilha e, por outro, é a via pela qual permite a exteriorização da mesma.

Atendendo a que a ilha do Pico era agreste e acidentada tornava difícil a comunicação interna e com o exterior. Na ausência de uma enseada segura na ilha foram utilizados os múltiplos ancoradouros e calhetas que existiam na ilha. Todavia, «os ancoradouros que servem todo o ano (...) são pequenos e apenas para barcos de pequena tonelagem. Por conseguinte, o Pico encontra-se numa posição de isolamento sazonal, que o obriga à preferencial utilização, pela proximidade geográfica, da enseada faialense»¹.

¹ COSTA, 1997.

As adegas, alambiques e armazéns

A imagem dos aglomerados costeiros é fortemente marcada por uma concentração de edifícios de pedra negra, de relativamente pequena dimensão que surgem do meio dos lajidos e campos de currais de vinha.

Materialmente, este tipo de edificado é composto por paredes de alvenaria seca de basalto e a sua cobertura tem estrutura de madeira coberta com telhas de canudo em barro. Em termos de volumetria, é dominante a planta retangular com um ou dois pisos, consoante a tipologia do edifício.

Na sua maioria, tratam-se de *adegas*, edifícios que servem de adega, lagar, e simultaneamente de habitação sazonal durante o Verão, podendo ser compostas por um ou dois pisos. Nos casos em que a adega é simultaneamente habitação, a parte habitável é no piso superior, ficando a zona de lagar e adega implantada no rés-do-chão.

Os alambiques são assim chamados porque são edifícios que albergam alambiques no seu interior, ou seja, destilarias. Geralmente, os alambiques podem ser edifícios autónomos com um só piso ou podem possuir anexos, tais como poços de maré e cisternas para fornecimento de água necessária para o seu funcionamento, e armazéns que contêm barricas e balseiros onde se armazenam as frutas em fermentação para depois serem *queimadas*.

Os armazéns são muito semelhantes aos edifícios já descritos, diferindo apenas na sua volumetria: são edifícios mais compridos e têm poucas aberturas.

As casas solarengas

Na área proposta as construções naturalmente relacionam-se com a atividade vinhateira, sendo possível encontrar edificações que se sobressaem na paisagem, pela sua dimensão e pelo seu enquadramento paisagístico – as casa solarengas – (...) a descoberta das potencialidades que o solo de lava oferecia para o cultivo dos bacelos, veio dar origem a uma atividade económica notável cujo período áureo terá ido desde os princípios do século XVIII, a meados do século XIX, (...) riqueza e dinâmica desenvolvida neste período pelas famílias fidalgas faialenses, (...) neste contexto de grande proprietário, semi-absentista, que só na época de veraneio visita as suas propriedades e, por intermédio de um encarregado, o feitor, as explora (...)².

² Inventário do Património Imóvel dos Açores – Madalena Pico, 2001.



Fig. 5. Casa Solarenga «Solar dos Salemas»

Podemos destacar características comuns às casas solarengas, são construídas normalmente em extensas propriedades vitivinícolas, de chão de lajido, junto ao litoral, possuem pátio/terreiro tendo poço de maré, sendo a sua localização anterior ou posterior ao corpo principal, têm um muro alto e largo que delimita o pátio/terreiro e gozam de um território visual organizado para a cultura da vinha.

Refira-se, ainda, que as casas solarengas implantadas em propriedades de vinha, normalmente dispõem de outras construções, que são de apoio à atividade vitivinícola, nomeadamente o alambique e o armazém. Assim, a volumetria do edificado caracteriza-se por:

- Um edifício principal, destinado à habitação de veraneio, constituído por 2 pisos, sendo o 1º dirigido à atividade vitícola e o 2º à habitação. Sendo a planta em L remete para um 2º edifício onde ficaria localizada a cozinha, forno e copa. Algumas destas casas teriam capela. O acesso é feito por uma escadaria em basalto, colocada num dos topos do edifício principal, coberto por alpendre;
- Edifícios de 1 piso, destinado ao apoio da atividade vitivinícola: adegas, lagares e alambiques. Normalmente, possuem um poço de maré ou cisterna, jardim e árvores.

O religioso

A religiosidade, elemento fundamental da vivência do povo açoriano, está patente na enorme quantidade de monumentos religiosos existentes um pouco por toda a ilha. A área em apreço não é exceção, sendo frequentes os oratórios, ermidas, onde podem ser encontrados trabalhos de alvenaria de grande beleza, talhados em rocha basáltica.

As casas de abrigo

Nas zonas de vinha, a pedra solta, foi arrumada na construção dos muros, e utilizada na construção de *abrigos*, tendo como principal função servir de abrigo ao viticultor e aos instrumentos de trabalho.

O abrigo é construído em pedra seca num curral, de meia água, com porta de entrada, estando normalmente associada uma cisterna.

Quanto à técnica construtiva, consiste na «seleção e recolha, no próprio local, de elementos pétreos, com dimensões manuseáveis, e na sua utilização seletiva, sem prévia transformação, não se recorrendo a argamassas nem de incorporando outros materiais»³.

Os poços de maré

Devido à escassez de água, o Picoense sentiu necessidade de escavar a rocha em busca deste precioso bem, dando origem ao poço de maré.

O poço, de secção quadrangular ou aproximadamente circular, é escavado na rocha (...) procurando captar os veios de água que correm em galerias subterrâneas com pendente para o mar (...). Devido à proximidade do mar, a água acumulada ressent-se da influência das marés e apresenta, por vezes, um grau de salinidade apreciável⁴.

Na área da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico são variadíssimos e, em número elevado, os poços de maré, que não só forneciam água para as tarefas domésticas como também para o funcionamento dos alambiques.

As rilheiras

Rilheiras constituem marcas da passagem intensa dos rodados de carros de boi sobre as lajes de lava, único transporte de então, para os produtos agrícolas. Na área da Paisagem da Cultura da Vinha do Pico, encontram-se extensas rilheiras, estando algumas situadas na orla costeira, fruto do transporte até aos rola-pipas e pequenas enseadas dos produtos a exportar, nomeadamente as pipas de vinho.

Os rola-pipas

Rola-pipas são rampas talhadas, na pedra áspera para facilitar o transporte das pipas do caminho até ao porto, testemunhando de forma exuberante a atividade vinícola.

Os muros negros

Toda a Paisagem da Cultura da Vinha é marcada por reticulados de muros negros, construídos a partir de pedra seca solta.

³ MARTINS, 2001.

⁴ Arquitetura Popular dos Açores, 2000.

Na impossibilidade de aproveitar este território para o cultivo de cereais, o homem, dedica-se a arrumação da pedra, construindo os currais, que terão a função de proteger as videiras do rossio do mar. A retícula dos muros é constituída por:

- Vinha murada com paredes dobradas com altura de cerca de 2 m para vedação do prédio. Portão de entrada.
- A vinha é dividida em *jeirões*, através de paredes também dobradas com altura não inferior a 1 m, e portais intermédios. Os *jeirões* são subdivididos em canadas. As canadas são muros paralelos de paredes singelas com altura inferior a 1 m. As canadas subdividem-se em currais, pela construção dos *traveses*, que são paredes singelas ou dobradas, dependendo da quantidade de pedra que é necessário retirar ao solo. Os currais têm áreas compreendidas entre os 9 e 12 m², tendo plantadas uma média de 3 pés de vinha.

Os *traveses* deixam sempre uma passagem em relação às paredes das canadas, havendo situações em que, se colocam de forma a desconectar as passagens, evitando assim o encanamento do vento⁵.



Fig. 6. Reticulado de muros negros «currais» de vinha

Gestão do Bem

Aquando da classificação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, como Património Mundial da UNESCO, em 2004, esta paisagem apresentava graves indícios de abandono. A área de produção vinha a diminuir ano após ano, os produtores de uma forma geral possuíam uma idade avançada e não era apetecível esta atividade.

Então e na sequência da candidatura a Património Mundial, o Governo dos Açores lançou, em 2004, os primeiros sistemas de incentivo à reabilitação e à manutenção da paisagem tradicional

⁵ VELOSO, 1998.

da cultura da vinha em currais, abrangendo, inicialmente, apenas as áreas candidatas a Património Mundial que foram alargadas, em 2008, às áreas situadas na respetiva zona tampão.

Desde a criação dos incentivos, até ao final de 2014 foram aprovadas 123 candidaturas de reabilitação a que corresponde uma área de cerca de 120 hectares de vinha e um apoio financeiro global na ordem dos 2,4 milhões de euros, exclusivamente suportado pelo Orçamento Regional.

No período entre 2014-2017, receberam parecer favorável do Gabinete Técnico, novas 266 candidaturas de reconversão e reestruturação de vinha em currais (VITIS) localizadas em Áreas de Paisagem Protegida da Cultura da Vinha do Pico, correspondendo a cerca de 620 hectares de vinha.

Em simultâneo, até 2017 foi contratada a manutenção de cerca de 245 hectares de vinha, abrangendo mais de duas centenas e meia de beneficiários, a quem foram atribuídos globais de mais de 3,5 milhões de euros.

Se considerarmos os projetos de reabilitação em curso, está assegurada a manutenção, a médio prazo, de uma área superior a 900 hectares de vinha em produção, o que representa a consolidação de uma paisagem vitícola viva, com características únicas e uma crescente relevância económica e social.

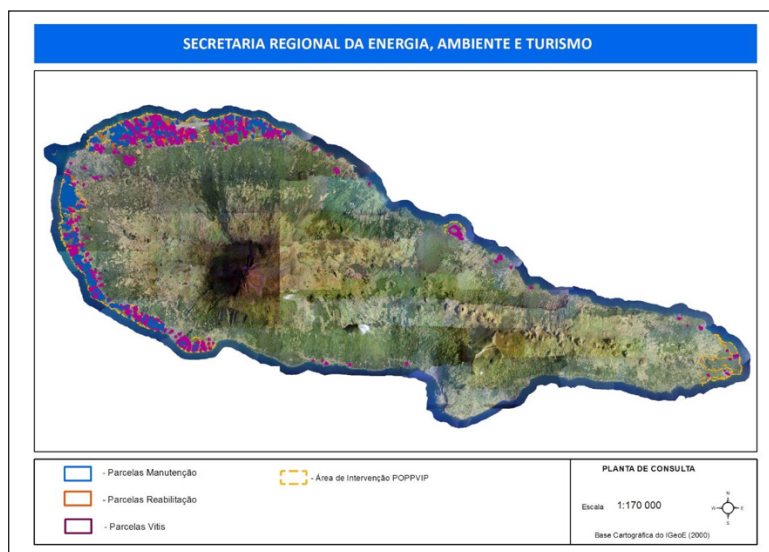


Fig. 7. Área de vinha em produção e em fase de reabilitação

O Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, aprovado em 2006, revelou-se determinante na preservação dos valores culturais e ambientais em presença, designadamente na manutenção de características arquitetónicas tradicionais e evitando uma pressão excessiva sobre o território, contribuindo para uma adequada reabilitação da paisagem.

No último ano, o Governo dos Açores promoveu a avaliação e alteração do plano de ordenamento, reforçando os objetivos que presidiram à sua elaboração mas adequando-o às atuais condições económicas, sociais, culturais e ambientais.

Aspetos como o património edificado, as atividades vitivinícolas, a biodiversidade e a geodiversidade da ilha do Pico permitem o crescimento dos tradicionais setores de atividade já instalados e representam novas oportunidades de negócio, nomeadamente associados ao enoturismo.

Tendo como objetivo disponibilizar um serviço de informação e sensibilização, o Governo dos Açores, inaugurou o Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, 29 de junho de 2010, tendo o mesmo sido posteriormente requalificado em maio de 2016.

A Visita ao Centro, possibilita ainda a realização de uma visita guiada no exterior aos *currais* de vinha e de figueira, ao interior de um Armazém e de um Alambique tradicionais ainda em funcionamento, bem como percorrer todo o núcleo do Lajido, e assim compreender como este edificado está intimamente associado à cultura da vinha e da figueira. Já visitaram este Centro até ao final de 2017, cerca de 33.000 visitantes.



Fig. 8. Sede do Parque Natural do Pico/Gabinete Técnico da Paisagem da Cultura da Vinha do Pico

No Lajido de Santa Luzia, foi ainda levado a cabo um processo de eletrificação subterrânea deste núcleo emblemático, num investimento na ordem dos 800.000 Euros, que permitiu que todas as infraestruturas elétricas e de telecomunicações ficassem enterradas, permitindo assim uma valorização paisagística do núcleo.

Foram criados e homologados, 3 trilhos pedestres (Caminhos de Santa Luzia – PR1PIC, Vinhas da Criação Velha – PR5PIC, e Santana – Lajido – PR10PIC) de forma a que os visitantes possam percorrer caminhos antigos ao longo do rendilhado de *currais* de vinha e de *rilheiras*, descobrindo assim os elementos únicos e característicos desta paisagem. É com júbilo que se refere que a *BootsnALL* editora de guias de viagem independentes, considerou o percurso pedestre das Vinhas da Criação Velha, um dos oito trilhos únicos do Mundo.



Fig. 9. Trilho pedestre na Paisagem da Cultura da Vinha do Pico

Foi desenvolvida uma aplicação para *smartphones*, que pretende apresentar de uma forma inovadora a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico e o seu Parque Natural, complementando assim a experiência do visitante com informação adequada. Através desta aplicação, disponível para as plataformas *Android* e *iPhone*, estará disponível a informação oficial e atualizada sobre a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, incluindo, entre outros, as áreas protegidas do Parque Natural do Pico, os trilhos pedestres e os centros de interpretação para cada local estão disponíveis fotos ilustrativas. Permite ainda indicar as direções para chegar da melhor forma até aos principais pontos de interesse da ilha.

Em toda a área da Paisagem, foi colocada sinalética com indicações dos locais mais emblemáticos, bem como painéis informativos e interpretativos, de forma a que quem visita esta Paisagem, possa identificar e aprender os aspetos características destes locais.

Com o objetivo de armazenar e disponibilizar informação relativa aos processos inseridos na área de intervenção do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico e que constam do arquivo físico e digital da Direção Regional do Ambiente, foi desenvolvida a Base de Dados Georreferenciada para a Vinha da Ilha do Pico.

Através do Parque Natural do Pico, foram desenvolvidos vários programas destinados às comunidades locais, de forma a que estas possam conhecer melhor esta Paisagem. Destes Programas destaca-se o Programa Parque Escola, onde se oferecem atividades educativas para todos os níveis de ensino das Escolas da Ilha e o Programa Parque Aberto, que dinamiza um conjunto de eventos, como tertúlias, passeios, *workshops*, visitas, entre outros, destinados à população da ilha.

A Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, integra a *Rede Património Mundial de Portugal*, criada a 18 de julho de 2014 e conjuntamente com as 12 Regiões Vinhateiras, classificadas como

Património Mundial, participou no Programa INTERREG IV C Vitour Landscape, continuando a trabalhar em rede com estas Regiões.

Hoje, passados 13 anos desta classificação, conseguiu-se inverter a tendência do abandono da Paisagem, vemos cada vez mais jovens a iniciar a sua atividade como produtores, com projetos consistentes e com maiores áreas, o que leva à diversidade e aumento da qualidade dos vinhos do Pico. Com o Plano de Ordenamento para além de manter a Paisagem em bom estado de conservação, conseguiu-se torna-la também numa oportunidade de negócio.

Tudo isto leva-nos a afirmar que a Paisagem se encontra viva, funcionando como polo dinamizador da economia local, sendo motivo de orgulho dos Picoenses e Açorianos.

HISTÓRIA COMPARADA E MÉTODO COMPARATIVO HISTORIOGRÁFICO: PROBLEMÁTICAS E PROPOSTAS

OTÍLIA LAGE*

Resumo: Ensaia-se uma abordagem teórico-metodológica à História Comparada e ao método comparativo em história na sua constituição, principais usos, problemas e contributos. Traça-se um breve histórico desta disciplina, campo intradisciplinar a partir de Marc Bloch, fundador da Escola dos Annales que estabeleceu as bases da formulação mais sistemática da história comparada problematizadora e do método comparativo como parte do ofício do historiador, até à recente perspectiva de «comparar o incomparável» proposta por Marcel Devienne.

Considerando ainda que «toda história é história comparada»¹, acentua-se que a História Comparada é original mais pela sua elaboração do que pelos seus resultados, e consiste, de modo geral, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa realidades histórico-sociais distintas. Tendo por objectivos expôr e explicar problemas e apresentar procedimentos heurísticos promissores como a analogia e a associação, recorre a aproximações ou oposições, pondo em destaque traços comuns ou insistindo nas diferenças como soluções diversas para um problema comum.

Por sua vez, o método comparativo na história permite pensar questões importantes em contextos diferentes através de olhares plurais com múltiplos focos e diversas escalas de observação e análise. Importa assim explorar essas potencialidades na construção de objectos e projectos de pesquisa sobre realidades históricas distintas, apesar das críticas e incertezas com que ainda se confronta, sobretudo quanto ao problema das unidades espaço-temporais de comparação.

*Investigadora integrada do CITCEM – Grupo de investigação: Valores em Transação/Valores em Transição.

¹ VEYNE, 1983.

Reflecte-se então sobre «o que se pode comparar» e o «como se compara», questões fundadoras e relevantes para o exercício colectivo de experimentação comparada sobre temas contíguos e inter-relações significativas.

Neste âmbito conceptual esboça-se uma proposta de análise comparativa do Alto Douro e Ilha do Pico, paisagens vinhateiras culturais Património Mundial (UNESCO).

Palavras-chave: História Comparada, evolução e potencialidades; Método comparativo historiográfico, problemáticas e propostas.

Abstract: A theoretical-methodological approach is applied to Comparative History and to the Comparative Method in History in its constitution, main uses, problems and contributions. A brief history of this discipline, an intradisciplinary field, is drawn from Marc Bloch, founder of the School of Annales, who laid the foundations for the more systematic formulation of comparative problematizing history and comparative method as part of the historian's office, to the recent perspective of «Compare the incomparable» proposed by Marcel Devienne.

Considering also that «all history is comparative history»², it is emphasized that Comparative History is original more by its elaboration than by its results and consists, in general, of the possibility of systematically examining itself as a The same problem crosses different historical-social realities. With the aim of exposing and explaining problems and presenting promising heuristic procedures such as analogy and association, it uses approaches or oppositions, highlighting common traits or insisting on differences as diverse solutions to a common problem.

In turn, the comparative method in history allows us to think important questions in different contexts through multi-focal plurals and various scales of observation and analysis. It is therefore important to explore these potentialities in the construction of objects and research projects on different historical realities, despite the criticisms and uncertainties with which it still faces, especially regarding the problem of comparative spatio-temporal units. It is then reflected on «what can be compared» and «how to compare», founding and relevant issues for the collective exercise of comparative experimentation on contiguous themes and significant interrelationships.

In this conceptual framework, a proposal for a comparative analysis of the Upper Douro and Pico Island, World Heritage Cultural Landscapes (UNESCO) is outlined.

Keywords: Comparative History, evolution and potential; Comparative Historiographic Method, problems and proposals.

INTRODUÇÃO

Faz-se uma aproximação teórico-metodológica à História Comparada e sua afirmação como domínio específico da historiografia, em seus principais usos, problemas, méritos e contributos, sub-

² VEYNE, 1983.

linhando alguns dos princípios basilares da história comparada «problema» ou problematizadora³. Releva-se o interesse do método comparativo historiográfico, em suas implicações e vantagens, e da sua aplicação à temática deste *workshop/CITCEM* (Out. 2017) de vocação comparatística.

Método comparativo, história comparada, comparativismo histórico ou método comparado na História são expressões que definem a possibilidade de duas ou mais realidades histórico-sociais diferentes, contíguas e/ou separadas no espaço e/ou no tempo, serem comparadas sistematicamente, com vista a estabelecer semelhanças, diferenças, generalizações e individualizações⁴.

As duas paisagens vinhateiras culturais (Douro e Pico) de Portugal Património da Humanidade configuram-se, enquanto objecto de estudo conjunto, como unidades geo-históricas de espaço-temporalidades múltiplas e diferenciadas. Inscritas num sistema mundializado, requerem no campo da investigação, um exercício de experimentação comparativa plural e transdisciplinar na longa duração, sob observação multi-escalar. Correlacionando estas duas paisagens culturais, em suas peculiaridades, com o panorama mundial das regiões vinhateiras Património da Humanidade, tenta-se estabelecer por justaposição o *tertium comparationis* para formular hipóteses e/ou problemas a partir do que apresentam em comum: semelhanças e proximidades a contrastar.

Considerando à luz da teoria da globalização que «o instrumento da comparação não é um fim em si mesmo, independentemente da sua relevância para uma elaboração conceptual global»⁵ destaca-se, por fim, a importância de delimitar a *unidade de análise* comparativa como um *sistema global* tendente à dilucidação de «dimensões tipológicas» e de «carácter paradigmático»⁶.

1. A HISTÓRIA COMPARADA UM MÉTODO PARA FAZER HISTÓRIA: APROXIMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

1.1. O que é e como evoluiu a História Comparada?

O método da comparação e o uso do comparativismo histórico, com raízes no iluminismo (Voltaire, Montesquieu) e na economia de Adam Smith, na Europa do século XVIII, desenvolve-se como forma de conhecimento mais sistematizado, no século XIX, com a metodologia de comparação (concordância/diferença) de John Stuart Mill e seus discípulos Theda Skocpol e Barrington Moore, muito influenciada pelas contribuições da Antropologia e da Sociologia. Acabariam por afirmar-se na primeira metade do século XX em resposta a correntes historicistas contra os nacionalismos exagerados então emergentes, com o surgimento da História Comparada propriamente dita, uma nova e

³ BLOCH, 1928: 1934.

⁴ FLORINDO, 2013: 379-390; BARROS, 2007a: 1-30.

⁵ RIBEIRO & RAMALHO, 2001: 411. Este estudo de referência relevante analisa com base na “hetero-referencialidade” independentemente de “contactos” ou “influências”, a obra de dois escritores clássicos da literatura portuguesa e austríaca. Assente na “teoria da globalização” faz uma profunda revisitação e crítica do paradigma positivista dos “estudos culturais comparados” que se tem centrado nos fenómenos de contacto, ou estudo das relações directas que e foram estabelecendo ao longo do tempo entre diferentes culturas, perspectiva considerada superficial e arriscada num sistema internacional a que é contraposto um sistema global.

⁶ RIBEIRO & RAMALHOS, 2001: 412.

instigante modalidade historiográfica. Esta, fortemente marcada pela problematização e complexidade, passou a referir-se a um modo específico de fazer história e à escolha de um campo de observação multi-focal, ao perguntar «o que e como observar?» permitindo respostas efetivamente originais a estas duas indagações fundamentais.

Pensar a História Comparada remete diretamente a Marc Bloch, um dos fundadores da Escola dos Annales e talvez o maior expoente da historiografia surgida no entre-guerras a defender o método comparativo.

Em 1928, no Congresso de Oslo, Bloch considera que a História Comparada consiste em eleger, num ou mais meios sociais diferentes, dois ou mais fenómenos que à primeira vista parecem apresentar certas analogias, descrever as suas curvas evolutivas, constatar semelhanças e diferenças e dilucidá-las não enquanto explicação absoluta e global, indistintamente dos contextos. Viria mais tarde a alertar, em 1934, no Colégio de França, para os perigos da imposição arbitrária de fronteiras nos estudos sociais e históricos, ao não atenderem ao carácter das dimensões e inter-relações reais dos fenómenos, processos ou factos estudados, não podendo assim dar conta da sua singularidade ou dos aspectos comuns a outros casos, correndo-se o risco de, a partir de perspectivas erradas, cometer anacronismos e chegar a conclusões falsas.

Marc Bloch procurou fixar os requisitos fundamentais de constituição de uma História Comparada que realmente fizesse sentido. Dois aspectos irredutíveis seriam imprescindíveis: alguma similaridade dos fatos e certas dissemelhanças nos ambientes em que esta similaridade ocorra. Visualizou dois grandes caminhos a serem percorridos pelos historiadores dispostos a usarem o comparativismo na História: seria possível comparar sociedades distantes no tempo e no espaço, ou então, sociedades com certa contiguidade espacial e temporal⁷.

Nos finais da década de 1990, num contexto bem mais amplo de trabalhos e desenvolvimento da historiografia que o da contemporaneidade de Bloch, Jürgen Kocka propôs uma definição de comparação bastante similar, acentuando a sua natureza sistémica mais direcionada para a metodologia e a projecção da investigação histórica interessada em formular afirmações de amplo alcance sobre acções, experiências, processos e estruturas históricas.

Numa linha de pensamento idêntica, o historiador britânico John Elliott⁸ sustenta que se poderá continuar a reivindicar a história nacional, regional e local ao restaurar na disciplina da História Comparada o papel das identidades nacionais e locais num determinado processo, evento ou facto histórico visando uma compreensão mais profunda das peculiaridades de cada sociedade⁹. Uma das grandes potencialidades da História Comparada consistiria na avaliação de processos históricos em nações ou unidades políticas e territoriais distintas que permitam estabelecer o que é particular das histórias nacionais, regionais ou locais e o que há de comum com outros processos históricos ocorridos em cenários geo-históricos distintos, possibilitando definir, por contraste comparativo, os factos históricos que resultam de processos mais globais. A eleição dos processos históricos a comparar

⁷ BARROS, 2007b: 13-14.

⁸ ELLIOTT, 1999: 35.

⁹ ELLIOTT, 1999: 32

seria outorgada pela proximidade da unidade a contrastar, sendo pelo contraste com outra realidade histórica que se poderá aceder a inovadoras interpretações teóricas. A semelhança e a diferença estabelecem aqui um jogo perfeitamente dinâmico e vivo: sem analogias e sem diferenças não é possível falar-se numa autêntica História Comparada.

Foram assim lançados os alicerces e fundamentos de uma História Comparada problema ou problematizadora, que se perfilha.

1.2. Comparativismo historiográfico

O valor do método comparativo em história cujo objectivo principal é expôr e explicar problemas, reside na observação das diferenças e naquilo que se repete noutros cenários, que é o próprio da história comparada, mais do que na identificação de semelhanças que é de suma importância para explicações mais estruturais.

O comparativismo historiográfico, através do confronto de múltiplos focos de análise, de olhares plurais e diversas escalas de observação, permite pensar questões importantes em ambientes e contextos diferentes, tendo em vista trazer contribuições que seriam impossíveis numa investigação centrada apenas num foco.

São muitas as implicações e vantagens do método comparativo em história, quer pelas potencialidades para o desenvolvimento da disciplina histórica que se podem encontrar no contraste sistemático de unidades em comparação, quer pelo seu contributo para a realização de uma investigação sistemática sobre um dado fenómeno ou problema numa espaço-temporalidade determinada¹⁰.

Não obstante a utilidade da História Comparada e do comparativismo historiográfico, método que continua apesar de suas vantagens a ser objecto de temores e críticas sobretudo no que concerne ao problema das unidades espaciais e/ou temporais de comparação, o seu exercício continua ainda a ser escasso entre os historiadores. Razões que concorrem para sublinhar a importância da sua prática generalizada em projectos de investigação transdisciplinares mais alargados.

Daí o interesse de se esboçar brevemente a sintaxe e semântica do método comparativo.

1.2.1. Operações e fases principais do método comparativo

Este método de investigação, comum às Ciências Sociais e Humanas ainda que de uso hoje mais generalizado em determinadas áreas como a Educação, a Literatura¹¹, a História e os Estudos Culturais, implica e supõe em regra, quatro operações conceptuais:

A descrição ou obtenção dos dados necessários a uma exposição dos elementos primordiais sucinta e de natureza preferencialmente descritiva; a interpretação dos dados expostos com recurso aos métodos mais adequados das ciências sociais, em ordem a estabelecer o primeiro confronto dos mesmos; a justaposição que permite estabelecer o *tertium comparationis* e definir a hipótese de estudo e/ou o problema de comparação; e a comparação ou análise simultânea das unidades geo-históricas além-fronteiras.

¹⁰ CABALLERO ESCORCIA, 2015.

¹¹ CARVALHAL, 2006: 85-86.

Com esta última operação visa-se iluminar um objecto ou situação a partir de outro mais conhecido e, aprofundando esta prática comparativa, fazer analogias, identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades e perceber variações de um mesmo ou idêntico modelo. É possível, por vezes, a prática mais sofisticada da «iluminação recíproca» que permite confrontar duas realidades ainda não conhecidas de modo a que os traços fundamentais de uma ponham em relevo os aspectos da outra, dando a perceber a ausência de elementos numa e noutra, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum.

*Será por fim possível, se o que se observa são dois objetos ou realidades dinâmicas em transformação, verificar como os elementos identificados através da comparação vão variando em alguma direção mais específica, de modo que se possa identificar um certo padrão de transformações no decurso de um tempo determinado*¹².

Como se verifica, entrelaçam-se no método comparativo duas fases metodológicas, sequencialmente articuladas¹³: a descritiva, que supõe a interpretação e converge numa descrição-analítica mais elaborada; e a comparativa em que se formulam as hipóteses e se faz a justaposição dos dados e conclusões analíticas.

A fase descritiva consiste basicamente na recolha, utilização e apresentação dos dados, qualitativos e/ou quantitativos, procurando elaborar uma descrição clara, ordenada e rigorosa o que requer reflexão e análise sistemática dos dados (mutação) que melhor traduzam uma dada realidade.

É praticamente impossível avançar na descrição sem fazer uso da interpretação, a qual é imprescindível na apreciação, classificação e selecção dos dados mais pertinentes. A formação científico-cultural e ideológica do investigador tende a impôr-se à sobrevalorização de carácter histórico, sociológico ou económico. Embora se possa perder em objectividade, em contrapartida, ganha-se em inteligibilidade.

Com a descrição analítica, mais elaborada e complementada pelas conclusões descritivas explicativas e analíticas, ficam reunidas as condições para se avançar para o estudo comparado.

A fase comparativa reside na formulação das hipóteses comparativas e na justaposição dos dados e conclusões analíticas. Como a informação e a reflexão são agora mais qualificadas e fundamentadas pode saber-se melhor o que deve ou não ser contemplado como hipótese de comparação e como empreender a justaposição dos dados e conclusões analíticas, o que permite a confrontação necessária à confirmação ou refutação da hipótese, numa abordagem concisa e preferencialmente gráfica (quadros, esquemas e diagramas). Examinam-se com rigor semelhanças e diferenças entre dados e conclusões analíticas para se estabelecer o *Tertium comparationis* que permite então avançar com maior segurança numa análise comparativa sintética, articulada e globalizante.

¹² BARROS, 2007b: 7-21.

¹³ Método Comparativo na Educação a partir do modelo de George Bereday (1964), vd. BRAY *et. al.*, 2015: 27 e ss.

Como qualquer outra investigação científica, o comparativismo historiográfico não pode aspirar a uma eficácia nomotética absoluta, devendo no entanto propiciar conclusões precisas e permitir verificar até que ponto se conseguiu confirmar a hipótese equacionada ou o problema formulado.

2. REGIÕES VITIVINÍCOLAS E PAISAGENS VINHATEIRAS CULTURAIS PATRIMÓNIO MUNDIAL

O Programa de Património Mundial administrado pela UNESCO, nomeia e conserva locais de excepcional importância cultural ou natural para o património comum da humanidade, encontrando-se assim classificados, atualmente, quase mil sítios. Culturas historicamente marcadas pela vitivinicultura constam também dessa lista. Foram já quatorze as paisagens vinhateiras europeias reconhecidas pela UNESCO, como Património Mundial localizadas em sete países da Europa (França, Portugal, Alemanha, Áustria, Hungria, Suíça e Itália) o que comprova a importância cultural e natural da vitivinicultura (quadro n.º 1).

Além destes territórios, outros valores culturais da cultura da vinha e do vinho são já também Património da Humanidade, como por exemplo: a técnica milenar *vite ad alberello* de cultivo de uvas da Ilha Pantelleria em Itália e o *Qvevri*, método ancestral de produção de vinhos da Geórgia; o Museu da Cultura do Vinho de La Rioja, em Logroño/(País Basco), considerado pela UNESCO o melhor do mundo em sua categoria¹⁴; e ainda em Espanha, o Itinerário Cultural de Vinho e Vinha através de Cidades Mediterrânicas (1998) que inclui diversas regiões vitivinícolas espanholas.

Esta classificação pretende abarcar não só o local, mas também castas de uva tradicionais que caracterizam o vinho de cada região e técnicas de produção das vinhas e do vinho, devendo os produtores provar que são parte de um cenário de valor universal excepcional e que a produção vinícola é um fator determinante na paisagem natural e no contexto cultural e histórico do local.

Dentre os critérios e factores considerados em regra destacam-se designadamente: a identidade local, a tradição e a inovação, o património material e imaterial, o trabalho humano histórica e socialmente incorporado, os saberes e as técnicas de cultura da vinha e do vinho, a singularidade das vinhas e vinhedos, a qualidade reconhecida dos vinhos, a autenticidade dos *terroirs*, a história e a geografia dos lugares e regiões, conforme se pode deduzir do quadro síntese n.º 2.

3. PROPOSTA ANALÍTICA DE ABORDAGEM COMPARATIVA DAS DUAS REGIÕES VINHATEIRAS (DOURO E PICO) PATRIMÓNIO MUNDIAL

Uma leitura interpretativa global dos dados e conclusões descritivo-explicativas deste quadro permite deduzir que «o vinho, mais do que uma bebida, é história, cultura e identidade de muitos povos». Esta conclusão analítica adensada por outros elementos paradigmáticos (universalidade/singularidade de diferentes espaço-temporalidades das regiões vinhateiras património mundial, identidades locais,

¹⁴ RUSCHEL, 2015.

trabalho do homem no afeiçoar da natureza, vinhedos e vinhos excepcionais) concorre para estabelecer o *tertium comparationis* de abordagem comparativa destas duas regiões vinícolas portuguesas.

Como se pode verificar, contrastadas entre si e com o cenário mundial das regiões vinícolas património da humanidade encontram-se marcadas por um elevado grau de *hetero-referencialidade* decorrente em grande medida da intertextualidade bem patente quer nas propostas nacionais e regionais de inscrição no património mundial, em suas representações e pertenças identitárias singulares, quer nas declarações oficiais finais de classificação globalizante da UNESCO.

As modalidades de abordagem comparativa que se deixaram equacionadas como favoráveis a um conhecimento mais consistente e rico destas duas paisagens culturais vinhateiras, procuram desviar-se dos «factos» para as «posições» e as «correspondências estruturais», permitindo «os jogos de similitude e diferença detectáveis, a este nível, ilustrar a complexidade das relações possíveis entre o local e o global no contexto contemporâneo»¹⁵. Neste enquadramento de análise aplicável a este estudo comparado revela-se assaz operativo, o conceito de identidade, como «comunidade imaginada», em sua tripla acepção: «plural» (participação em diversas constelações identitárias); «dinâmico» (em permanente transformação, a identidade é o que devém); e «discursivo» (constituído no processo de comunicação social implica a interrogação sobre textualidade das identidades)¹⁶.

Esta proposição analítica que se advoga para a investigação comparativa englobante e articulada a prosseguir sobre as duas paisagens vinhateiras culturais nacionais património mundial, deverá então ter por base um fio condutor derivado do novo paradigma dos estudos culturais comparados¹⁷ em que se privilegiam noções chave como: a «dialéctica nacionalismo/cosmopolitismo», a *hetero-referencialidade* (independentemente de «contactos» e «influências») e os «*topoi* identitários» que podem ser colocados em correlação estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pontuou, para falarmos em *método comparativo* é preciso ultrapassar uma concepção de comparação próxima do senso comum e da intuição, de forma a poder alcançar-se um nível de observação e análise mais profundo e sistematizado, em que «o que se pode comparar» e o «como se compara» se tornam questões relevantes e fundadoras de um novo e mais apurado gesto metodológico¹⁸.

Se é verdade que de um modo ou de outro, o historiador sempre utilizou a comparação como parte de seus recursos para compreender as sociedades no tempo, não o fez sempre e necessariamente como um método sistematizado.

Sendo certo também que *comparar, elencar semelhanças e diferenças e estabelecer analogias* são naturalmente ações tão familiares ao historiador como contextualizar os acontecimentos ou dialogar com as fontes.

¹⁵ RIBEIRO & RAMALHO, 2001: 412.

¹⁶ RIBEIRO & RAMALHO, 2001: 416.

¹⁷ RIBEIRO & RAMALHO, 2001: 414.

¹⁸ BARROS, 2007b: 13.

Por fim e ainda que se considere, em última instância, que «toda história é história comparada» como sustenta Paul Veyne¹⁹, retomando um pressuposto de Giambatista Vico, poderemos e devemos, metodologicamente, atribuir um sentido mais específico ao *comparativismo histórico* como abordagem possível e desejável e não como algo que estaria sempre implícito a todo o *fazer histórico*.

ANEXOS

Quadro 1. Paisagens Vinhateiras Europeias - Património Mundial UNESCO²⁰

	Ref. ^a UNESCO	Paisagens Vinhateiras Europeias - Património Mundial UNESCO	Ano de inscrição	Critério	Core-zone (ha)	Buffer-zone (ha)	País	Critério (i)	Critério (ii)	Critério (iii)	Critério (iv)	Critério (v)	Critério (vi)
1	826	Cinque Terre	1997	(ii) (iv) (v)	4 689	---	Itália		X		X	X	
2	932	St. Emilion	1999	(iii) (iv)	7 847	5 101	França			X	X		
3	933 bis	Vale do Loire	2000	(i) (ii) (iv)	86 021	213 481	França	X	X		X		
4	970	Wachau	2000	(ii) (iv)	18 387	2 942	Áustria		X		X		
5	772 rev	Fertő-Neusiedler See	2001	(v)	68 369	6 347	Áustria Hungria					X	
6	1046	Alto Douro Vinhateiro	2001	(iii) (iv) (v)	24 600	225 400	Portugal		X		X	X	
7	1063	Tokaj	2002	(iii) (v)	13 255	74 879	Hungria			X		X	
8	1066	Vale do Reno - Upper Middle Rhine Valley	2002	(ii) (iv) (v)	27 250	34 680	Alemanha		X		X	X	
9	1026 rev	Val d'Orcia	2004	(iv) (vi)	61 188	5 660	Itália				X		X
10	1117 rev	Pico	2004	(iii) (v)	987	1 924	Portugal			X		X	
11	1243	Lavaux	2007	(iii) (iv) (v)	898	1 408	Suíça			X	X	X	
12	1390 rev	Piemonte: Langhe-Roero e Monferrato	2014	(iii) (v)	10 789	76 249	Itália			X		X	
13	1425	Borgonha	2015	(iii) (v)	13 219	50 011	França			X		X	
14	1465	Champanhe	2015	(iii) (iv) (vi)	1 102	4 251	França			X	X		X
								1	5	7	9	9	2

¹⁹ VEYNE, 1983.

²⁰ Quadro elaborado pelo arquiteto Filinto Girão, CCDR-N (Porto), a quem se agradece.

Critérios:

- (i) Representar uma obra-prima do génio criador humano;
- (ii) Ser testemunho de um intercâmbio considerável de influências, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens;
- (iii) Constituir um testemunho único, ou pelo menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
- (iv) Representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de um conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
- (v) Ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;
- (vi) Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comité considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros);

Quadro 2. Regiões vitivinícolas Património da Humanidade

País	Região	Classificação UNESCO (Ano)	Factores de reconhecimento	Elementos descritivos
França	Sudeste Saint-Émilion Bordéus	1999	Vinhos (Château Cheval Blanc) / “excepcional paisagem dedicada à viticultura, com muitos monumentos históricos em cidades e vilas” (UNESCO).	Pequeno lugar medieval com casas antigas é um dos principais produtores de vinhos tintos do mundo, fabricados em castelos predominantes na região. Primeira região vinícola classificada.
França	Champanhe	2015	Vinhos / caves / comércio / história / “Vinhedos, adegas subterrâneas e postos comerciais em prédios históricos”.	A região resulta da perícia aperfeiçoada ao longo dos anos para produzir vinhos espumantes com segunda fermentação na garrafa.
França	Borgonha	2015	Vinhos (Domaine de la Romanée-Conti, um dos mais caros do mundo) / Cultura vinícola/história / paisagem / microclimas.	Cultivo da vinha desde a Idade Média, com centros importantes da cultura vinícola do país.

País	Região	Classificação UNESCO (Ano)	Factores de reconhecimento	Elementos descritivos
Itália	Piemonte	2014	Vinhos / Várias regiões vitivinícolas / História antiga / cultura vinícola diversificada / paisagem-arquétipo do vinhedo europeu.	Área classificada engloba 5 regiões vitivinícolas, produtivas desde o século V a.C., quando o local servia de contacto e comércio entre celtas e etruscos. Têm fama as uvas Nebbiolo, e os vinhos Barolo e Barbaresco.
Hungria	Tokaj (Próximo da Eslováquia e Ucrânia)	2002	Vinhos / produção em grande escala / Tradição de vitivinicultura Europa de Leste / História antiga / Geografia de montanhas e vales. Tradição milenar de vitivinicultura distinta.	Região vitícola que faz deste país do Leste Europeu um dos 10 maiores produtores de vinhos do mundo. Vinhedos e adegas, vilas, fazendas e casas históricas e célebre vinho Tokaj Aszú. Presente no hino nacional.
Portugal	Alto Douro	2001	História antiga / Geografia de vales e montanhas / Vinhos do Porto e Douro / trabalho do Homem e Natureza agreste / “paisagem cultural evolutiva e viva” (UNESCO).	Uma das áreas vinícolas mais antigas do mundo (demarcada 1756), com cultura da vinha e vinho desde a romanização. Solo pobre e íngreme, sol de 46°C no verão, uvas fruto de uma agricultura extrema e esforço produtivo determinante da evolução da paisagem viva cultural. Vinhedos em geios antigos, socalcos, patamares e outras formas de armação do terreno.
Portugal Açores	Ilha do Pico (2ª maior ilha do Arquipélago)	2004	Paisagem / História / Cultura / “paisagem cultural única feita pelo Homem no afeiçoar da Natureza”.	Indícios da vinicultura desde o século XV, numa reunião de campos, casas do século XIX, adegas, igrejas e portos. Paisagem extraordinária feita pelo homem (diversos currais para sustentar ventos e água do mar) - exemplo de prática vitícola histórica.
Suíça	Lavaux Alpes – Lago de Lemán / Genebra (Parte ocidental da Suíça)	2008	Vinhos de qualidade excepcional / Vinhas montanhosas em terraços / produção pequena escala.	Vinhedos de Lavaux, em Genebra, cultivados em degraus nas montanhas desde o século XII, pelos mosteiros. Cerca de 2/3 da região ocupados por videiras. Vinhos de Lavaux com 8 apelações de origem controlada (AOC), consumidos na região; só 1% da produção é exportada.
Alemanha	Mittelrhein (Médio Reno)	2002	Uvas e vinhos de casta especial / vinhedos e castelos do Reno.	Região de vinhedos e castelos nas encostas íngremes do rio Reno, faz do país o maior produtor mundial de uvas Riesling, casta versátil, usada no tradicional vinho branco, rosés ou tintos, podendo até ser transformada em água.
Espanha	La Rioja	2013-2015 candidatura	Vinhos e vinhedos.	A Espanha detém o 2º lugar no ranking da UNESCO, com o maior número de patrimónios classificados.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, José d' Assunção (2007a) — *História Comparada – um novo modo de ver e fazer a história*. «Revista de História Comparada», vol. 1, n.º 1, p. 1-30. Disponível em http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_Num001_artigo001.pdf. [Consulta em 7/12/ 2016].
- ____ (2007b) — *História Comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico*. «História Social», n.º 13. Campinas: Programa de Pós-Graduação em História do IFCH/UNICAMP, p. 7-21.
- BLOCH, Marc (1928) — *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*. «Revue de Synthèse Historique», n.º 6. Paris: Librairie Léopold Cerf, p. 15-50.
- BRAY, Mark; ADAMSON, Bob; MASON, Mark (1999) — *Introdução*. In BRAY, Mark; ADAMSON, Bob; MASON, Mark (org.) — *Pesquisa em Educação Comparada: abordagens e métodos*. Brasil: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília; Liber Livro Editora.
- CABALLERO ESCORCIA, Boris Alexander (2015) — *La historia comparada. Un método para hacer Historia*. «Sociedad y Discurso», n.º 28. Aalborg: Aalborg University Press, p. 50-69.
- CARVALHAL, Tânia Franco (2006) — *Literatura Comparada*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2006, p. 85-86. 4ª edição revista e ampliada.
- ELLIOTT, John H. (1999) — *Historia nacional y comparada*. «Historia y Sociedad», n.º 6. Medellín: Universidad Nacional de Colombia sede Medellín, p. 12-36.
- FLORINDO, Gauber Miranda (2013) — *O Método Comparado na História: das problemáticas às novas propostas*. «Revista de Ciências Humanas», vol. 13, n.º 2. Viçosa: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa, p. 379-390.
- RIBEIRO, António Sousa; RAMALHO, Maria Irene (2001) — *Identidade e Nação na(s) poética(s) da modernidade: Os casos de Fernando Pessoa e Hugo von Hofmannsthal*. In SANTOS, Boaventura - *Entre ser e estar: Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento, p. 411-435.
- RUSCHEL, Rogério Raupp (2015) — *La Rioja, Espanha, quer ter paisagem e cultura vinícola reconhecidas como Património da Humanidade pela UNESCO*. «Vinetur – La Revista Digital del Vino». Disponível em: <<https://www.vinetur.com/posts/2119-la-rioja-espanha-quer-ter-paisagem-e-cultura-vinicola-reconhecidas-como-patrimonio-da-humanidade-pela-unesco.html>>. [Consulta em 7/12/ 2016].
- VEYNE, Paul (1983) — *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB.

PARTE III

HISTÓRIA DA VINHA E DO VINHO N(D)AS DUAS «PAISAGENS CULTURAIS»

O DOURO E O VINHO DO PORTO, ENTRE A REGENERAÇÃO E O ESTADO NOVO*

CARLA SEQUEIRA**

Resumo: Com a presente comunicação visamos compreender os mecanismos de transição do modelo proteccionista de intervenção do Estado para o regime liberal, bem como o regresso a modalidades de regulação, procurando determinar até que ponto o estado adoptou uma política livre-cambista para o sector vitivinícola duriense, de capital importância para a economia nacional entre a Regeneração e os inícios do Estado Novo. Procuramos avaliar as consequências da nova legislação liberal, de 1865, face à forte tradição reguladora do Estado e tendo em conta a ocorrência de outros factores de transformação, entre os quais as doenças da videira, passando pelo alastrar do vinhedo a outras regiões do país. Para tal, centramo-nos nos debates entre proteccionistas e livre-cambistas em torno da questão vinhateira, transversais a toda a sociedade duriense e nacional, no sentido de perceber os jogos de forças políticas e económicas, bem como o grau de conflitualidade e debate com as outras regiões vitícolas portuguesas e outros agentes económicos do sector. Para compreender o regresso às modalidades proteccionistas de intervenção do Estado na economia da região do Douro, concentrar-nos-emos nas reivindicações regionais, desenvolvidas a partir do último quartel do século XIX, num período de crise agrícola e comercial, analisaremos a acção do Governo, procurando aferir a influência do movimento duriense na reposição do regime regulador, a partir de 1907.

* Texto adaptado a partir de SEQUEIRA, Carla – *Modalidades de intervenção do Estado no sector do vinho do Porto, 1852-1932*. In PÉREZ, Sebastian Celestino; PÉREZ, Juan Blázquez, ed. cient. – *Património Cultural de la Vid y el Vino*. Madrid: UAM Ediciones, 2013, p. 171-175; SEQUEIRA, Carla – *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo a «questão duriense» na economia nacional*. Porto: CITCEM/ Afrontamento, 2011.

** Doutorada em História pela FLUP. Investigadora do CITCEM/ FLUP.

Palavras-chave: História do Douro e do vinho do Porto (séc. XIX-séc. XX); Protecção e Livre Comércio; Economia da região Duriense; Intervenção do estado e economia na região do Douro.

Abstract: The present communication proposal aims to understand the mechanisms of transition from the protectionist model of State intervention to the liberal regime, as well as the return to regulatory modalities for the Port wine sector, which had a capital importance for the national economy between the *Regeneração* period and the beginnings of the *Estado Novo*. We intend to analyse the consequences of the liberal legislation of 1865, in view of the strong regulatory tradition of the State and taking into account other transformation factors, such as the diseases of the vine, as well as the spreading of the vineyard to other regions of Portugal. We focus our analysis on the debates between free traders and protectionists on the wine sector issue, in order to perceive the political and economic forces at play, as well as the degree of conflict and debate with the other Portuguese wine-growing regions and other economic operators in the sector. In order to understand the return to the protectionist model of State intervention in the Port wine sector, we will focus on the regional demands, developed from the last quarter of the 19th century, trying to determine the influence of the Douro movement in the replacement of regulatory measures, from 1907 onwards.

Keywords: History of the Douro and port wine (20th century); Protectionism and Free Trade; Economics of the Douro region; State intervention and economy in the Douro region.

INTRODUÇÃO

O tema da nossa comunicação centra-se na Região Demarcada do Douro entre a Regeneração e o Estado Novo, procurando compreender os mecanismos de transição do modelo proteccionista de intervenção do Estado para o regime liberal, bem como o regresso a modalidades de regulação, procurando determinar até que ponto o estado adoptou uma política livre-cambista para o sector vitivinícola duriense, de capital importância para a economia nacional no período considerado.

Relativamente a esta questão, os historiadores da economia apresentam teses convergentes no sentido da hesitação do Estado. Jaime Reis¹ demonstrou que, do ponto de vista pautal, Portugal era um dos países mais proteccionistas da Europa durante a segunda metade do século XIX. Também Miriam Halpern Pereira, inicialmente defendendo a existência de uma política livre-cambista², reviu a sua tese sobre o regime aduaneiro português da segunda metade do século XIX passando a classificá-lo como livre-câmbio moderado³, indo ao encontro da tese defendida por Manuel Villaverde Cabral⁴. Por sua vez,

¹ REIS, 1993.

² PEREIRA, 1983.

³ PEREIRA, 1991: 93-127.

⁴ CABRAL, 1981.

David Justino⁵ afirmou a impossibilidade da adopção de políticas livre-cambistas pelos governos da Regeneração, apontando como causas a dependência financeira do Estado relativamente às receitas fiscais e a incapacidade em gerar receitas alternativas. Segundo David Justino e Pedro Lains⁶ a manutenção de políticas proteccionistas ter-se-ia ficado a dever também à pressão exercida pelos grupos de interesses sobre o aparelho de Estado.

Partindo deste quadro teórico, procuramos abordar as seguintes questões:

- a) modalidades de intervenção do Estado na economia regional duriense, entre 1852 e 1932;
- b) o impacto da legislação liberal na Região Duriense e no sector do vinho do Porto, face à forte tradição reguladora do Estado e tendo em conta a ocorrência de outros factores de transformação, entre os quais as doenças da videira, passando pelo alastrar do vinhedo a outras regiões do país;
- c) as reivindicações regionais de intervenção do Estado no sentido da defesa da marca e denominação de origem;
- d) a acção do Estado face à crise do sector e às reivindicações regionais, isto é, até que ponto e em que moldes, mesmo em tempos de liberalismo, o Estado interveio no sector e qual o grau de influência das elites durienses na acção governamental.

O CONFRONTO ENTRE LIVRE-CAMBISMO E PROTECCIONISMO EM TORNO DA QUESTÃO VINHATEIRA

Entre a Regeneração e o Estado Novo, a região duriense movimentou-se no sentido da defesa de um sistema de regulação proteccionista. Apesar do enorme valor das exportações do vinho do Porto na balança comercial portuguesa durante esse período, a Região teve de se confrontar com o conflito de interesses que se gerou em relação ao sector comercial e às outras regiões vitícolas nacionais, de maior influência sobre os poderes instituídos. Teve ainda de se sujeitar às conjunturas políticas, à inclinação doutrinária e económica dos diferentes governos.

Pelos intensos debates e movimentações suscitadas, transversais a toda a sociedade, pelos interesses que motivou e desenvolveu, pelas repercussões de que se revestiu, pode afirmar-se que, entre a Regeneração e o Estado Novo, a «questão do Douro» foi, verdadeiramente, uma questão nacional.

O período entre 1852 e 1932 ficou marcado pelo debate entre dois sistemas de regulação, assinalando diferentes posições ideológicas e acções por parte do Estado no sentido de uma maior ou menor intervenção no sector. Esse debate ficou caracterizado pelo jogo de interesses, não apenas no sector do vinho do Porto, mas estendendo-se a outras regiões e grupos económicos, à medida que novos interesses se iam formando, que procuraram exercer a sua influência junto dos poderes públicos, dificultando uma opção por parte do Estado.

⁵ JUSTINO, 1989.

⁶ LAINS, 1995.

Numa primeira fase, o confronto de forças políticas e económicas deu-se entre o Douro e o sector da exportação. As relações entre a produção e o comércio caracterizaram-se pela conflituosidade, marcando divergentes orientações quanto ao modelo de intervenção do Estado. As reivindicações das elites regionais alicerçavam-se na tradição pombalina de regulação, o que as levava a defender a manutenção do sistema restritivo e da acção reguladora do Estado como garantia da qualidade, embora admitindo uma reforma da legislação vigente. Da parte da exportação, estava em jogo a defesa da adopção de uma política livre-cambista; o conflito dava-se entre a marca regional e a marca comercial.

A crise comercial motivada pela recessão da procura mundial de vinho do Porto, a perda de posição no mercado britânico para os vinhos espanhóis e franceses com a aplicação de direitos de importação favorecendo os vinhos menos alcoólicos, foram os principais argumentos usados para a defesa da liberalização do sector do vinho do Porto, concretizada em 1865. Os defensores dos princípios livre-cambistas alegavam a necessidade de reconverter o sector e enfrentar a concorrência externa, apostando no fabrico de novos tipos de vinho, adequados às exigências do mercado. Teria sido, de facto, uma boa oportunidade para a reconversão do sector vitícola nacional, mas, como refere Pedro Lains⁷, foi uma ocasião perdida pela falta de capacidade do comércio e produção em ajustar a oferta à procura. A liberalização do sector acabou por ter efeitos perversos em relação aos seus objectivos, fomentando a fraude interna e externa⁸, agravando o conflito sectorial e regional e evidenciando a necessidade de regulamentação, expressa no movimento reivindicativo pela intervenção do Estado do último quartel do século XIX.

A crise agrícola e comercial do último quartel do século XIX, originada pelas doenças da videira, pelo encerramento do mercado francês e pelo desenvolvimento de fraudes e falsificações internas favorecidas pela legislação liberal, propiciou o emergir de reivindicações pelo regresso a um regime proteccionista para a Região Demarcada do Douro, em choque com interesses de outros grupos sócio-económicos, particularmente a viticultura do Sul e os grupos ligados aos interesses cerealíferos, mais próximos do poder central e exercendo forte pressão sobre o Estado.

A defesa da denominação de origem contra as fraudes e as falsificações tornou-se a questão em maior evidência, mantendo-se até à década de 1930. A garantia de genuinidade dos vinhos durienses era entendida como um veículo de regeneração regional, pelo que o Douro continuou a solicitar ao Estado a regulação da exportação de vinhos no sentido de assegurar a marca, retomando medidas anteriormente sugeridas, tal como a criação de um entreposto, a que se somariam o pedido da restrição da barra do Porto e a demarcação da área produtora, patentes nos diversos projectos apresentados ao Governo pelas Comissões de Defesa do Douro. Contudo, a partir da liberalização do sector o debate alargou o seu âmbito geográfico. O alargamento da vinha a todo o país, a par do avanço da filoxera no Douro, criou novos «grupos de interesses», representados pela Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, que acabariam por exercer forte influência sobre o Governo. O *lobby* comercial e sulista fazia-se notar na Câmara dos Deputados e na sua Comissão de Vinhos. Este facto,

⁷ LAINS, 1995: 102-105.

⁸ PEREIRA, 1983: 224-227.

aliado à falta de apoio dos partidos políticos, conforme denunciado pelas elites regionais, dificultou a concretização das reivindicações durienses; apesar do forte movimento regional gerado, a causa do Douro estava votada ao fracasso por falta de apoio institucional a nível central. Por outro lado, os conflitos intra-regionais relativamente à integração do «novo Douro» nos limites da demarcação, que se repercutiram entre os representantes parlamentares, actuaram também como «factor de bloqueio», conforme ficaria demonstrado durante os debates de 1906-1907.

Apesar disso, as elites durienses conseguiriam exercer alguma influência sobre o Governo. Prova disso seria a criação, em 1885, da Comissão Central do Norte promotora da produção e comércio de exportação de vinhos nacionais, e da Real Companhia Vinícola Portuense, em 1888, aproveitadas no sentido de concretizar as reivindicações regionais. Contudo, o Douro apenas terá conseguido influenciar, conjunturalmente, a acção governamental, na medida em que as propostas regionais iam ao encontro dos interesses do próprio Estado, de diversificação e reconversão do sector, como era o caso dos dois exemplos citados.

O conflito regional e sectorial suscitado pelas reivindicações durienses de regresso a um modelo protecionista conduziu a um afastamento apenas ilusório entre os diversos agentes envolvidos. Na realidade, os debates parlamentares de inícios do século XX demonstraram que todos os «grupos de pressão», a braços com a crise, reivindicavam para si a tomada de medidas proteccionistas por parte do Estado, mesmo que alegando a defesa do liberalismo. Esta situação foi evidente a propósito do movimento duriense pela marca regional, de modo particular a partir de 1901, com a reivindicação de criação de marcas de região para todas as regiões vitícolas nacionais.

O IMPACTO DA LEGISLAÇÃO LIBERAL E A PROCURA DE SOLUÇÕES REGIONAIS PARA OS PROBLEMAS VITÍCOLAS

Num quadro de liberalização e de crise, o Douro utilizou como estratégia a adopção de soluções de carácter associativo quer de âmbito comercial, quer de pendor cooperativo. O aparecimento de associações de carácter comercial incluía-se na generalização da lógica do capital nos vários sectores da economia⁹, procurando fornecer capital à viticultura, garantir a genuinidade dos vinhos, obstar às fraudes, escoar a produção e incentivar o desenvolvimento dos diversos tipos de vinho que o Douro era capaz de produzir. Num outro patamar, as associações de classe de pendor cooperativo/associativo, surgindo como resposta ao movimento associativo do Sul vinhateiro, viriam a revelar-se de grande importância como órgãos de defesa dos interesses durienses, em articulação com outras formas de representação regional. O movimento associativo do último terço do século XIX reuniu gente importante e influente, na sua maioria grandes proprietários que já anteriormente haviam assumido a direcção dos movimentos reivindicativos, tendo desenvolvido acções de grande importância na difusão dos saberes e informações e distribuição de produtos mais baratos, procurando contribuir para a renovação do sector. As elites confirmavam, assim, o seu papel na resolução da

⁹ JUSTINO, 1989: 386.

crise, criando através destas associações uma malha de relações favorável à reconstrução do Douro e à pressão regional na defesa da denominação de origem do vinho do Porto. Neste contexto se integram também os repetidos apelos à formação de sindicatos agrícolas vistos, em inícios do século XX, como parte integrante da solução para a crise, a par da lei das marcas, uma vez que os sindicatos eram pensados numa dupla função: auxílio ao viticultor e uniformização de tipos de vinhos.

Por outro lado ainda, no âmbito do movimento em prol da denominação de origem, os notáveis locais desempenharam um papel preponderante, construindo uma rede de influências apoiada, por vezes, na representação parlamentar. Com o objectivo de pôr em marcha um forte movimento regional foram desenvolvidas acções institucionais, a que se somou a mobilização popular, induzida e liderada pelos grandes proprietários, como mais uma forma de pressionar o Estado, o que permite concluir que as movimentações regionais nunca se pautaram pela espontaneidade.

O rosto visível do movimento era a Comissão de Defesa do Douro; agregando as diversas câmaras durienses e outras entidades nas inúmeras acções que organizou, viria a ser a precursora do «movimento dos paladinos do Douro», que assumiria a defesa regional a partir dos inícios do século XX, acabando por induzir a reorganização institucional e o regresso a um modelo regulatório de cariz proteccionista.

O espírito associativo de classe não era, assim, completamente inexistente no Douro, mas fora substituído pela tradição da representação municipal, pela organização de comícios e comissões *ad-hoc* e, após 1907, pela liderança da Comissão de Viticultura da Região Duriense. Por outro lado, as ligações políticas fortes de alguns dos seus membros, a par da participação directa em cargos parlamentares, fariam a diferença no concretizar das reivindicações regionais. Dessa forma, o Douro procurava constituir-se em *lobby*, pressionando o Governo a tomar medidas. E embora a «questão do Douro» estivesse sujeita aos interesses político-partidários, as elites regionais acabariam por exercer alguma influência nas decisões governamentais, de que é exemplo a legislação franquista de 1907, demonstrando não ser totalmente verdadeira a asserção regional do desprezo por parte do Estado relativamente aos clamores e aos líderes durienses.

MODALIDADES DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA REGIONAL DURIENSE

Quanto à acção do Estado, pautou-se pela tentativa de concertação entre diferentes interesses¹⁰. O Governo hesitou quanto à adopção de um sistema livre-cambista ou proteccionista para o sector do vinho do Porto face ao intenso debate inter-regional e sectorial e às pressões de que era alvo por parte dos diversos sectores. Esta postura acabaria por exacerbar o conflito sectorial e regional, marcado por forte contestação e manifestando a permanência do debate entre políticas liberais ou proteccionistas.

O Estado procurou responder às reivindicações durienses, mas com novas formas de acção, nunca deixando de estar presente, conforme refere António Barreto¹¹. Por um lado, satisfazendo as

¹⁰ BARRETO, 1988: 383.

¹¹ BARRETO, 1988: 374-378.

suas necessidades financeiras, o Estado manteve a carga fiscal sobre a exportação de vinho do Porto, ainda que menos onerosa. Por outro lado, procurando concretizar a vontade manifestada durante os debates do terceiro quartel do século XIX, de modernização e reconversão do sector, investiu no estudo e aperfeiçoamento dos diversos tipos de vinho, legislando no sentido do associativismo e criando as adegas sociais, o que constituiu uma oportunidade para as elites durienses intensificarem a defesa da marca regional e da genuinidade do vinho do Porto.

No que diz respeito à defesa da marca, a acção do Estado pautou-se pela adesão às convenções internacionais, em primeiro lugar a Convenção de Paris, de que resultaria a lei de 4 de junho de 1883, e depois o Acordo de Madrid, o que pode ser interpretado como uma resposta às necessidades de regulamentação do sector, num quadro de liberalismo económico, face ao multiplicar das fraudes a nível externo. Contudo, por influência dos *lobbies* sulista e comercial, a marca regional não ficou consignada nas condições desejadas pelos notáveis durienses, permitindo que as falsificações no fabrico de vinhos se continuassem a verificar, em larga escala, tanto a nível externo como interno, acabando por motivar o movimento regional duriense em prol da marca «Porto».

A nível interno, o regresso ao modelo de regulação proteccionista do sector e a consagração jurídica da marca «Porto» viriam com a legislação de 1907, num contexto de forte confronto político e sectorial. Como defende Rui Ramos¹², João Franco tentou, com essa legislação, satisfazer os interesses durienses. Contudo, essa satisfação apenas terá sido parcial. Assim, assistia-se à reposição de modalidades restritivas de intervenção do Estado, de inspiração pombalina, mas fortemente influenciadas pelos interesses dos vinhateiros do Sul. O Douro conseguira constituir-se em «grupo de pressão», mas era minoritário face aos restantes *lobbies* que cercavam o Governo.

Por outro lado, como refere António Barreto¹³, o Estado procurou promover a estabilidade social no sector do vinho do Porto, colocando-se numa posição de «árbitro» de conflitos, intervindo à medida dos seus próprios interesses. A permanência dos conflitos sectoriais e regionais terá condicionado a política do Estado no sentido de subjugar os interesses dominantes, dificultando a capacidade de influência do Douro. Esta realidade tornou-se particularmente visível com a criação da *Casa do Douro*, pensada como uma reforma institucional que permitisse a autonomia da viticultura relativamente aos intermediários e aos negociantes. As pretensões durienses encontraram eco junto do Governo, interessado na regulação da economia, mas a sua concretização verificou-se sob a forma de modalidades reguladoras corporativas, baseadas no dirigismo estatal e não na auto-regulação. A pressão exercida pela Associação Comercial do Porto a propósito do projecto de sindicalização elaborado pelos *paladinos* acabou por servir os interesses do Estado, justificando as alterações ao projecto inicial no sentido da submissão das elites e dos interesses durienses. Dessa forma, o Estado Novo procurou controlar o conflito social, subordinando os interesses dominantes, inaugurando, com o decreto da criação da *Casa do Douro*, um novo modelo de regulação, de tutela estatal, na lógica da gestão dos conflitos de interesses.

¹² RAMOS, 2001: 139.

¹³ BARRETO, 1988: 385-390.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, António (1988) — *O Vinho do Porto e a intervenção do Estado*. «Análise Social», n.º 100. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 373-390.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1981) — *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. 3ª edição revista. Lisboa: A Regra do Jogo.
- JUSTINO, David (1989) — *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*. Lisboa: Veja. 2 volumes.
- LAINS, Pedro (1995) — *A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo, 1851-1913*. Lisboa: INCM.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2010) — *A evolução do espaço regional. Das demarcações pombalinas ao Douro pós-filoxérico*. In PEREIRA, Gaspar Martins, coord. — *Crise e reconstrução. O Douro e o vinho do Porto no século XIX. História do Douro e do vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, p. 10-49.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983) — *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*. 2ª edição. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- ____ (1991) — *A historiografia contemporânea sobre o século XIX*. «Ler História», n.º 21. Lisboa: ISCTE-IUL, p. 93-127.
- RAMOS, Rui (2001) — *João Franco e o fracasso do reformismo liberal (1884-1908)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- REIS, Jaime (1993) — *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*. Lisboa: INCM.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1977) — *Conflitos ideológicos do século XIX*. «Revista de História das Ideias», vol. 1. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, p. 41-118.
- SEQUEIRA, Carla (2011) — *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão du-riense» na economia nacional*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento.
- ____ (2014) — *Antão de Carvalho e a República no Douro*. Porto: CITCEM.

POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE NA PAISAGEM DA CULTURA DA VINHA DA ILHA DO PICO - O CASO DA MADALENA E CRIAÇÃO VELHA EM FINAIS DO SÉCULO XIX

CARLOTA SANTOS*

MARIA HERMÍNIA MESQUITA**

Resumo: Para as freguesias da Madalena e Criação Velha, ambas do concelho da Madalena que integra a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, Açores, que desde 2004 está reconhecida, pela UNESCO, como Património da Humanidade, dispomos, tal como acontece para a maior parte das freguesias da Ilha, de bases de dados demográficas e genealógicas construídas por aplicação da metodologia de «reconstituição de paróquias»¹ a partir do levantamento da informação proveniente dos registos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos. Estas bases, abertas ao cruzamento nominativo, têm sido completadas com informações seriais facultadas por diversas fontes de carácter social, económico e fiscal, viabilizando a análise da dinâmica populacional dessas comunidades e de comportamentos demográficos diferenciais, numa perspectiva histórica de longa duração.

Dispomos ainda de uma base integrando os dados nominais proporcionados pelas matrizes prediais elaboradas no início da década de 1880, referentes aos termos da Criação Velha e da Madalena e das informações constantes do mapa que, para cada uma destas freguesias, indica por ordem alfabética os nomes e moradas dos contribuintes inscritos na matriz predial, os números das matrizes e o rendimento colectável das respectivas propriedades.

* Investigadora do CITCEM – Grupo de investigação: «Populações e Saúde».

** Investigadora do CITCEM – Grupo de investigação: «Populações e Saúde».

¹ AMORIM, 1991.

Pese embora as inúmeras lacunas apresentadas pela matriz da Madalena resultantes do mau estado de conservação dos respectivos livros (de 8.266 registos de propriedade aí inscritos, apenas 4.081 se conservaram intactos), é possível construir um quadro geral sobre a efectiva distribuição da propriedade (por género, por local de residência e por rendimento colectável). E para a Criação Velha, cuja matriz se encontra completa com a descrição de 5.084 registos prediais, é possível uma aproximação à estrutura da propriedade.

A evolução da população nestas freguesias ficou marcada, na segunda metade do século XIX, por uma longa fase depressiva que iniciada a partir dos anos vinte se prolongou pelas primeiras décadas do século XX. A esta tendência não foi estranha a crise dos vinhedos que afectou a ilha a partir de 1853, empurrando uma grande parte da população activa masculina para a emigração. Sabe-se que a cultura da vinha, desde cedo, teve um papel importante na economia da Ilha e em particular no concelho da Madalena. António Lourenço da Silveira Macedo afirma que «o concelho da Magdalena (...) é inteiramente pedregoso e só próprio para a cultura d'arvores de carouço e vinha (...)»².

A suavidade climática da região e as características do solo, fertilizado por lavas vulcânicas recentes, proporcionaram condições favoráveis ao desenvolvimento da vitivinicultura que permitiu, ao longo dos tempos e através do porto da Horta, garantir a exportação de um vinho de grande qualidade. A partir de 1853, tal como sucedeu em outros lados, a produção vinícola do Pico viu-se drasticamente reduzida por uma praga de oidium que, devastando grande parte dos vinhedos, induziu a replantação de terrenos com uma vinha de casta inferior, resultando num produto final de menor qualidade direccionado para o consumo local.

A análise das matrizes facultando uma aproximação aos rendimentos da população, permitirão, mormente para a Criação Velha, estimar o peso que a vinha ainda detinha nesses rendimentos.

Palavras-chave: Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (Açores) – Demografia histórica; História das populações das freguesias vinhateiras Madalena e Criação Velha; A vinha na economia e sociedade da ilha do Pico; Bases de dados demográficas e genealógicas.

Abstract: For the parishes of Madalena and Criação Velha, both of the municipality of Madalena that integrates the Landscape of the Vineyard of Pico Island, Azores, which since 2004 is recognized by UNESCO as a World Heritage Site, we have, as it happens for most of the parishes of the island, demographic and genealogical databases built using the methodology of «reconstitution of parishes»³ based on the collection of information from parish registers of births, marriages and deaths. These bases, open to the nominative crossroads, have been supplemented by serial information provided by various social, economic and fiscal sources, making it possible to analyze the population dynamics of these communities and differential demographic behavior, in a long-term historical perspective.

² MACEDO, 1871: 75.

³ AMORIM, 1991.

We also have a base integrating the nominal data provided by the building matrices elaborated in the early 1880s, referring to the terms of Old Creation and Madalena and the information on the map that, for each of these parishes, indicates in alphabetical order the names and addresses of the taxpayers registered in the building matrix, the numbers of the matrices and the taxable income of the respective properties.

Despite the many lacunae presented by the Madalena headquarters, as a result of the poor state of preservation of the respective books (of 8,266 registered property records, only 4,081 remained untouched), it is possible to construct a general framework on the effective distribution of property (by gender, place of residence and taxable income). And for Old Creation, whose matrix is complete with the description of 5,084 building records, it is possible to approximate the structure of the property.

The evolution of the population in these parishes was marked, in the second half of the nineteenth century, by a long depressive phase that began from the 1920s onwards during the first decades of the 20th century. To this trend was not strange the crisis of the vineyards that affected the island from 1853, pushing a large part of the active male population for emigration. It is known that the culture of the vineyard, from an early age, played an important role in the economy of the Island and in particular in the municipality of Madalena. António Lourenço da Silveira Macedo states that «the municipality of Magdalena (...) is entirely stony and only suitable for the culture of trees and vines (...)»⁴.

The climactic mildness of the region and the characteristics of the soil, fertilized by recent volcanic lavas, provided favorable conditions for the development of vitiviculture that allowed, throughout the times and through the port of Horta, to guarantee the export of a high quality wine. From 1853, as elsewhere, Pico's wine production was drastically reduced by a plague of oidium which, devastating much of the vineyards, led to the replanting of land with a lower caste vineyard, resulting in a product quality target for local consumption.

The analysis of the matrices, allowing an approximation to the income of the population, will allow, especially for the Old Creation, to estimate the weight that the vine still had in those incomes.

Keywords: Landscape of the Pico Island Vineyard (Azores) – Historical Demography; History of the populations of the vineyards Madalena and Criação Velha; The vineyard in the economy and society of the island of Pico; Demographic and genealogical databases.

1. OBJECTIVOS, FONTES E MÉTODOS

A partir das fontes e métodos específicos da Demografia Histórica, pretendemos:

- Analisar, numa perspectiva histórica de longa duração, a evolução populacional do município da Madalena que actualmente integra a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (Açores), reconhecida desde 2004 pela UNESCO como Património da Humanidade.

⁴ MACEDO, 1871: 75.

- Destacar o importante papel que a cultura da vinha desempenhou ao longo dos séculos na economia destas populações, bem como os constrangimentos demográficos despoletados pela crise dos vinhedos de 1853 por via do acréscimo da emigração.
- Considerando o caso particular das freguesias da Madalena e Criação Velha, desenhar o enquadramento da distribuição da propriedade em finais do século XIX.

Para as freguesias da Madalena e da Criação Velha dispomos de bases de dados demográficas e genealógicas construídas por aplicação da metodologia de «reconstituição de paróquias»⁵ a partir do levantamento e cruzamento nominativo da informação recolhida nos registos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos, entre os séculos XVII e XX⁶.

Nestas bases de dados têm sido progressivamente introduzidas informações seriais facultadas por diversas fontes de carácter social, económico e fiscal, permitindo a observação de comportamentos diferenciados entre os vários estratos sociais⁷, o estudo das estratégias matrimoniais adoptadas para assegurar a preservação e ampliação do património familiar⁸ e ainda a análise da interacção estabelecida entre a estrutura demográfica e a estrutura do parentesco entre subpopulações⁹.

No actual contexto, as matrizes prediais que resultam do levantamento realizado durante os primeiros anos da década de 1880 constituíram fontes essenciais para o desenvolvimento da investigação, contendo para cada propriedade a atribuição nominal do proprietário, a localização, área e confrontações, assim como a respectiva descrição e rendimento colectável.

A matriz da Criação Velha encontra-se completa (com descrição de 5.084 registos prediais) enquanto a matriz da Madalena apresenta inúmeras lacunas decorrentes do mau estado de conservação dos livros existentes: dos 8.266 registos de propriedade aí inscritos apenas conhecemos a descrição de 4.081 (49,37% de casos) o que impede a caracterização do conjunto de propriedades imputadas a cada indivíduo.

Para ambas as freguesias foram ainda consultados os «mapas resumo» das matrizes prediais publicados em 1884 pela Imprensa Nacional, onde constam por ordem alfabética: os nomes dos contribuintes inscritos na matriz, a respectiva residência, os números dos artigos a que correspondem os prédios na matriz e, finalmente, o rendimento colectável global de cada proprietário.

Estas informações permitiram minimizar as deficiências de base encontradas na matriz da Madalena para a qual permanecem, contudo, mais limitadas as possibilidades de análise.

2. O PAPEL DA CULTURA DA VINHA NO MUNICÍPIO DA MADALENA

Dos três municípios em que actualmente se reparte a ilha do Pico, o da Madalena que corresponde maioritariamente à zona classificada como Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (Fig. 1),

⁵ AMORIM, 1991.

⁶ SANTOS, 2004; MESQUITA, 1998.

⁷ AMORIM, 1992; MESQUITA, 1998; SANTOS, 2004.

⁸ AMORIM & SANTOS, 2009.

⁹ SANTOS, 2004.

ocupa uma área de 149,08 km² distribuída pelas freguesias da Madalena (32,95 km²), Criação Velha (16,39 km²), Bandeiras (25,92 km²), Candelária (31,72 km²), S. Mateus (17,74 km²) e S. Caetano (24,36 km²).

Desde o início do povoamento, tanto a suavidade climática da ilha como as características do solo, fertilizado por lavas vulcânicas recente, favoreceram o desenvolvimento da vitivinicultura, sobretudo na zona ocidental, estimulando a produção e comercialização de um vinho de excelente qualidade exportado para os mercados do Norte da Europa, Rússia, Estados Unidos da América e Brasil, compensando uma produção cerealífera estruturalmente deficitária.

No ano de 1853, à semelhança do que ocorreu em território continental e nas restantes ilhas do arquipélago dos Açores, a produção vinícola sofreu uma drástica redução na sequência de uma praga de *oidium* que devastou grande parte dos vinhedos, induzindo a replantação de terrenos no início da década de 1870, com uma vinha de casta inferior (*Isabella*) seleccionada pela sua maior resistência mas resultando num produto final de menor qualidade sobretudo direccionado para o consumo local¹⁰.

A economia insular foi significativamente afectada por esta crise, já que tradicionalmente dependia da produção de um vinho de excelente qualidade exportado (a partir do porto da Horta na vizinha ilha do Faial) para os mercados do Norte da Europa, Rússia, Estados Unidos da América e Brasil.

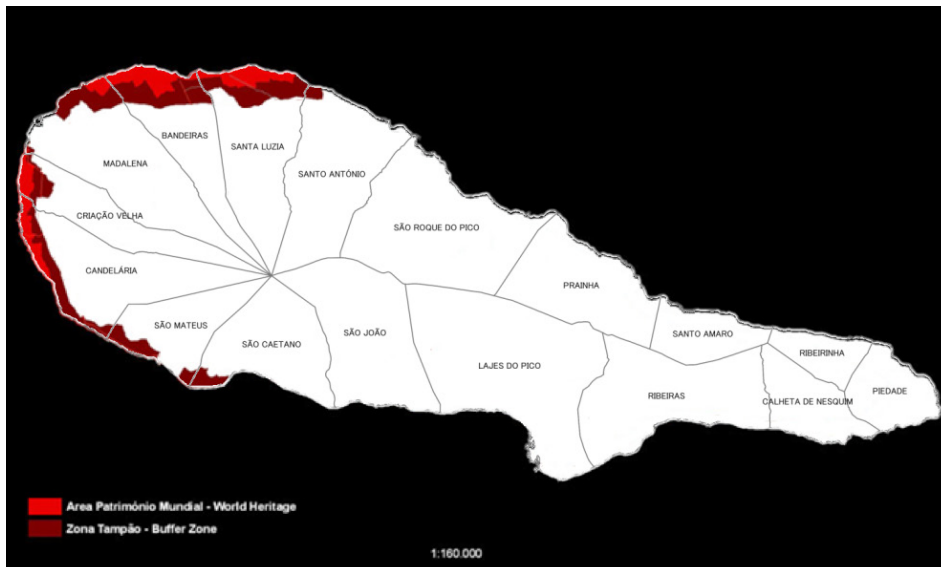


Fig. 1. Freguesias da Ilha do Pico e área Património Mundial

Adaptado de: <<http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/vinhas-pico/mapas/1.html>>. [Consultado em 20/09/2017]

¹⁰ JOÃO, 1991.

Esta conjuntura adversa provocou o empobrecimento de um sector significativo da população, como trabalhadores rurais, artesãos dedicados ao fabrico e preparação do vasilhame, trabalhadores portuários e marítimos, tendo como resultado uma clara intensificação das saídas migratórias de média ou longa distância¹¹.

A partir da informação fornecida pelas *Estatísticas do Governo Civil do Distrito Autónomo da Horta* para o ano de 1884, os indicadores de produção organizados por Norberta Amorim para as quatro ilhas do ex-distrito da Horta¹² permitem quantificar o importante contributo económico da cultura da vinha em todo o concelho, mas particularmente nas freguesias da Madalena e Candelária onde a produção anual de vinho atingiu 79,8% num total de 101.420 litros.

Dos seus derivados, o quantitativo de aguardente adquiriu maior expressão nas freguesias das Bandeiras e Madalena que, em conjunto, produziram 68% dos 19.190 litros contabilizados nesse ano em todo o município, enquanto a produção de vinagre se concentrou na freguesia da Candelária, representando 60,8% num total de 26.320 litros.

3. EVOLUÇÃO POPULACIONAL E TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

A informação proporcionada pelos mapas de população elaborados para as várias freguesias que integram o concelho e, a partir de 1864, pelos sucessivos censos e recenseamentos nacionais, permite apreciar a evolução do quadro demográfico observado ao longo de dois séculos, através dos indicadores de volume, densidade e crescimento anual médio (Fig. 2 e Tabela 1).

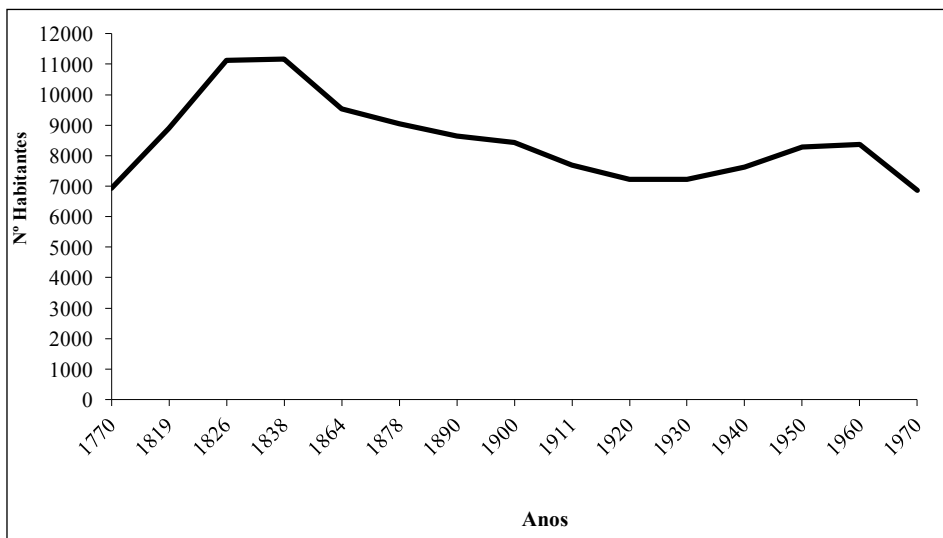


Fig. 2. Evolução do número de habitantes no município da Madalena

¹¹ SANTOS, 2004.

¹² AMORIM, 2004.

Os anos que medeiam entre 1770 e 1826 correspondem a uma fase de crescimento notável à qual se segue cerca de uma década de relativa estabilidade, antecedendo um extenso período depressivo com termo em 1920. A partir desta data, insinua-se um movimento de débil recuperação que progride até 1940 em ritmo moderadamente ascendente, pouco ultrapassando o limiar mínimo de relevância. Com efeito, considerando a interação demografia/meios de subsistência, taxas inferiores a 0.4% dificilmente se repercutem sobre as variáveis económicas, enquanto valores superiores implicam frequentemente alterações conjunturais sensíveis¹³.

Tabela 1. Aspectos globais da população no município da Madalena

Indicadores	ANOS														
	1770	1819	1826	1838	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Volume populacional	6932	8903	11131	11170	9528	9044	8644	8432	7682	7224	7229	7631	8280	8359	6860
Densidade populacional	46.5	59.7	74.7	74.9	63.9	60.7	58.0	56.6	51.5	48.5	48.5	51.2	55.5	56.1	46.0
TCAM (%)		0.51	3.24	0.03	-0.61	-0.37	-0.38	-0.25	-0.84	-0.68	0.01	0.54	0.82	0.09	-1.96

Em 1950, a taxa de crescimento anual médio eleva-se para 0,82% e, após uma década de desaceleração em terreno positivo, traduz o mais acentuado decréscimo verificado no intervalo de dois séculos (-1,96%) de tal modo que, em 1970, o total de efectivos aproxima-se com escassa inferioridade do que foi estimado para o ano de 1770.

Num quadro geral de idades médias ao primeiro casamento tendencialmente elevadas em todos os municípios do Pico¹⁴, as freguesias da zona ocidental acusaram um maior impacto do ciclo económico depressivo despoletado pela crise de 1853. Sobretudo na Madalena e na Criação Velha foi notório o adiamento do matrimónio (Tabela 2) e, embora na Candelária essa alteração tenha sido menos acentuada, em qualquer uma das comunidades foi significativa a subida das idades médias, tanto para homens como para mulheres.

Por outro lado, a análise de comportamentos observados nos diferentes grupos ocupacionais (Tabela 3) indicia a actuação de mecanismos particularmente constrangedores no grupo de proprietários, determinando um pronunciado atraso na celebração do primeiro matrimónio, em contraste com a precocidade que sempre caracterizou a população marítima¹⁵.

¹³ TAPINOS, 1976.

¹⁴ AMORIM & SANTOS, 2009.

¹⁵ SANTOS, 2009.

Tabela 2. Idade média ao primeiro casamento por períodos. Freguesias da zona ocidental (1800-1899)

Fonte: Bases de dados demográficas da Madalena, Criação Velha e Candelária

Períodos de casamento	Homens		Mulheres	
	N	Idade média	N	Idade média
Madalena				
1800-1849	555	29.0	617	25.9
1850-1899	369	30.0	443	27.0
Criação Velha				
1801-1849	212	28.4	271	25.4
1850-1899	170	30.6	229	27.6
Candelária				
1800-1849	510	26.9	573	24.4
1850-1899	336	28.2	372	27.6

Nota: Nubentes ao primeiro casamento, com idades inferiores a 50 anos

Tabela 3. Idade média ao primeiro casamento por períodos. Freguesias da zona ocidental.

Grupos ocupacionais (1800-1899). Fonte: Bases de dados demográficas

Períodos de Casamento	Homens		Mulheres	
	N	Idade média	N	Idade média
Agricultores e trabalhadores rurais	358	28,2	363	24,8
1800 - 1849				
1850 - 1899	576	29,7	610	27,6
Marítimos	77	24,9	79	23,3
1800 - 1849				
1850 - 1899	130	26,8	155	25,7
Artesãos	49	27,9	62	25,2
1800 - 1849				
1850 - 1899	80	28,5	103	25,4
Proprietários	40	28,7	44	24,6
1800 - 1849				
1850 - 1899	49	39,2	63	27,8

Nota: Casamentos em que a ocupação do chefe de família é conhecida. Nubentes ao primeiro casamento, com idades inferiores a 50 anos

Contudo, deve referir-se que nas fontes em que se baseou esta categorização a designação de «proprietário» é bastante mais restrita do que a utilizada nas matrizes prediais, sendo apenas aplicável a indivíduos cujo rendimento auferido pela exploração da terra garantia por si só a sobrevivência

do seu agregado doméstico e, eventualmente, a da família extensa. Para os detentores da média ou grande propriedade a conservação ou elevação do estatuto social constituía efectivamente uma prioridade, implicando a activação de alianças matrimoniais homogâmicas destinadas a ampliar o património familiar que, por herança, tenderia a ser igualmente repartido pela geração descendente.

Neste contexto, sendo estreito o leque de opções para a selecção de um cônjuge de estatuto social idêntico numa sociedade limitada pelo isolamento geográfico e outros condicionalismos insulares, apenas as famílias influentes poderiam manobrar esse processo de forma mais ágil. Como alternativa para o enriquecimento individual, a emigração transatlântica dos filhos varões surgia como solução relativamente acessível para os médios e pequenos proprietários que, no seu retorno, teriam acumulado algum capital que lhes permitisse alargar o património fundiário transmitido ou a transmitir por via sucessória. A implementação destas estratégias, sendo prolongada no tempo, explicará a prevalência de enlacs matrimoniais tardios neste estrato social, particularmente no período crítico que a população atravessou na década de 1850.

4. DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE NA MADALENA E CRIAÇÃO VELHA

No início da década de 1880, dos proprietários listados nas matrizes prediais do conjunto Madalena/Criação Velha 78,2% residiam em uma das duas freguesias. Destes, 54,2% detinham um qualquer tipo de propriedade na sede do concelho e 24% na paróquia vizinha, independentemente da sua dimensão e respectivo rendimento. Ainda assim, 21,8% dos proprietários eram residentes em outras localidades (Tabela 4).

Tabela 4. Proprietários da Madalena e Criação Velha

Fonte: Mapa das matrizes prediais da Madalena e Criação Velha, 1884

Local de residência	Local das propriedades				Total	
	Madalena		Criação Velha			
	N	%	N	%	N	%
Madalena	1019	41,7	112	4,6	1131	46,3
Criação Velha	306	12,5	474	19,4	780	31,9
Madalena e Criação Velha	1325	54,2	586	24,0	1911	78,2
Outras localidades	297	12,2	234	9,5	531	21,8
Total	1622	66,4	820	33,6	2442	100

No entanto, observando separadamente cada um dos espaços verifica-se ter sido mais elevada a proporção de indivíduos residentes na Criação Velha com propriedades na Madalena (12,5%) do que a situação inversa (4,6%). Esta divergência dever-se-á sobretudo a uma desigual extensão das áreas apropriáveis mas decorrerá simultaneamente da estreita relação de parentesco estabelecida entre es-

sas subpopulações¹⁶ que, ao longo de várias gerações, originou sucessivas transferências patrimoniais por via matrimonial e sucessória¹⁷.

Menos discrepantes, as percentagens de proprietários com residência em outras localidades correspondiam a 12,2% de casos na Madalena e a 9,5% na Criação Velha.

Numa perspectiva de género, e agregando todos os locais de residência, conclui-se que cerca de 70% dos proprietários referenciados nos mapas que resumem as matrizes de ambas as freguesias eram de sexo masculino (Tabela 5 e Tabela 6).

Tabela 5. Proprietários da Madalena (por freguesia de residência e género)

Fonte: Mapa da matriz predial da Madalena, 1884

Freguesia de Residência	Homens		Mulheres		Instituições		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Madalena	669	65,6	349	34,3	1	0,1	1019	100
Criação Velha	234	76,5	71	23,2	1	0,3	306	100
Bandeiras	99	81,8	22	18,2	0	0	121	100
Ilha do Faial	120	74,1	42	25,9	0	0	162	100
Outras freguesias da Ilha do Pico	9	90,0	1	10,0	0	0	10	100
Outras Ilhas e Continente	3	75,0	1	25,0	0	0	4	100
Total	1134	69,9	486	30,0	2	0,1	1622	100

Tabela 6. Proprietários da Criação Velha (por freguesia de residência e género)

Fonte: Mapa da matriz predial da Criação Velha, 1884

Freguesia de Residência	Homens		Mulheres		Instituições		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Criação Velha	312	65,8	159	33,6	3	0,6	474	100
Madalena	86	76,8	26	23,2	0	0	112	100
Candelária	118	75,6	38	24,4	0	0	156	100
Ilha do Faial	55	72,4	20	26,3	1	1,3	76	100
Outras freguesias da Ilha do Pico	1	50,0	1	50,0	0	0	2	100
Outras Ilhas e Continente	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	572	69,8	244	29,8	4	0,5	820	100

¹⁶ SANTOS, 2004.

¹⁷ SANTOS, 2004.

Contudo, isolando os moradores na Madalena e Criação Velha, observa-se uma maior representação de mulheres em qualquer um dos espaços, rondando os 34%. No conjunto, sobressai ainda uma expressiva representatividade do sexo feminino entre os residentes na ilha do Faial com propriedades na Madalena (25,9%) e na Criação Velha (26,3%).

Os mais elevados coeficientes de parentesco encontrados na área do município entre freguesias adjacentes, determinados pelo processo de selecção do cônjuge onde a proximidade geográfica desempenhou um papel relevante¹⁸ fundamenta a presença de uma significativa frequência de proprietários na Madalena com residência nas Bandeiras (dos quais 18,2% eram mulheres) e de residentes na Candelária com propriedades na Criação Velha (dos quais 24,4% também eram mulheres).

Relativamente à distribuição por género dos indivíduos residentes em outras freguesias do arquipélago ou do continente, o seu escasso número inviabiliza qualquer leitura dos valores calculados, por ausência de significado estatístico.

Numa outra perspectiva, se relacionarmos o total de proprietários em cada local de residência com o respectivo rendimento global (Tabela 7 e Tabela 8), destaca-se um maior rendimento médio para os 162 moradores na ilha do Faial com propriedades no espaço da Madalena (20\$022 réis) que se afasta largamente da relação encontrada para os 1019 proprietários residentes na própria paróquia (5\$292 réis). Na Criação Velha a situação é semelhante, com o rácio correspondente aos 76 faialenses (6\$435 réis) a exceder, ainda que em menor medida, o que se refere aos 474 residentes na própria paróquia (2\$484 réis).

Tabela 7. Relação entre proprietários e rendimento colectável no espaço da Madalena (por freguesia de residência)

Freguesia de residência	Proprietários		Rendimento colectável		Relação RC/ Proprietários
	N	%	N	%	
Madalena	1019	62,8	5392\$463	56,6	5\$292
Criação Velha	306	18,9	650\$852	6,8	2\$127
Bandeiras	121	7,5	156\$572	1,6	1\$294
Ilha do Faial	162	10,0	3243\$553	34,0	20\$022
Outras freguesias da Ilha do Pico	10	0,6	15\$655	0,2	1\$565
Outras Ilhas e Continente	4	0,2	76\$919	0,8	19\$230
Total	1622	100	9536\$014	100	5\$879

¹⁸ SANTOS, 2004.

Tabela 8. Relação entre proprietários e rendimento colectável no espaço da Criação Velha (por freguesia de residência)

Freguesia de residência	Proprietários		Rendimento colectável		Relação RC/Proprietários
	N	%	N	%	
Criação Velha	474	57,8	1.177\$308	65,4	2\$484
Madalena	112	13,7	75\$383	4,2	\$673
Candelária	156	19,0	59\$661	3,3	\$382
Ilha Faial	76	9,3	489\$067	27,1	6\$435
Outras freguesias Pico	2	0,2	0\$000	0	\$000
Total	820	100	1.801\$419	100,0	2\$197

Esta primeira abordagem sobre a apropriação do espaço em cada uma das duas freguesias oculta, porém, grandes clivagens na efectiva repartição do rendimento global. Com efeito, a distribuição apresentada nas Tabela 9 e 10, vem revelar que a percentagem de indivíduos com propriedade e sem qualquer rendimento rondava os 7% na Madalena e os 17% na Criação Velha, o que equivaleria à não exploração ou improdutividade de um número considerável de parcelas de terreno, na maior parte dos casos de reduzida dimensão.

Tabela 9. Distribuição dos proprietários da Madalena segundo o rendimento colectável (% em relação ao termo)

Rendimento Colectável (réis)	Madalena		C. Velha		Bandeiras		Ilha Do Faial		Outras freguesias da Ilha do Pico		Outras Ilhas e Continente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem rendimento	73	4,5	18	1,1	9	0,6	16	1,0	1	0,06	0	0	117	7,3
<100	30	1,9	22	1,4	4	0,2	5	0,3	0	0	0	0	61	3,8
100-499	142	8,8	68	4,2	41	2,5	24	1,5	0	0	0	0	275	17,0

Rendimento Colectável (réis)	Madalena		C. Velha		Bandeiras		Ilha Do Faial		Outras freguesias da Ilha do Pico		Outras Ilhas e Continente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
500-999	117	7,2	51	3,1	24	1,5	15	0,9	1	0,06	1	0,06	209	12,8
1000-1999	164	10,1	39	2,4	19	1,2	15	0,9	1	0,06	0	0	238	14,7
2000-4999	199	12,2	67	4,1	18	1,1	17	1,1	4	0,2	1	0,06	306	18,8
5000-9999	149	9,2	35	2,1	5	0,3	14	0,9	1	0,06	0	0	204	12,6
10000-19999	97	6,0	6	0,4	1	0,06	26	1,6	1	0,06	2	0,1	133	8,2
20000-29999	23	1,4	0	0	0	0	10	0,6	1	0,06	0	0	34	2,1
30000-39999	12	0,7	0	0	0	0	4	0,2	0	0	0	0	16	0,9
40000-49999	5	0,3	0	0	0	0	4	0,2	0	0	0	0	9	0,5
50000-69999	3	0,2	0	0	0	0	3	0,2	0	0	0	0	6	0,4
70000-79999	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
80000-89999	0	0	0	0	0	0	1	0,06	0	0	0	0	1	0,06
90000-99999	1	0,06	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,06
>= 100000	4	0,2	0	0	0	0	8	0,5	0	0	0	0	12	0,7
Total	1019	62,8	306	18,8	121	7,5	162	10,0	10	0,6	4	0,2	1622	100

Tabela 10. Distribuição dos proprietários da Criação Velha segundo o rendimento colectável (% em relação ao termo)

Rendimento colectável	C. Velha		Madalena		Candelária		Faial		Outras fregs. do Pico		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
S/rendimento	49	6,0	24	2,9	41	5,0	23	2,8	2	0,24	139	17,0
<\$100	53	6,5	24	2,9	40	4,9	5	0,6		0	122	14,9
\$100-\$499	90	11,0	28	3,4	45	5,5	7	0,9		0	170	20,7
\$500-\$999	70	8,5	9	1,1	12	1,5	6	0,7		0	97	11,8
1\$000-1\$999	73	8,9	14	1,7	11	1,3	8	1,0		0	106	12,9
2\$000-4\$999	81	9,9	11	1,3	6	0,7	7	0,9		0	105	12,8
5\$000-9\$999	30	3,7	2	0,2	1	0,1	7	0,9		0	40	4,9
10\$000-19\$999	19	2,3	0	0,0	0	0,0	7	0,9		0	26	3,2
20\$000-29\$999	7	0,9	0	0,0	0	0,0	1	0,1		0	8	1,0
30\$000-39\$999	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,4		0	3	0,4
40\$000-49\$999	2	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0		0	2	0,2
70\$000- 79\$999	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1		0	1	0,1
>100\$000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1		0	1	0,1
Totais	474	57,8	112	13,7	156	19,0	76	9,3	2	0,24	820	100

Com um valor inferior a 10\$000 réis que, na inexistência de propriedades em outras localidades não permitiria transpor o limiar de pobreza de famílias estruturalmente dependentes dos recursos proporcionados pela terra encontram-se 79% de proprietários do termo da Madalena e 78% no da Criação Velha.

Considerando como «remediados» os indivíduos com rendimento entre 10\$000 e 30\$000 réis (10,3% na Madalena e 4,2% na Criação Velha), restariam respectivamente 2,6% e 0,8% detentores da grande propriedade ou de um conjunto de terras de menor dimensão cujo rendimento poderia garantir ao agregado garantia uma situação económica desafogada. Esta minoria inclui os proprietários residentes na ilha do Faial. No termo da Madalena, dos 45 proprietários com rendimento igual ou superior a 30\$000 réis, 20 residiam na cidade da Horta, enquanto dos 5 que foram registados na Criação Velha 3 também eram faialenses.

Isolando o escalão igual ou superior a 100\$000 réis, conotado com o mais elevado estatuto social, verifica-se que eram moradores no Faial 8 dos 12 proprietários da Madalena, assim como um único proprietário da Criação Velha em idêntica situação.

Embora o estado físico dos livros da matriz predial da Madalena tenha impedido a obtenção de informação completa sobre a dimensão de todas as propriedades, será legítimo supor que uma parte

significativa desse espaço fosse apropriado por famílias da ilha do Faial, tal como se constatou para a Criação Velha onde, num total de 62.908 ares, 25,6% dessa área lhes pertencia¹⁹.

NOTAS FINAIS

As fontes que sustentaram a análise da distribuição da propriedade nas freguesias da Madalena e Criação Velha (matrizes prediais e mapas resumo das matrizes) presumem ser proprietário qualquer indivíduo a quem esteja adstrita a posse de uma qualquer parcela rural ou urbana, independentemente da sua dimensão e respectivo rendimento colectável.

Verificámos, contudo, que uma expressiva maioria destes «proprietários» não usufruía de rendimento suficiente para que o seu agregado doméstico conseguisse ultrapassar o limiar da pobreza.

O grupo de chefes de família que sobrevivia de forma desafogada a partir dos seus rendimentos constituía uma minoria heterogénea, incluindo indivíduos referenciados num único artigo inscrito na matriz e outros a dezenas de números de registos prediais. Este indicador, associado ao valor do rendimento colectável avaliado por freguesia de residência, permitiu concluir que em ambos os espaços administrativos a grande propriedade era predominantemente explorada por residentes na ilha do Faial.

Numa sociedade estratificada em função do acesso ao património fundiário, a intermediação dos progenitores no processo de selecção do cônjuge dos seus descendentes era determinante. Na incapacidade de activarem esta estratégia de reprodução social, restaria a opção por um destino migratório, com importantes impactos demográficos e sociais²⁰, que a médio ou longo prazo poderia resultar num acréscimo de riqueza proporcionando uma futura união matrimonial vantajosa, necessariamente em idade mais tardia, viabilizando simultaneamente o acesso à propriedade da terra.

FONTES

Mapa da matriz predial da Madalena 1884. Serviço das Finanças da Madalena (Ilha do Pico); sem tratamento arquivístico.

Mapa da matriz predial da Criação Velha 1884. Serviço das Finanças da Madalena (Ilha do Pico); sem tratamento arquivístico.

Mapa da População da ilha do Pico em 1770. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 8, doc. 6.

Mapas do Estado da População das Freguesias das Bandeiras, Candelária, Criação Velha, Madalena, S. Mateus, 1838, Arquivo do Governo do Distrito da Horta; sem tratamento arquivístico.

Recenseamentos nacionais portugueses (1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920). Lisboa: Direcção Geral de Estatística.

¹⁹ MESQUITA, 2007.

²⁰ SANTOS & MESQUITA, 2011.

Recenseamentos nacionais portugueses (1930, 1940, 1950, 1960, 1970). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Registos Paroquiais de baptizados, casamentos e óbitos das freguesias da Madalena, Criação Velha, Bandeiras, Candelária, S. Mateus, S. Caetano (1636-1970). Arquivo Distrital da Horta.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta (1991) — *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos portugueses*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», 9:1, p. 7-25.
- ____ (1992) — *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- ____ (2004) — *População e Recursos básicos. As quatro ilhas do ex-distrito da Horta em finais do século XIX*. In *Actas do III Colóquio «O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX»*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 175-205.
- AMORIM, Maria Norberta; SANTOS, Carlota (2009) — *Marriage Strategies in Azorean Communities of Pico Island (19th Century) – Differentiated Female Behaviour in Choosing a Lifelong Partner*. In DURÃES, M.; FAUVE-CHAMOUX, A.; FERRER, L.; KOK, J. (eds.) — *The Transmission of Well-Being – Gendered Marriage Strategies and Inheritance Systems in Europe (17th-20th Centuries)*. Bern: Peter Lang AG, Internationaler Verlag der Wissenschaften, p. 143-199.
- JOÃO, Maria Isabel (1991) — *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- MESQUITA, Maria Hermínia (1998) — *Evolução demográfica na Criação Velha, paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*. Ponta Delgada: Direcção Regional da Cultura.
- ____ (2007) — *A Criação Velha nos finais do século XIX: uma abordagem baseada nos registos de propriedade*. In *Actas do III Colóquio «O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX»*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 627-645.
- SANTOS, Carlota (2004) — *Biodemografia do concelho da Madalena – Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da Ilha do Pico*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- ____ (2009) — *Comunidades marítimas da Ilha do Pico: comportamentos demográficos durante os séculos XIX e XX*. In DUBERT, Isidro & SOBRADO CORREA, Hortensio (eds.) — *El Mar en los siglos modernos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, tomo I, p. 53-70.
- SANTOS, Carlota & MESQUITA, Maria Hermínia (2011) — *Proprietários da Madalena e Criação Velha (Ilha do Pico) em finais do século XIX. Família e Património (Estudo de casos)*. In SANTOS, Carlota, coord. — *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM, p. 25-45.
- TAPINOS, G. (1976) — *Éléments de démographie*. Paris: Armand Colin.

PAISAGEM DA VINHA DO PICO - ANTES E DEPOIS DA FILOXERA. PERSPETIVA ECONÓMICA E SOCIAL

MARIA MACIEL*

Resumo: Se a ilha do Pico, aos olhos de quem a vê, se distingue no arquipélago pela força telúrica da sua juventude, pela sua imponência e pelo esplendor da sua presença, foi também aquela que, devido à constituição geológica recente, mais dificuldades ofereceu à fixação humana, em particular a zona ocidental, coberta de grande manto de lavas. Mas foi precisamente nesses terrenos petrificados, de que eram donos, em grande parte, as famílias abastadas e as ordens religiosas estabelecidas no Faial, fazendo-se representar à distância por um feitor que as mãos do homem do Pico construíram um modelo arquitetural único de muros de pedra, formando currais e outras estruturas, com objetivos bem definidos, onde a cultura da vinha, já experimentada com sucesso na zona sul da ilha, acabaria por vingar e florescer, dando-se início ao mais longo ciclo económico da sua História.

O vinho que aí se produzia sempre em crescendo – o Verdelho – era de alta qualidade, e exportado em grandes quantidades, quando em meados do século XIX, as pragas vinícolas do oídio e da filoxera atingem dramaticamente as vinhas. Tudo mudou de repente. Dos milhares de pipas passou-se apenas a centenas. Os proprietários das terras, subitamente arruinados, venderam-nas ao desbarato, sendo adquiridas pelos feitores e antigos trabalhadores das vinhas que, na busca de soluções consentâneas, após vicissitudes várias, na procura exigente da qualidade vinícola, acabariam por ser os continuadores daquela cultura, transformando-a no que ela é hoje.

* Licenciada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestrado em Estudos Portugueses - Literatura e Cultura Portuguesas Contemporâneas. Doutorada em Cultura Portuguesa séc. XX, pela Universidade Nova de Lisboa. Investigadora do CHAM da mesma Universidade. Investigadora do CITCEM/FLUP.

Se a história da vinha do Pico viveu crises e mudanças profundas, de emigração e de abandono, o trabalho feito em pedra sobreviveu a todas as intempéries, vulcões e terremotos. Ficou o modelo arquitetónico, então construído harmonicamente, pedra a pedra, pelas mãos do homem, num esforço e persistência dignos de louvor, a distinguir a paisagem da vinha do Pico, herança de inigualável preço, testemunho de um valor cultural único, reconhecido e distinguido justamente como Património Mundial da UNESCO.

Palavras-chave: Paisagem da cultura da vinha – antes e depois da filoxera; Perspetiva económica e social

Abstract: If Pico Island, to the eyes of those who look at it, can be distinguished itself in the archipelago by the telluric force of its youth, by the majesty and splendor of its presence, it was also the one that, due to its recent geological constitution, more difficulty offered to people settlement, particularly in the western zone, covered by large lava fields. But it was precisely in these petrified lava fields, whose owners were in large part, the rich families and religious organizations established in Faial, represented in Pico by a person of their trust, that Pico's man hands, built a unique architectural model of stone walls, forming *currais* and other structures, with very well defined goals, where the culture of the vineyard, already tried with success in the Southern part of the island, would eventually avenge and flourish, giving origin to the longest economic cycle of Pico's History.

The wine produced there, – Verdelho – started increasingly every day. It was one of high quality, and exported in large quantities, when in the mid-nineteenth, the plagues of oidium and phylloxera dramatically affect the vineyard. Suddenly everything changed. From thousands of kites it started to be only hundreds. The landowners, suddenly ruined, started selling it almost for free, being acquired by the ancient foremen and former workers of the vineyard who, in the search for solutions, and winery quality, would eventually became in the followers of that culture, turning it into what it is today.

If the history of Pico's vine went through several crises and deep changes, since emigration and abandonment, the work done in stone survived to all storms, volcanoes and earthquakes. Remained the architectural model, harmoniously built, stone by stone, by the hands of man, in an effort and persistence worthy of praise, where the landscape of Pico vineyard, inheritance of unparalleled value, recognized and distinguished precisely by the UNESCO as World Heritage.

Keywords: Landscape of Vineyard Culture – before and after phylloxera; Economic and social perspective.

PAISAGEM DA VINHA DO PICO - ANTES E DEPOIS DA FILOXERA. PERSPETIVA ECONÓMICA E SOCIAL

O Pico é a mais bela, a mais extraordinária ilha dos Açores, duma beleza que só a ela lhe pertence, duma cor admirável e com um estranho poder de atração. É mais que uma ilha – é uma estátua erguida até ao céu... moldada pelo fogo.

Raul Brandão, *Ilhas Desconhecidas*.



Fig. 1. A Ilha do Pico entre nuvens e luz. Foto: Pedro Silva

Se a ilha do Pico, aos olhos de quem a vê, se distingue no arquipélago dos Açores pela imponência, pela força telúrica da sua juventude, pelo esplendor da sua presença, foi também aquela que, devido à sua constituição geológica recente, mais dificuldades ofereceu à fixação humana.



Fig. 2. A Ilha do Pico vista do lado Sul. Foto: Pedro Silva

Se a busca dos primeiros povoadores eram as terras de pão – terras que produzissem trigo – o que poderiam eles esperar de uma ilha diferente de todas as outras do arquipélago, ilha «montuosa, medonha e incultivável»¹, coberta de pedra vulcânica. Ilha que depois de descoberta e povoada acrescentaria ainda mais terras de lava a zonas de início com possibilidades cerealíferas, como veio a acontecer depois das erupções vulcânicas de 1572, 1718 e 1720. Ilha que muitos anos após o povoamento, em 1924, levaria Raul Brandão a dizer quando a olhava mais de perto, à medida que o barco em que ia se aproximava: tudo lhe parecia «negro e disforme, requeimado e negro, devorado por todo o fogo do inferno»².



Fig. 3. Formação lávica na zona Oeste
Gabinete Técnico do Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – Arquitecta Mónica Goulart



Fig. 4. Lavas resultantes da erupção de 1720 - Mistério da Silveira
Gabinete Técnico do Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – Arquitecta Mónica Goulart

¹ CHAGAS, 1717.

² BRANDÃO, 2011: 93.

Se é uma ilha distinta das demais quer a nível geológico quer histórico, se impressionou quem a viu ao longo dos tempos, e ainda hoje sensibiliza quem a vê, o que diríamos de quem nela viveu nos tempos idos, e dela arrancou o «pão» com o suor do seu rosto? Esse «pão» feito de cereais inimagináveis e que tomou várias formas desde o seu começo, como relata o nosso primeiro historiador Gaspar Frutuoso, nas *Saudades da Terra*, em 1591: «É toda a terra desta ilha mui áspera e muita parte dela coberta de biscouto, sem ribeira alguma que corra (...) Come esta gente muito pouco pão por o não dar a terra; seu principal mantimento é abobras (...)»³.

Todavia, devido à heterogeneidade do seu solo, o povoamento começou, na segunda metade do século XV, pela zona mais fértil, primeiramente a Sul da ilha, seguindo-se o Norte e, só por fim, a vertente Oeste do Pico, porque esta área coberta de lava e com falta de água não estimulava o interesse de fixação. Tal viria a acontecer mais tarde, devido à experiência de plantio de videiras com êxito nos primeiros terrenos povoados e que experimentadas aqui seriam determinantes na vida e na economia da ilha.



Fig. 5. Currais de pedra onde cresce a vinha
Gabinete Técnico do Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – Arquitecta Mónica Goulart

Fig. 6. A Ilha e o reticulado dos currais

Gabinete Técnico do Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – Arquitecta Mónica Goulart



³ FRUTUOSO, 1591: 302-303.

Se a cultura da vinha é contemporânea da chegada dos primeiros povoadores, o gosto pelo vinho é muito mais antigo. São vários os registos que nos documentam de tal apreço, desde a Antiguidade, quer apanágio das Civilizações Clássicas, Grécia e Roma que até criaram deuses em sua honra – Dionísio e Baco –, quer dos povos da Antiguidade Oriental, como podemos atestar nos registos bíblicos, e particularmente no significado e respeito que o mesmo teve depois, e ainda hoje tem, na liturgia cristã.

Quanto à introdução da cultura da vinha na ilha Pico, deve-se a Frei Pedro Gigante a aquisição dos primeiros bachelos que, importados da ilha do Chipre – embora haja quem aponte que teriam vindo da ilha da Madeira – a experimentou num lugar ao sul da ilha, na área da sua moradia, e a rodeou de silvas, ficando o lugar conhecido por Silveira, nome que mantém até hoje.

E a implantação teve sucesso nesta primeira zona de povoamento pois, como nos diz também o já citado historiador: «Em toda a terra há muitas vinhas, que dão bom vinho, e melhor que em todas as ilhas»⁴. Falando de uma das primeiras freguesias do sul da ilha – Santa Bárbara das Ribeiras, escreve: «há muita quantidade de vinhas, que darão cada ano mil e duzentas pipas de bom vinho»⁵.

E continua, no que respeita à vila das Lages propriamente dita: «há nesta freguesia muitas vinhas que vão em muito bom crescimento». Fala ainda da exportação de vinho a partir da Vila de S. Roque, «onde se carrega... muitas pipas de vinho... mais de setecentas dele cada um ano»⁶.

Se o sucesso de plantação das videiras nas primeiras áreas povoadas é notório, há que experimentá-lo na zona mais ocidental da ilha, a mais recente geologicamente falando, e a mais pedregosa de todas, e que por isso mesmo ofereceu maior resistência ao povoamento e a qualquer cultura, tal era a abundância de lavas petrificadas. Todavia é precisamente aí que a vinha acabaria poringar, e de se organizar de forma intensiva – as melhores vinhas existem em territórios que não servem para mais nada – e simultaneamente, de modo extensivo, estende-se desde os barrancos do mar até à altitude onde foi possível os bachelos se adaptarem.

Partindo daquele grande espaço de lava vulcânica, quanto trabalho foi preciso para que das pedras brotasse o vinho! Primeiro houve que ordenar o território de acordo com as suas características, com as exigências da cultura da vinha e com o conforto dos proprietários.

Assim, junto à linha da costa, estabelecem-se as famílias abastadas, proprietárias das terras e que viviam a maior parte do tempo no Faial, as ordens dos Franciscanos, Carmelitas e Jesuítas que aí exploravam a cultura da vinha. Nesse espaço assentam as suas casas solarengas e as demais construções de apoio: arrecadações, lagares, alambiques, adegas e, não raras vezes, instalações para os que vinham de longe para aí trabalhar temporariamente.

Aqueles proprietários, que só vinham no verão ao Pico, tinham na ilha feitores, encarregados das explorações vitivinícolas que os representavam e superentendiam os trabalhadores nas diversas atividades.

⁴ FRUTUOSO, 1591: 303.

⁵ FRUTUOSO, 1591: 302-303.

⁶ FRUTUOSO, 1591: 292.



Fig. 7. Casa Solarenga
Gabinete Técnico do Centro de
Interpretação da Paisagem da
Cultura da Vinha da Ilha do Pico
– Arquitecta Mónica Goulart



Fig. 8. Ermida de São Mateus.
Cabrito - Santa Luzia
Gabinete Técnico do Centro de
Interpretação da Paisagem da
Cultura da Vinha da Ilha do Pico
– Arquitecta Mónica Goulart



**Fig. 9. Adegas com Poço de Maré
em frente**
Gabinete Técnico do Centro de
Interpretação da Paisagem da
Cultura da Vinha da Ilha do Pico
– Arquitecta Mónica Goulart

Seguia-se uma vasta faixa que chegava a atingir uma légua de grandes latifúndios onde se instalavam as vinhas dispostas em currais, bem defendidas por paredes altas, que se alongavam em comprimento. Conforme a dimensão, dividiam-se em jeirões, separados por muros e junto deles corriam veredas transversais – servidões – onde desembocavam as canadas. Encostadas umas às outras elas representam a estrutura fundamental de uma vinha, isto é o elemento modelar da sua organização, repetido uniformemente.

No outro extremo, depois da grande faixa das vinhas, em altitude, era o espaço onde morava a população.

O modelo arquitetural que hoje vemos não foi feito ao sabor do acaso. Foi obra da sabedoria popular com preocupações e objetivos bem definidos: abrigar as videiras da ventania, nas suas diversas fases de crescimento e maturação. E fizeram-no construindo muros de pedra, retirada do solo, emparedando a vinha em retículas – os ditos currais – de modo que a protegesse do vento e, ao mesmo tempo, lhe desse acesso ao sol, beneficiando a entrada dos raios solares. E assim esta ilha no meio do mar, feita de um manto de lavas vulcânicas com características únicas, tornou-se num *habitat* peculiar para a cultura da vinha, uma vez que o basalto é rico em potassa, sílica, ferro e magnésio.

O microclima absorve as chuvas e condiciona os ventos. As pedras negras do solo captam os raios solares e forjam um clima quente e seco. Assim as videiras crescem, recebendo durante o dia a energia solar necessária à maturação dos cachos, acumulando energia e calor que durante a noite transferem para as vinhas.

É nesta larga área murada com paredes dobradas, formando no essencial currais continuamente repetidos, que a vinha é plantada, normalmente três pés. Para os poder plantar houve por vezes que quebrar o basalto, outras buscar terra à distância e, quanta vez, foi necessário trazê-la da ilha em frente, quando não a havia nas proximidades.

Vencendo mais uma vez a natureza, foi forçoso perfurar a rocha envolvente, mais fundo, para satisfazer uma necessidade básica, a água, essencial para a vida e para o abastecimento diário. Para tal construíram-se poços de maré, quer nas casas senhoriais quer no cruzamento dos caminhos vicinais.

Houve também que fazer caminhos. Alguns que ainda agora nos interpelam, foram-se fazendo naturalmente. São fundas regueiras sobre mantos de lava, com a marca dos rodados dos carros de



Fig. 10. A importância do Poço de Maré no abastecimento da população

Gabinete Técnico do Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – Arquitecta Mónica Goulart

bois. Outros feitos de pedra pela mão do homem. Nas paredes destes caminhos faziam descansadoiros, isto é, paredões reforçados com pedras maiores que permitiam aos homens ajudarem-se sozinho aos cestos e às celhas de uvas que transportavam para o lagar.



Fig. 11. Rilheiras - Sulcos inde-lévels na paisagem
Gabinete Técnico do Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – Arquitecta Mónica Goulart

Outra tarefa árdua foi, na falta de um porto de escoamento, talhar a picão, junto ao mar, embarcadouros precedidos de *rola pipas*, onde embarcavam os cascos de vinho para a ilha do Faial. Era daí que seguiam para o mundo, exportados em grandes quantidades, para o Brasil, Índia, Alemanha, Inglaterra, tendo também chegado à Rússia.



Fig. 12. Rola Pipas
Gabinete Técnico do Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – Arquitecta Mónica Goulart

O vinho que se produzia, então sempre em crescendo – o Verdelho – era de alta qualidade. A ilha tornara-se a «mãe do vinho», «toda ela se desfaz em vinho tão precioso»⁷, vinho que ficaria por muito tempo na memória. Evocado com apreço muito mais tarde – por Almeida Garrett, «O rescen-

⁷ CORDEIRO, 1717.

dente Pico» ou por Vitorino Nemésio, emprestando a sua voz a uma personagem de *Mau Tempo no Canal*: «Tinha ali no cofre um vinho do Pico de 1820 que era um veludo»⁸.

Vivia-se do vinho e para o vinho que proporcionava uma qualidade de vida até então não atingida, dando origem ao maior ciclo económico que suplantaria o dos cereais e do pastel que lhe precederam. A cultura da vinha tornara-se a maior fonte de lucro e de emprego. A propósito diz-nos um investigador contemporâneo, que só «na poda das vinhas da Candelária e da Preguiça o morgado José do Canto utilizou, em 1849, 505 trabalhadores (...)»⁹.

Para além deste contingente de obreiros que um latifundiário utilizava, de que apenas damos um por exemplo, havia outros especializados: carreiros, tanoeiros, cesteiros alambiqueiros, e tripulantes de barcos que levavam milhares de pipas de vinho para o Faial todos os anos.

Quando, por volta de 1850, atingia o Verdelho o pleno desenvolvimento, e no auge de produção, de um vinho distinto pelos seus atributos, conseguido através da mistura de castas selecionadas, o ciclo económico que se iniciara nos finais do século XVI ou inícios XVII, o mais longo de todos, vai quebrar-se. Os responsáveis são as pragas do oídio e da filoxera que atingem as vinhas de forma dramática, ditando o fim do ciclo.

Tudo muda de repente. Dos milhares de pipas passa-se apenas a centenas. Os proprietários das terras, subitamente arruinados, venderam-nas ao desbarato, sendo adquiridas pelos feitores e antigos trabalhadores das vinhas que, a pouco e pouco, compram os terrenos daqueles. Dos latifúndios passa-se aos minifúndios. Os novos donos constroem agora as suas casas, mais próximo do mar e as adegas passam a ser na linha da costa onde até então praticamente só existiam os solares.

A conjuntura profundamente alterada que afetou vários sectores da vida de então, quer a nível económico, fundiário, quer social, obrigando à emigração, causou uma grande baixa na população da ilha. Os que ficaram procuraram soluções consentâneas de sobrevivência na busca de outras castas vinícolas, uma vez que o verdelho não se readaptava. Por volta de 1870, foi introduzida a casta americana *Isabella*, resistente às pragas e que acabaria por vingar aqui e em todo o arquipélago. Produzia em abundância o vinho de cheiro, muito embora sem a qualidade do anterior.

Um salto qualitativo deu-se com a criação da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico – inaugurada em 1961, pela Junta Nacional do Vinho, com a preparação do Verdelho para aperitivo. Seguiram-se experiências várias, na procura exigente de outras castas com maior qualidade vinícola. Lançaram-se outras marcas, a partir de castas europeias, tais como *Terras de Lava*, *Basalto*, *Pico* e o *Lajido* que é feito com Verdelho. Atualmente, o licoroso *Csar* produzido por Fortunato Garcia é o melhor exemplo seguido pelos rótulos da Cooperativa.

⁸ NEMÉSIO, 2014: 86.

⁹ DUARTE, 2001: 93.



Fig. 13. Museu do Vinho do Pico - Madalena

Gabinete Técnico do Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – Arquitecta Mónica Goulart

Apareceram novas empresas como a *Azores Wine Company*; a *Buraca* e a *Curral Atlantis*.

Como testemunha de uma História vivida, em 1999, após a reconstituição e recriação da casa dos Frades Carmelitas, na vila da Madalena, inaugura-se neste espaço o Museu do Vinho que representa e testemunha um dos momentos mais importantes da economia da ilha.

Em 2010 é inaugurado o Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, no Lajido de Santa Luzia, onde se explicam os elementos naturais e culturais desta Paisagem.

Se a história da vinha do Pico viveu crises e mudanças profundas, de emigração, de abandono e de várias tentativas de recuperação, o trabalho feito em pedra ultrapassou todas as fronteiras e sobreviveu a todas as intempéries, vulcões e terremotos. Ficou o modelo arquitetónico, então construído harmonicamente, pedra a pedra, pelas mãos do homem, num esforço e persistência dignos de louvor, a distinguir a paisagem da vinha do Pico, herança de inigualável preço, testemunho da força e engenho das suas gentes, de um valor cultural único, reconhecido e distinguido justamente como Património Mundial da UNESCO.



Fig. 14. Paisagem da Vinha - Lajido da Areia Larga

Gabinete Técnico do Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – Arquitecta Mónica Goulart

FONTES

Arquivo dos Açores (1878-1959). Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980-1984. 15 vols. Edição fac-similada da edição original.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Raul (2011) — *As Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens*. Maia: Quetzal Editores.
- CHAGAS, Frei Diogo das (1989) — *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Angra do Heroísmo: SREC.
- CORDEIRO, Padre António Cordeiro (1981) — *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Ocidental*. Angra do Heroísmo: SREC. Edição fac-similada da edição de 1717.
- COSTA, Ricardo Manuel Madruga da (1998) — “Nas rotas do Verdelho” e outras evocações. “On the Verdelho Route and the other evocations”. In «Concelho da Madalena». São Roque: Publiçor, p. 45-50.
- ____ (2004) — *Uma perspetiva na Vitivinicultura da Ilha do Pico nas duas primeiras décadas do século XIX*. In Actas do III Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 109-133.
- ____ (2005a) — *Os Açores em finais do regime de Capitania Geral 1800-1820*. Câmara Municipal da Horta. Vol. I.
- ____ (2005b) — *Os Açores em finais do regime de Capitania Geral 1800-1820*. Horta: Núcleo Cultural da Horta/Câmara Municipal da Horta. Vol. II.
- ____ (2015) — *Relevância das exportações de vinho do Pico na economia dos Açores nas duas primeiras décadas do século XIX*. «Boletim do Núcleo Cultural da Horta», 24. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 207-261.
- COSTA, Susana Goulart (1997) — *Pico. Séculos XV-XVIII*. Lajes do Pico: Associação de Municípios da Ilha do Pico.
- DUARTE JR, Tomaz (2001) — *O Vinho do Pico*. Ribeira Grande: Coingra, Lda.
- FRUTUOSO, Gaspar (1978) — *Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural dos Açores. Livro VI.
- GUERRA, Rodrigo (1980) — *A Americana*. Angra do Heroísmo: DRAC. Coleção Gaivota/8.
- LARANJO, João Augusto (1927) — *O Pico*. «Brotéria». Lisboa: Brotéria, p. 33-53.
- MACEDO, António Lourenço da Silveira (1981) — *História das Quatro Ilhas que formam o distrito da Horta*. Angra do Heroísmo: SREC, 3 vols. Edição fac-similada da edição de 1871.
- MARCELINO Lima (1943) — *Anais do Município da Horta*. Famalicão: Oficinas Gráficas Minerva.
- MENESES, Avelino Freitas de (1998) — *O Município da Madalena (Pico), subsídios para o seu estudo*. Madalena: Câmara Municipal da Madalena.
- NEMÉSIO, Vitorino (2014) — *Mau Tempo no Canal*. Santa Maria da Feira: Relógio D' Água.
- RAVINA, Agustín Guimera (1986) — *Las islas del vino (Madeira Azores y Canarias) y la America inglesa durante el siglo XVIII: una aproximación a su estudio*. In *Coloquio Internacional da Ma-*

deira, 1986. Funchal: Direção Regional da Cultura, vol. II, p. 900-934.

ROSA, Nunes da (1998) — *Madrugada entre ruínas*. Horta: Câmaras Municipais do Triângulo.

SANTA RITA, António José Vieira (1867) — *Relatório do Governador do Districto Administrativo da Horta*.

SILVA Manuel Ribeiro da (1951) — *A Ilha do Pico sob o ponto de vista vitivinícola*. «Boletim da Comissão Regularizadora dos Cereais do Arquipélago dos Açores», n.º XIV. S.l.: s.n, p. 45-58.

SOUSA, João Soares de Albergaria e (1995) — *Corografia Açórica: descrição física política e histórica dos Açores*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura. 1ª edição 1822.

SOUSA, Paulo Silveira e (2004) — *Para uma história da vinha e do vinho nos Açores*. «Boletim do Instituto Histórico da Terceira», vol. LXII. Angra do Heroísmo: s.n, p. 115-217.

VELOSO, Ana Luísa (1988) — *A Ilha do Pico e a paisagem dos muros negros*. Horta: Direção Regional de Turismo.

LINK

<<http://siaram.azores.gov.ptpatrimónio/cultural/vinhas-pico/intro.html>>.

ENTRE O ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA FERREIRINHA E OS SYMINGTON FAMILY ARCHIVES: OS DOCUMENTOS DA QUINTA DO VESÚVIO

PAULA MONTES LEAL*

Resumo: A Quinta do Vesúvio foi adquirida por António Bernardo Ferreira I (tio e sogro que viria a ser de D.^a Antónia Adelaide Ferreira) em 1823. A quinta manteve-se nas mãos da família Ferreira por mais de cem anos e, em 1989, foi comprada pela família Symington.

Por esta razão é possível encontrar documentos relativos à Quinta do Vesúvio tanto no Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha como nos Symington Family Archives. Ainda que as datas não sejam absolutamente coincidentes (uma vez que no Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha vão de 1823 a 1989, enquanto na Symington vão de 1850 a 1956), estes arquivos complementam-se e reflectem a forma de gestão da Casa Ferreira no século XIX: os escritórios no Porto e na Régua e as administrações das quintas (caseiros e feitores) que, assídua e periodicamente, prestavam contas aos escritórios.

Será também feita referência à documentação relativa ao Casal de Arnozelo, Casal do Ourosinho, Quinta da Coalheira, Quinta de Porrais e Quinta de Vargelas, propriedades que, na organização da Casa Ferreira, integravam a «Administração do Vesúvio».

Palavras-chave: Arquivos; Vesúvio; Ferreira; Symington.

Abstract: Quinta do Vesúvio was bought by António Bernardo Ferreira I (uncle and future father-in-law to D.^a Antónia Adelaide Ferreira) in 1823. The quinta remained in the hands of the Ferreira family for over a hundred years and in 1989 was purchased by the Symington family.

* CITCEM/FLUP.

For this reason it is possible to find documents related to Quinta do Vesúvio both in the Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha and in the Symington Family Archives. Although the dates are not absolutely coincident (since in the Historical Archive of Casa Ferreirinha they go from 1823 to 1989, while in Symington they go from 1850 to 1956), these files are complementary and reflect the form of management of the House of Ferreira in the 19th century: the offices in Porto and Régua and the administrations of the quintas (keepers and overseers), who assiduously and periodically, were accountable to the offices. Reference will also be made to the documentation relating to Casal de Arnozelo, Casal do Ourosinho, Quinta da Coalheira, Quinta de Porrais and Quinta de Vargelas, properties which, in the organization of the House of Ferreira, were part of the «Administration of Vesúvio».

Keywords: Archives; Vesúvio; Ferreira; Symington.

INTRODUÇÃO

As cinco propriedades de que iremos falar situam-se no Douro Superior (embora uma delas – Porrais – esteja mesmo no limite do Cima Corgo) e, a uma dada altura, pertenceram todas a D.^a Antónia Adelaide Ferreira. São terras que só entraram na Demarcação de 1908 com excepção de Ourosinho que, ainda hoje, não pertence à demarcação, o que não impediu que os seus vinhos – que eram de muito boa qualidade – sempre tenham sido vendidos.

Além disso, as três quintas maiores – Vargelas, Arnozelo e Vesúvio, estão dentro da zona de Património Mundial.

A. BREVE HISTÓRIA DAS PROPRIEDADES

a) Quinta do Vesúvio

Freguesia: Numão

Concelho: Vila Nova de Foz Côa

Distrito: Guarda

Diz Richard Mayson que Lisboa, Roma e a Quinta do Vesúvio têm em comum o facto de se estenderem por sete colinas¹... Outros dizem que se trata de uma quinta que abarca sete colinas e trinta vales²... Quando comprou esta quinta, em 1889, a Symington – que a considera *the quinta of all quintas*... –, em vez de a anexar a qualquer uma das suas marcas resolveu torná-la numa firma independente tendo nascido a Sociedade Agrícola Quinta do Vesúvio³.



Fig. 1. Logótipo da Quinta do Vesúvio

¹ MAYSON, 1999: 239.

² SELLERS, 1899: 241.

³ Conf. <<http://www.quintadovesuvio.com/>>. [Consulta realizada em 10.10.2017].



Fig. 2. Vista parcial da Quinta do Vesúvio. AHCF - Álbum 1, foto 26. Foto de Emilio Biel, [s. d.]

A Quinta do Vesúvio – cujo nome original era Quinta das Figueiras – tem a sua história documentada até 1565, data em que Gaspar de Soveral vincula parte dela a uma capela sua de Sernancelhe. Nesse mesmo ano, a outra parte era adjudicada às três filhas de Martim de Távora, por falecimento deste, tendo sido vendida a Pedro de Soveral em 1587. Em 1692, a quinta volta a surgir no inventário realizado por morte de João de Soveral de Carvalho⁴.



Fig. 3. Assinatura de António Bernardo Ferreira I em letra de 13 de Agosto de 1813

AHCF - Pasta ABFI/Letras e C. arrendamento, 1813

do Gaspar Martins Pereira, António Bernardo Ferreira I (ABF I) alterará o nome da quinta por volta de 1830, pelo que se deduz do conteúdo de uma sua carta de 23.11.1830: “Pedirás licenças à Companhia para 140 pipas de vinho da minha Quinta do Vesúvio cujo nome se baptizou no lugar de Figueiras”⁷. Contudo, em 1847, a quinta ainda é foreira⁸ e, pelo menos entre 1850 e 1856, António Mayer Júnior é o senhorio do foro do Vesúvio⁹. Em 1868, D. Maria Clementina de Lima Mayer compra o domínio directo ao Conde da Lapa¹⁰. A partir de então, o foro da Quinta do Vesúvio passa a ser pago a Augusto de Lima Mayer¹¹.

Por morte de ABF I, em 25 de Janeiro de 1835, a quinta é

Em 1823⁵, António Bernardo Ferreira I (tio e futuro sogro de D. Antónia Adelaide Ferreira) adquire a propriedade ao Conde de Lapa, Manuel de Almeida e Vasconcelos, a título de empraçamento perpétuo⁶. Segun-



Fig. 4. António Bernardo Ferreira (II) Pormenor de óleo de João de Almeida Santos, 1845. Actualmente, propriedade da Sogrape (que comprou a AAF, SA)

⁴ Conf. MONTEIRO, 1911: 69-70.

⁵ A escritura do empraçamento do Vesúvio é feita em 15 de Julho de 1823 (conf. Arquivo Histórico Casa Ferreirinha/AHCF, pasta AAF/Correspondência, 24.01.1846).

⁶ PEREIRA & OLAZABAL, 1996: 17.

⁷ Documento do AHCF (Pasta ABF I, carta 23.11.1830, ficha GMP-998).

⁸ Como é referido num documento do AHCF: «...é pena que a maior propriedade de Portugal seja foreira...» (Pasta AAF/Correspondência, 03.11.1847, ficha GMP-2561).

⁹ Ver Pasta AAF/Correspondência, 31.08.1850, ficha GMP-2942 e Pasta AAF, 1856, ficha GMP-3978.

¹⁰ AHCF, Pasta ABF I, 1868, ficha GMP-420.

¹¹ AHCF, Pasta AAF, 1895, ficha GMP-3765.

herdada pelo seu filho, ABF II, que havia casado com sua prima, D. Antónia Adelaide Ferreira, em 22 de Outubro de 1834.

Logo em 1836, ABF II manda instalar um moderno alambique na Quinta do Vesúvio e, em 1839, manda proceder ao encanamento da água da Ribeira da Teja¹².

Em 1838, ABF II havia comprado em Liverpool o navio *Circassian* a que dá o nome de *Quinta do Vesúvio*, que passa a disputar com o vapor *Porto* (que também lhe pertence) o transporte de passageiros entre Lisboa e Porto.



Fig. 5. Rótulo de Vinho do Porto da Quinta do Vesúvio
Colecção AHCF

plantar no Vesúvio e em Vargelas 1.000 pés de oliveira¹⁶), assim como a criação de bicho-da-seda também na mesma quinta que, contudo, acabará por fracassar em 1868¹⁷.

Em 1883 haverá expropriação de terrenos da Quinta do Vesúvio (assim como de Arnozelo e de Vargelas) para a construção do caminho-de-ferro¹⁸; em compensação, Vesúvio e Vargelas passam a ter estação própria¹⁹.

Antes do comboio, o rio Douro – ainda não domesticado pelas barragens que hoje o pontuam –, era a via de acesso primordial para a quinta, tendo ficado para a história dois desastres relacionados com o Vesúvio. Em Janeiro de 1824, ao voltar da quinta, ABF I sofre um naufrágio mas consegue escapar ileso. Já em 1861, também ao regressar do Vesúvio, o barco em que viajavam D. Antónia, Silva Torres, o Barão de Forrester e outros, naufraga no Cachão da Valeira. D. Antónia e Silva Torres salvam-se mas o Barão de Forrester desaparece nas águas para nunca mais ser encontrado.

¹² PEREIRA & OLAZABAL, 1996: 171-172.

¹³ Em 1844, António Bernardo ainda faz em Londres um contrato com Sandeman relativo à compra de vinho de Vargelas e do Vesúvio (AHCF, Pasta ABF II/Correspondência, 17.08.1844, ficha GMP-2171).

¹⁴ “D. Antónia fica com o Vesúvio e Maria d’Assunção com Vargelas...” (AHCF, Pasta AAF+MA/Diversos, 1849, ficha GMP-2823).

¹⁵ AHCF, Pasta AAF+FJST/Correspondência, 11.05.1858, ficha GMP-4194.

¹⁶ AHCF, Pasta AAF/Correspondência, 06.10.1849, ficha GMP-2768.

¹⁷ PEREIRA & OLAZABAL, 1996: 182.

¹⁸ PEREIRA & OLAZABAL, 1996: 188.

¹⁹ MAYSON, 1999: 90.

Após a morte de D. Antónia em 1896, a Quinta do Vesúvio foi herdada por ABF III e manteve-se nas mãos da família Ferreira (embora mais recentemente através dos Brito e Cunha), sempre como fornecedora da Casa Ferreira.



Fig. 6. Planta da Quinta do Vesúvio após construção do caminho-de-ferro
Colecção Symington

Em 1989 é comprada pela Symington que recupera a casa de 23 quartos, a maior do Douro. Os lagares foram modernizados (8 lagares de granito, cada um com capacidade de 25 pipas) e os armazéns de azeite foram modificados para guardarem vinho.

Do conjunto de documentos provenientes da Quinta do Vesúvio e que transitaram com a compra fazem, ainda, parte as seguintes propriedades: Casal de Arnozelo, Casal do Ourosinho, Quinta da Coalheira, Quinta de Porrais e Quinta de Vargelas.

b) Casal de Arnozelo

Freguesia: Numão

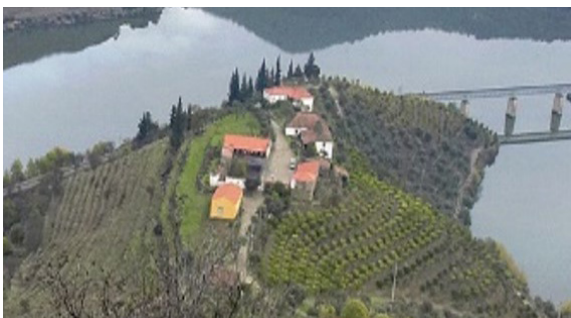
Concelho: Vila Nova de Foz Côa

Distrito: Guarda



Fig. 7 e 8. Quinta do Arnozelo na actualidade

Disponível em <<http://www.sogevinus.com/quinta-do-arnozelo>>.
[Consulta realizada em 11/10/2017]



Esta quinta²⁰ situa-se ao lado do Vesúvio, unicamente separada pela ribeira da Teja. Tendo sido adquirida em 1868 por D. Antónia e Silva Torres ao Visconde de Proença a Nova (embora já estivesse arrendada anteriormente), foi sendo alargada com compras sucessivas (nomeadamente em 1888, quando D. Antónia compra uma casa e terrenos com videiras e figueiras, junto à Quinta de Arnozelo, por 358\$905 réis²¹). É uma propriedade enorme que pertenceu, por herança, à Condessa de Azambuja, Maria da Assunção, filha de D. Antónia. Abrange, na parte oriental, a serra da Corvaceira e chega quase à estação de Vargelas pelos concelhos de Foz Côa e da Pesqueira²². Actualmente a Quinta do Arnozelo pertence à Sogevinus (Burmester, Cálem, Barros, Gilbert's)²³.

c) Casal do Ourosinho (Ourozinho)

Freguesia: Ourozinho

Concelho: Penedono

Distrito: Viseu

Comprado em 1874 por D. Antónia e Silva Torres²⁴, esta propriedade²⁵ costumava ser arrendada a terceiros. Por exemplo, em 1885, volta a arrendar-se «com fiador e renda posta no Vesúvio em seguida à colheita»²⁶.

d) Quinta da Coalheira

Freguesia: Seixo de Ansiães

Concelho: Carrazeda de Ansiães

Distrito: Bragança

Situada em frente ao Vesúvio, foi comprada em 1877 por D. Antónia e Silva Torres a António Vieira Lereno e sua mulher²⁷, tendo havido mais compras de terras em 1886 («compra terras encravadas na Quinta da Coalheira»²⁸) e 1888 («compra vinha junto à Quinta da Coalheira»²⁹) por D. Antónia. Foi herdada por ABF III e, dele, por seu filho, Pedro Augusto Ferreira³⁰. Em 1941 seria



Fig. 9. D.ª Antónia Adelaide Ferreira
AHCF - AAF, álbum 1, foto n.º 1.
Foto de Emílio Biel, [s. d.]

²⁰ Na documentação por vezes aparece referida como Casal de Arnozelo, outras como Quinta de Arnozelo.

²¹ AHCF, Pasta AAF/Docs. caixa, 1888, ficha GMP-7217.

²² MONTEIRO, 1911: 72.

²³ Disponível em <<http://www.sogevinus.com/quinta-do-arnozelo/>>. [Consulta em 11.08.2015].

²⁴ PEREIRA & OLAZABAL, 1996: 184-185.

²⁵ Na documentação por vezes aparece referida como Casal de Ourosinho, outras como Quinta de Ourosinho. A grafia actual é «Ourozinho».

²⁶ AHCF, Pasta AAF/Correspondência, 20.06.1885, ficha GMP-6934.

²⁷ Mas, já em 1843, há uma carta de Joaquim Monteiro Maia, no escritório da Régua, para José João da Silva Azevedo, no escritório do Porto onde este pergunta se António Bernardo estará interessado em comprar a quinta que Luís António de Sousa Lereno possui em frente ao Vesúvio e que é fora da Demarcação (Doc. AHCF, pastas de ABF II/Correspondência, 15.02.1843, ficha GMP-1986).

²⁸ AHCF, Pasta AAF/Correspondência, 28.01.1886, ficha GMP-7006.

²⁹ AHCF, Pasta AAF/Correspondência, 22.02.1888, ficha GMP-7137.

³⁰ Ver <<http://pagfam.geneall.net/937/pessoas.php?id=1012596>>. [Consulta em 11.08.2015].

ainda pertencente à família Ferreira³¹. Actualmente pertence aos herdeiros de António Araújo Faria³².



Fig. 10. Quinta da Coalheira
AHCF - Álbum 1, foto n.º 29.
Foto de Emílio Biel, [s. d.]

e) Quinta de Porrais

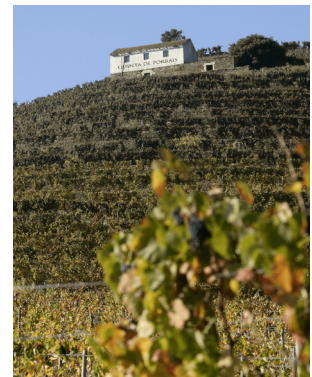
Freguesia: Candedo

Concelho: Murça

Distrito: Vila Real

Fig. 11. Quinta de Porrais na actualidade

Disponível em <<http://quintadeporrais.com/pt/inicio/#imagens>>. [Consulta realizada em 11/10/2017]



É comprada em 1872 por D. Antónia mas só após a morte de João de Melo (em 1885) a quem esteve arrendada durante vários anos, é feita a arrematação definitiva da propriedade³³. Depois de 1885, passa a ser administrada pelos escritórios da Régua³⁴ e, à morte de D. Antónia, é herdada por ABF III. Em 1910 pertence já ao capitão António Bernardo Ferreira (IV), neto de D. Antónia³⁵ que, nos anos 30 do século XX, compra diferentes propriedades dando à quinta a dimensão que hoje tem³⁶. Actualmente pertence à Sociedade Agrícola Quinta de Porrais, em parceria com a Casa Santos Lima (de Alenquer), desde 2011³⁷.

³¹ GUIMARÃES & GUIMARÃES, 2001: 136.

³² FAUVRELLE, 2012.

³³ FAUVRELLE, 2012.

³⁴ AHCF, Pasta AAF/Correspondência, 25.09.1885, ficha GMP-6940.

³⁵ MONTEIRO, 1911: 67 e 72.

³⁶ “A estrutura principal da quinta situa-se no cimo da aldeia de Porrais, tendo, além das vinhas anexas, várias parcelas espalhadas pela freguesia, algumas já voltadas ao rio Tua” (FAUVRELLE, Natália — *As quintas vinhateiras de D. Antónia – um legado para o Douro*. Disponível em <https://www.academia.edu/25546575/As_quintas_vinhateiras_de_D._Ant%C3%B3nia_um_legado_para_o_Douro>. [Consulta realizada em 11.10.2017].

³⁷ Conf. <<http://quintadeporrais.com/pt/inicio/#historia>>. [Consulta em 11.10.2017].

f) Quinta de Vargelas (Vargellas)

Freguesia: Vale de Figueira

Concelho: São João da Pesqueira

Distrito: Viseu



Fig. 12. Quinta de Vargelas na actualidade

Disponível em <<http://www.taylor.pt/pt/vinhas-adeegas/quinta-de-vargellas/>>. Consulta em [11.10.2017]

De acordo com Liddell e Price, originalmente existiam três quintas: Vargelas de Cima, do Meio e de Baixo (esta também conhecida por Golegã)³⁸.

Vargelas de Cima (ou «do Vale»), pertencia a Pedro Gomes da Silva tendo sido comprada aos seus herdeiros em 1831 por ABF I³⁹. Foi herdada por ABF II e, por sua morte, fez parte da herança de Maria da Assunção⁴⁰. Contudo, D. Antónia reteve-a e só lha entregou após o seu casamento com o Conde de Azambuja, em 1860, arrendando-lha de seguida. Em 1858, D. Antónia e Silva Torres haviam comprado uma azenha perto de Vargelas para Maria da Assunção⁴¹ e, em 1867, é comprada uma vinha encravada em Vargelas em nome dos Condes de Azambuja⁴². Esta quinta não tem casa de habitação nem armazéns, falha que é colmatada pelas outras duas quintas.

A Quinta de Vargelas do Meio, por seu lado, pertencia a Sebastião António Gomes que, em 1831, a arrenda por seis anos a ABF I. Quando Gomes morre, em 1833, a propriedade é herdada por sua mulher, Teotónia de Eça e Carvalho e pela filha, Jacinta Antónia Gomes⁴³. O arrendamento aos Ferreiras mantém-se, sendo pago a Teotónia (usufrutuária). Por um documento existente no Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha é possível saber que, a dada altura, D. Maria Teotónia de Eça

³⁸ LIDDELL & PRICE, 1992. O Visconde de Vila Maior, por seu lado, diz que a quinta é conhecida como «Galega» e não «Golegã» (conf. VILA-MAIOR (Visconde de), 1876).

³⁹ AHCF, Pasta AAF/Correspondência, 13.09.1852, ficha GMP-3286.

⁴⁰ AHCF, Pasta AAF+MA/Diversos, 1849.

⁴¹ AHCF, Pasta AAF+FJST/Correspondência, 12.04.1858, ficha GMP-4191.

⁴² AHCF, AAF/ Correspondência, 17.11.1867, ficha GMP-4947.

⁴³ Segundo LIDDELL, Alex; PRICE, Janet — *Port Wine Quintas of the Douro*. Lisboa: Quetzal, 1992.

e Carvalho quer vender Vargelas, perguntando a António Bernardo II se a quer comprar⁴⁴ mas o negócio não se efectua porque o preço pedido é muito elevado. Quando esta morre, em 1852, «o novo dono é José Pinto Gouveia e mulher»⁴⁵. Novo contrato de arrendamento é feito até 1854 e a renda é paga a «Jacinta Carvalho Pinto, mulher de José Pinto Gouveia»⁴⁶ sendo, na verdade, esta a dona da quinta. Na correspondência, a própria refere que «... sua mãe [madrasta] era D. Teotónia e seu pai, Sebastião António Gomes»⁴⁷.

Quanto a Vargelas de Baixo – que, das três referidas, terá sido a primeira a entrar na gestão dos Ferreiras –, era propriedade de António Bernardo Brito e Cunha e os seus vinhos já eram conhecidos em Inglaterra em 1822. Brito e Cunha será executado pelos Miguelistas em 1829 por suspeita de relação com os liberais e a quinta passa para a sua mulher, D. Teresa Benedita de Brito e Cunha. Em 1830, esta pedirá a ABF I, amigo da família, ajuda para administrar a propriedade, o que se dará provavelmente até cerca de 1850⁴⁸. Em 1851, António Bernardo Brito e Cunha, filho de Teresa Benedita, «toma a administração da sua quinta»⁴⁹ e, ao que parece, a partir de 1852, superintende a gestão das três quintas⁵⁰. Em 1855 e 1856, o vinho produzido em Vargelas (quinta de Maria da Assunção) é feito e envazilhado nos lagares e armazéns da quinta de Brito e Cunha⁵¹ e mais tarde, entre 1870 e 1876, a Casa Ferreira compra vinho a António Bernardo Brito e Cunha, «da sua quinta de Vargelas»⁵².

Após a morte de Teresa Benedita em 1869, a quinta é dividida pelos filhos mas António Bernardo Brito e Cunha continua a administrá-la, embora cada vez mais ausente, a residir em Lisboa. O rendimento da quinta começa a diminuir e, em 1886, os herdeiros vendem a propriedade a Domingos Burguets que já havia adquirido Vargelas do Meio, em 1883.

Estas duas parcelas foram compradas pela Taylor's em 1893, seguindo-se-lhe a compra de Vargelas⁵³ de Cima à Condessa de Azambuja, logo após a morte de D. Antónia, em 1896, altura em que as três quintas foram consolidadas numa única propriedade⁵⁴. A quinta encontrava-se muito danificada pela filoxera (que havia chegado em 1878 à propriedade⁵⁵), produzindo apenas quatro pipas de vinho⁵⁶.

Os novos proprietários realizaram um grande investimento de recuperação, renovando as vinhas, investimento que terá durado até aos inícios do século XX, como sugere a inscrição «1927» na entrada de uma vinha.

⁴⁴ AHCF, ABF II/Copiador, 13.04.1839, ficha GMP-1640.

⁴⁵ AHCF, AAF+JBF/Correspondência, 27.07.1852, ficha GMP-3283.

⁴⁶ AHCF, AAF/ Correspondência, 25.09.1852, ficha GMP-3287.

⁴⁷ AHCF, AAF/Correspondência, 30.07.1852, ficha GMP-3325.

⁴⁸ O envio da nota das despesas anuais a D. Teresa Benedita termina em 1849 (AHCF, AAF/Correspondência, 04.03.1849, ficha GMP-2739). Esta relação com Vargelas de Baixo manteve-se portanto mesmo após a morte de ABF I, sendo assumida pelos seus herdeiros.

⁴⁹ AHCF, AAF/Correspondência, 1851, ficha GMP-3167.

⁵⁰ Ver LIDDELL & PRICE, 1992: 47 e também AHCF, AAF/ Correspondência, 10.02.1852, ficha GMP-3267.

⁵¹ AHCF, AAF+MAF/Correspondência, 1855, ficha GMP-3819 e AAF/Correspondência, 1856, ficha GMP- 3946.

⁵² AHCF, AAF/Correspondência, 21.10.1870, ficha GMP-5264; AAF/Correspondência, 22.05.1872, ficha GMP-5948; AAF+MAF/Movimento de vinhos, 1876, ficha GMP-6260.

⁵³ A Taylor's optou por manter a grafia antiga: «Vargellas».

⁵⁴ In <<http://www.taylor.pt/pt/vinhas-adeegas/quinta-de-vargellas/>>. [Consulta em 11.10.2017].

⁵⁵ AHCF, FJST/Correspondência, 12.02.1878, ficha GMP-6475.

⁵⁶ FERREIRA, 2012: 65; MONTEIRO, 1911: 15.



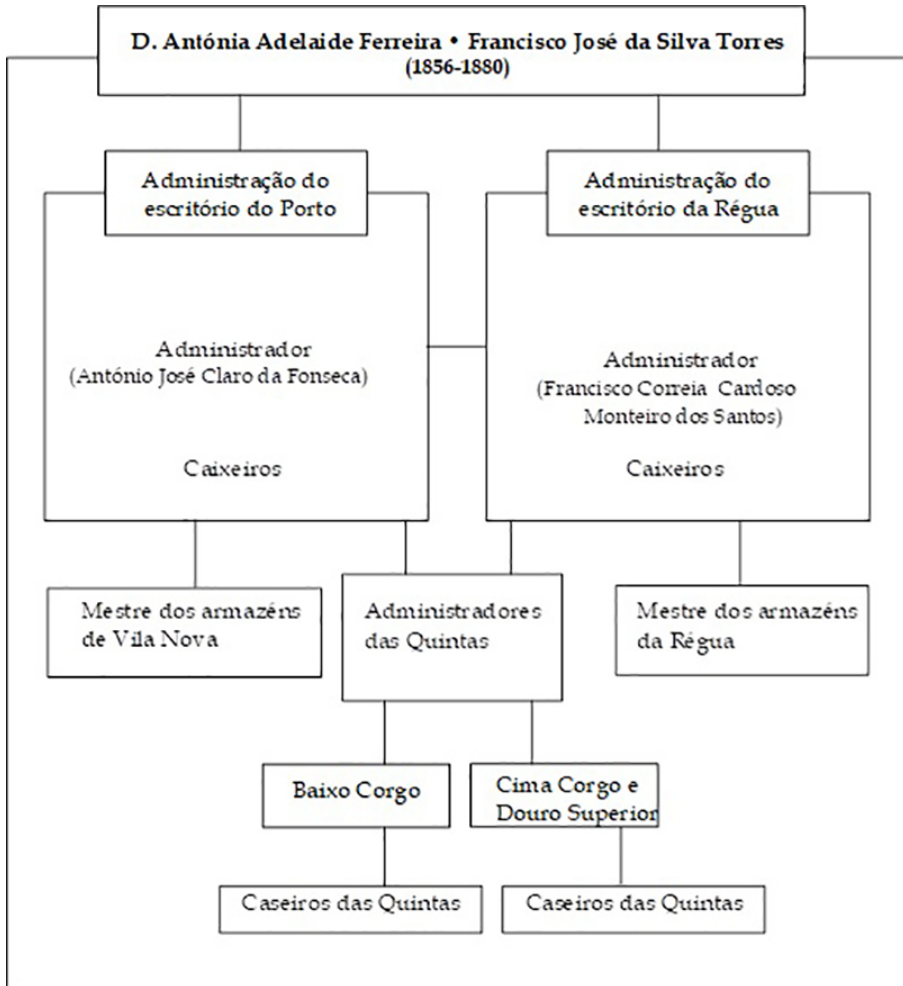
Fig. 13. Quinta de Vargelas na actualidade. Muro com inscrição

Disponível em <<http://www.taylor.pt/pt/vinhas-adeegas/quinta-de-vargellas/>>. [Consulta realizada em 11/10/2017]

No centro da vinha pode encontrar-se a casa, uma adega e uma estação ferroviária que serve a propriedade. Toda esta envolvente pode ser observada a partir de um miradouro localizado numa das duas estradas estreitas que levam até à quinta.

B. A ESTRUTURA DOS NEGÓCIOS

Perspectiva orgânica do negócio do vinho do Porto da Casa de D. Antónia Adelaide Ferreira, em 1856-1880⁵⁷



A Casa Ferreira manteve ao longo dos tempos, um esquema de organização bastante estável, estruturado hierarquicamente e regionalmente. Assim, desde muito cedo a família contava com dois escritórios, um na Régua, outro no Porto, provavelmente, o primeiro com dependência hierárquica

⁵⁷ Neste caso, durante o matrimónio de D. Antónia e Francisco S. Torres, mas que é aplicável a outras épocas. In PEREIRA & OLAZABAL, 1996: 93.

do segundo. Ambos geriam a vida empresarial mas também se encarregavam das questões da vida familiar (que incluíam a gestão agrícola uma vez que as quintas pertenciam a membros da família e não à empresa). Os seus administradores eram pessoas da inteira confiança, além de serem, eles próprios, proprietários vitícolas e conhecedores do funcionamento do sector⁵⁸.

A gestão era, ainda, alargada aos caseiros e feitores das quintas e aos encarregados dos armazéns que prestavam contas aos escritórios. Por sua vez, as quintas estavam divididas por região, formando grupos sob uma «Administração». Por essa razão encontramos a Administração do Vesúvio onde convergia a documentação produzida por Casal de Arnozelo, Casal do Ourosinho, Quinta da Coalheira, Quinta de Porrais e Quinta de Vargelas.



Fig. 14. Os escritórios da Régua da Casa Ferreira, na Rua dos Camilos. AHCF - AAF, álbum 5, foto n.º 141. Foto de Alberto Cerqueira, 1928

C. OS DOCUMENTOS

1. Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha

Neste Arquivo tanto é possível encontrar dossiês específicos sobre cada quinta como se podem encontrar documentos relativos às quintas nas séries comuns (por exemplo: Contas gerais, Documentos de caixa, Movimento de vinhos...).



Fig. 15 e 16. O Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha, em 1996 e 2007

Fig. 15. In PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa (1996) — Dona Antónia. [Porto]: A. A. Ferreira/BPI, p. 5

As séries identificadas são relativas à gestão de tesouraria e contabilidade (Caixa, Diário, Razão) e à gestão comercial (Movimento de vinhos; Produções) e patrimonial (Inventários). Quanto à Correspondência, geralmente temos as cartas dos gestores das quintas recebidas principalmente no

⁵⁸ PEREIRA & OLAZABAL, 1996: 93-94.

escritório do Porto mas também no da Régua, e algumas cartas enviadas pelos escritórios do Porto para as quintas.

Estado actual

N.º de registo das Unidades de instalação:

Quinta do Vesúvio: 10; 27; 29; 32; 36-37; 39; 41-42; 47; 50; 53; 55; 61; 66; 74-75; 107; 121; 129; 139; 145; 150; 157; 161-162; 167; 174-175; 180; 187; 189; 196; 200; 234; 237; 249; 255; 270-271; 279; 601; 633; 862; 867; 896; 996; 703-704; 6337; 6339-6342.

Quinta (Casal) de Arnozelo: 29; 36; 53; 121; 601; 617-618; 702-703; 4135-4137.

Quinta da Coalheira: 29; 602.

Quinta (Casal) de Ourosinho: 634.

Quinta de Porrais: 22; 32; 600; 703; 705; 6339-6340.

Quinta de Vargelas: 29; 107; 121; 195; 202; 207; 215; 234; 237; 240; 249-250; 252; 270-271; 601; 635; 867-868; 880; 881.

Datas-limite: 1823-1989

Instrumentos de pesquisa disponíveis no local.

Acesso aos documentos no Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha, em Vila Nova de Gaia.

2. Symington Family Archives

Neste arquivo da Quinta do Vesúvio que transitou para a Symington com a compra da quinta, encontram-se, como já referido, documentos relativos ao Casal de Arnozelo, Casal do Ourosinho, Quinta da Coalheira, Quinta de Porrais e Quinta de Vargelas, propriedades que, na organização da Casa Ferreira, integravam a «Administração do Vesúvio».



Fig. 16. Symington Family Archives: depósito das Coradas (Gaia), em 2018

Os documentos começaram por ser organizados por Júlio Caldeira, ex-quadro da Cockburn Smithes que, numa primeira fase, fez uma ordenação cronológica, com uma descrição por caixote/data (caixote n.º 1 a n.º 40, com datas entre 1850 e 1956, não sequenciais). Houve um início de classificação temática que identificava: Agricultura, Contabilidade, Propriedades, Vários, e Vinhos.



Fig. 17. Arquivo da Quinta do Vesúvio (SFA): aspecto da primeira organização

Actualmente encontra-se em tratamento, estando a ser feita a descrição por unidade de instalação (geralmente um maço ou um maço de maços. Exemplo: Maço «Quinta de Arnozelo, 1874 – Conta de caixa e nota do dinheiro dado» que depois se desdobra nos maços «Quinta de Arnozelo, Janeiro 1874 – Conta de caixa e nota do dinheiro dado naquele mês», «Quinta de Arnozelo, Fevereiro 1874 – Conta de caixa e nota do dinheiro dado naquele mês» e assim, sucessivamente), a identificação da quinta de onde provém e a verificação das datas inicialmente apontadas.

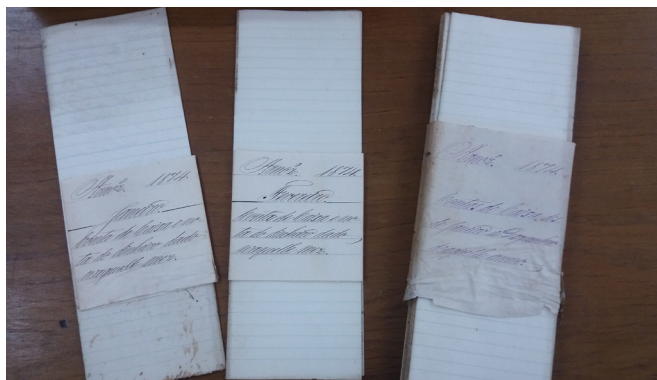


Fig. 18. Arquivo da Quinta do Vesúvio (SFA): maços com a identificação original

Até ao momento foram levantadas algumas séries, como: Correspondência (cartas recebidas e cartas enviadas); Despesas; Destrinça de serviços e Ponto de serviços; Folhas de caixa; Guias de expedição dos Caminhos-de-Ferro; Inventários; Movimento de géneros (azeite, vinhos, vinagre, aguardente etc.); Relação de serviços e mais despesas incluídas nas contas de caixa; Róis de serviços; Serviço de gados...

Os documentos que dizem respeito à gestão agrícola, financeira e contabilística têm, geralmente, a referência à quinta a que pertencem e, frequentemente, a indicação da série e do limite temporal. A correspondência é mais variada porque, no âmbito de cada quinta, existem as cartas recebidas, dirigidas aos sucessivos gestores, e os copiadores de cartas enviadas, dirigidas principalmente ao escritório da Régua mas também ao do Porto; contudo, além desta, é ainda possível encontrar a correspondência «particular» de alguns gestores (nem sempre sendo distinguido o que é oficial do que é particular).

Resumo do estado actual:

N.º de registo das Unidades de instalação: 10038-10205

Datas-limite: 1850-1956

Instrumentos de pesquisa disponíveis no local.

Acesso aos documentos nas instalações dos Symington Family Archives, em Vila Nova de Gaia.

CONCLUSÃO

Ainda que as datas não sejam absolutamente coincidentes, os documentos existentes no AHCF e nos SFA complementam-se e reflectem a forma de gestão da Casa Ferreira com os seus escritórios

no Porto e na Régua e as administrações da quintas (caseiros e feitores) que, assiduamente e periodicamente, prestavam contas aos escritórios. Desta forma, se nos SFA temos o copiadador da cartas produzidas nas quintas e enviadas para o escritório do Porto, por exemplo, no AHCF teremos as cartas recebidas. E o mesmo no sentido inverso: aos copiadores de cartas enviados pela administração do Porto existentes no AHCF correspondem as cartas recebidas nas administrações regionais. Depois, se nos SFA encontramos os documentos da despesa mensal de uma quinta, por exemplo, no AHCF vamos encontrar o respectivo processamento da despesa e a prestação das contas que foi enviada ao escritório da Régua que, por sua vez, o enviou ao do Porto...

Quanto à forma como a documentação está estruturada, há uma grande diferença. No AHCF os documentos de cada quinta encontram-se separados pelos sucessivos proprietários, desde o século XIX ao século XX. Assim, por exemplo, os documentos relativos à Quinta do Vesúvio estão, à data da compra, no arquivo de ABF I passando, com a sua morte, a encontrar-se no arquivo de ABF II, depois de D. Antónia, depois de ABF III, seguindo uma ordem cronológica desde a compra e através da herança, enquanto existir no AHCF arquivo do proprietário da quinta (o que costuma acontecer até aos filhos de D. Antónia, podendo, contudo, haver alguns casos em que se prolonga um pouco mais se o membro da família trabalhar na empresa). Depois, e até ao final do século XX, continua a existir documentação porque a quinta é fornecedora da Companhia Agrícola e Comercial do Vinhos do Porto (*Casa Ferreirinha*).

Já nos SFA existe um único arquivo – o da Quinta do Vesúvio – que, por ser a cabeça da Administração, reúne os documentos relativos às outras quintas mencionadas.

No final, o que verdadeiramente interessa é realçar a existência destes documentos (que, de alguma forma, alguém, ao longo do tempo, se preocupou em manter) tão importantes para o conhecimento em diferentes áreas do saber (História, Geografia, Antropologia, Sociologia, Economia, da Enologia, Ciências Agrárias...) ⁵⁹ e, não menos importante, o facto de estarem acessíveis à consulta para os investigadores interessados porquanto é sabido que, embora muitas outras empresas tenham em seu poder documentação histórica, poucas são as que mantêm um arquivo organizado e disponibilizam um serviço de consulta.

BIBLIOGRAFIA

FAUVRELLE, Natália (2002) — *Quintas do Douro: as arquitecturas do Vinho do Porto*. Porto: GEHVID.

____ (2012) — *As quintas vinhateiras de D. Antónia – um legado para o Douro*. In. FAUVRELLE, Natália; CLUNY, Isabel – D^a Antónia: Uma vida singular / A life of her own. Peso da Régua:

⁵⁹ Os documentos dão informações muito interessantes sobre a vida nas quintas, nomeadamente o tipo e quantidades de produções; os tipos de trabalhos agrícolas; os tratamentos agrícolas usados (combate às pragas); os dados sobre as vindimas (condições meteorológicas, datas em que se desenrolavam, preços dos trabalhos e preços de venda das uvas...); os trabalhadores (de onde eram provenientes, quanto ganhavam, quantos eram...). Em particular, as cartas – até ao aparecimento dos telefones – eram extremamente detalhadas com notícias sobre as quintas e as pessoas (visitas, estado de saúde, encomendas, recados...) mas também dando conta das notícias do país e do exterior que iam chegando ao Douro.

Museu do Douro, p. 43-69 Disponível em <https://www.academia.edu/25546575/As_quintas_vinhateiras_de_D._Ant%C3%B3nia_um_legado_para_o_Douro>. [Consulta realizada em 11.10.2017].

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; GUIMARÃES, Susana (2001) — *Prontuário histórico do vinho do Porto*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia.

MAYSON, Richard (1999) — *Port and the Douro*. London/New York: Faber & Faber.

MONTEIRO, Manuel (1911) — *O Douro*. [S. l.]: Emílio Biel & Cia. - Editores.

PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa (1996) — *Dona Antónia*. [Porto]: A. A. Ferreira/BPI.

LIDDELL, Alex; PRICE, Janet (1992) — *Port Wine Quintas of the Douro*. Lisboa: Quetzal.

SELLERS, Charles (1899) — *Oporto, old and new*. Londres: Herbert E. Harper.

VILA-MAIOR, Visconde de (1876) — *O Douro ilustrado. Album do Rio Douro e paiz vinhateiro, contendo: Introdução historica e descriptiva do paiz vinhateiro, descrição das principaes quintas e dos trabalhos vinicolas usados no Douro, nota sobre o commercio dos vinhos do Porto, serviço e trabalho dos armazens*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, Editores.

NETGRAFIA

<ETIQUETA_EMPRESA_GESTOR/nif/508674077/gestor/Jos%E9%20Carlos%20Pereira%20C%-F4rte%20Real>. [Consulta em 18.07.2014].

<<http://dourovalley.eu/>>. [Consulta em 24.04.2014].

<http://dourovalley.eu/PageGen.aspx?WCM_PaginaId=79223#page=2&order=1&text=&subCats=61,60&idPOI=7194>. [Consulta em 24.04.2014].

<<http://pagfam.geneall.net/937/pessoas.php?id=1012596>>. [Consulta em 11.08.2015].

<<http://www.dourohistorico.pt/turismo/index.php?idioma=pt&action=getDetalhePontoInteresse&id=92>>. [Consulta em 18.07.2014].

<<http://www.einforma.pt/servlet/app/portal/ENTP/prod>>. [Consulta em 18.07.2014].

<http://www.mapav.com/viseu/sao_joao_da_pesqueira/vale_de_figueira>. [Consulta em 24.04.2014].

<<http://www.portugalio.com/sao-joao-da-pesqueira/quinta-de-vargelas>>. [Consulta em 24.04.2014].

<<http://quintadeporrais.com/pt/inicio/#historia>>. [Consulta em 11.10.2017].

<<http://www.quintadovesuvio.com/>>. [Consulta em 10.10.2017].

<<http://www.quintadovesuvio.com/symington-family>>. [Consulta em 11.08.2015].

<<http://www.sogevinus.com/quinta-do-arnozeto/>>. [Consulta em 11.08.2015 e 11.10.2017].

<<http://www.taylor.pt/pt/vinhas-adegas/quinta-de-vargellas>>. [Consulta em 24.04.2014 e 11.10.2017].

PARTE IV

MODALIDADES DE GESTÃO DOS BENS PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

ALTO DOURO VINHATEIRO E ILHA DO PICO, DUAS ZONAS VINÍCOLAS. NOVAS PERSPETIVAS TURÍSTICAS

LÍDIA AGUIAR*

Resumo: Nesta comunicação apresenta-se uma comparação multifocal das duas áreas vinhateiras portuguesas classificadas pela UNESCO como Património Mundial: o Alto Douro Vinhateiro (paisagem cultural, evolutiva e viva desde 2001) e a Ilha do Pico (paisagem cultural desde 2004). Torna-se necessário analisar cada uma destas zonas, como se desenvolveram e como mantêm vivo o seu património de potencial turístico. O Alto Douro Vinhateiro é detentor de uma paisagem magnífica que a disposição da vinha em socalcos lhe confere, sendo ainda o fiel depositário de belíssimas quintas e aldeias vinhateiras, estas últimas detentoras de um património vernacular de extraordinário valor. Estende-se por uma área de 24.600 hectares e o seu solo é basicamente xistoso. A Ilha do Pico, a segunda maior ilha do arquipélago dos Açores, possui um solo basáltico, misturando-se com fragmentos vulcânicos. Foi a vontade do homem que o trabalhou, de forma a proteger a vinha dos ventos e da água do mar, criando «currais», e consequentemente os rola-pipas para transporte do vinho até aos portinhos. Estende-se por uma área de 987 hectares, tendo como referência particular dois sítios emblemáticos, o Lajido da Criação Velha e o Lajido de Santa Luzia. Estes apresentam uma arquitetura muito própria ligada à cultura da vinha, uma paisagem de rara singularidade e são ainda enriquecidos por uma variedade faunística de valor incalculável. Sabendo-se que atualmente os destinos turísticos devem estar atentos às mais recentes demandas turísticas, procura-se neste trabalho evidenciar particularmente o património vernacular e

* Doutorada em Turismo. CITCEM – Memória, Património e Construção de Identidades, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica/Campo Alegre/Porto. IS CET – Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo, Rua de Cedofeita, 285 4050 180, Porto.

imaterial, suscetível de potenciar turisticamente as duas zonas vinícolas, desenvolvendo produtos mais apetecíveis e adaptados ao «novo turista»: aquele que procura a experiência, que gosta de se mover autonomamente e em contacto permanente com a natureza e a ruralidade.

Palavras-chave: Alto Douro Vinhateiro; Ilha do Pico; Património Mundial; Turismo Cultural; Turismo de Natureza e Rural.

Abstract: In this article, we present a multifocal comparison of the wine-growing areas of Alto Douro Vinhateiro (since 2001) and Ilha do Pico, Azores (since 2014), both World Heritage Sites, at Portugal. For that it is necessary to analyze each of these areas, how they have developed and how they keep their assets alive. The Alto Douro Vinhateiro is the owner of a magnificent landscape that the vineyard's terraces provides and it is also the faithful custodian of magnificent vineyards and wine-producing villages, the latter possessing a vernacular heritage of extraordinary value. It extends over an area of 24,600 hectares and its soil is mostly schist. The island of Pico, the second largest island of the Azores archipelago has a basaltic soil, mixed with volcanic fragments. It was the will of the man who worked it, so as to protect the vine from the winds and sea water. It extends over an area of 987 hectares, has as its particular reference two emblematic sites, Lajido da Creação Velha and Lajido de Santa Luzia. These have a very unique architecture linked to the vineyard culture, a landscape of rare singularity and are still enriched by a wealth of faunistic value. Knowing that today the tourist destinations must be attentive to the most recent tourist demands, we seek in this work, to particularly enhance the vernacular and immaterial heritage, promoting turistically these two wine areas. Developing tourist products more adapted to the «new tourist»: that who seeks the experience, that likes to move autonomously and in permanent contact with nature and rurality.

Keywords: Alto Douro Vinhateiro; Pico Island; World Heritage; Patrimony; Cultural tourism; Nature and Rural Tourism.

INTRODUÇÃO

A presente comunicação aborda duas áreas vinhateiras portuguesas, Património da Humanidade, onde se pretende verificar o seu respetivo potencial turístico e de que forma poderemos contribuir para alargar os fluxos turísticos em cada uma das regiões. Em simultâneo, averigua-se a sua comparabilidade e diferenciação. Estes fatores tornam-se importantes para a escolha do produto turístico a oferecer, dado que o turista atualmente é cada vez mais exigente, particularmente quando escolhe áreas rurais. Segundo estudos efetuados ele procura fugir ao *stress* diário, mas necessita de se manter ocupado e de instruir-se, ou seja, estamos nesta era, perante turistas cada vez mais exigentes. É nesse sentido que procuramos produtos turísticos eficazes, sempre sustentados em conteúdos científicos, que traduzam a autenticidade dos sítios, satisfazendo vários segmentos de turistas, atingindo uma excelente imagem do destino.

TURISMO E AUTENTICIDADE

As áreas rurais têm vindo a sofrer grandes alterações nas últimas décadas. A agricultura deixou de ser a sua função principal, assistindo-se agora a uma renovação destas zonas pelos seus fatores naturais e culturais e com grande incidência nas suas populações, únicas guardiãs de saberes ancestrais do mundo rural. O turismo e a cultura devem associar-se para viabilizar um vasto leque de produtos culturais, tendo sempre como produto estratégico aquele que é endógeno. Num mundo cada vez mais globalizado, o turista cultural encontra-se bem informado, pelo que procura algo que se diferencie e essa diversidade é marcada pelo que é genuíno nos costumes, usos e tradições. Por norma o turista procura um destino rural, para uma fuga à sua vida stressante da cidade, pelo que a natureza e a beleza paisagística também lhe é importante, mas a experiência e o contacto com novas realidades é atualmente o bem turístico mais procurado.

Neste contexto, o contacto com a natureza e a especificidade de cada vila ou aldeia, a sua arquitetura vernacular, as experiências e contactos com a comunidade podem fazer a diferença para a imagem que um qualquer turista guarda do local visitado¹.

O turismo no Alto Douro Vinhateiro

Um excelente desenvolvimento turístico depende das entidades públicas, dos privados e dos Centros de Investigação, onde se procura fundamentar cientificamente o conhecimento, pelo que se iniciou o estudo verificando os objetivos do Plano de Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal – Horizonte 2015 – 2020, para o Douro. Verificou-se que este aponta como elementos centrais os cruzeiros e passeios no Douro, as caves e as Quintas no Douro, que permitem a experiência enoturísticas. Estes produtos servem um segmento de mercado como um nível socio-económico elevado.

Como produtos complementares, este plano aponta o *touring* cultural e paisagístico e o turismo de natureza, entre outros.

Concentraremos a comunicação no *Touring* Cultural e Paisagístico. A tipologia de itinerários pode ser diversa, devendo assentar na fiabilidade histórica, possibilitando ao turista desfrutar das paisagens vinhateiras, compreende-las, nos diferentes períodos históricos, incluindo a cultura da vinha, da oliveira e da amendoeira. Os itinerários culturais são imprescindíveis à compreensão da importância das quintas, bem como das aldeias mais genuínas, vivenciando-as na procura da sua identidade histórico-cultural². Referindo o Doutor Luís Mota Figueira, um itinerário ou rota deve incorporar um «agregado de recursos ou eventos que, no seu conjunto, formem uma solução que permita a experiência vivida ou a viver, pelo turista consumidor e que se pretende que seja única, credível, surpreendente, inesquecível e, por isso, de grande valor para quem a vive e está disposto a pagar»³.

¹ DIAS, 2009.

² FERREIRA *et al.*, 2012.

³ FIGUEIRA, 2013.

Toda a paisagem do ADV é fruto de uma obra multiseccular trabalhada pela mão do Homem⁴. Não é difícil compreender a facilidade de cruzar o itinerário natural com o cultural, já que os primeiros vestígios de vinha aqui plantada remontam ao tempo da romanização. Na Idade Média o Vinho do Porto, teve novo incremento através das Ordens Monásticas, em particular da Ordem de Cister.

A evolução constante da sua paisagem confere a beleza. Propomos várias tipologias de itinerários, a pé, a cavalo, de bicicleta ou de carro. Um dos guias mais apreciados pelos novos turistas são os *self guide tour*, onde através de uma aplicação descarregada no seu *smartphone*, poderão seguir o seu caminho, plenos de informação sem nunca se perderem.

Num itinerário de natureza a nossa proposta é a redescoberta das diversas tipologias de armação do terreno (antigos geios, socialcos, patamares, vinha ao alto, etc.). Cada turista tem o seu modo de interpretar a paisagem. Tudo depende dos sentidos, desde o olfato, o sonoro e mesmo o táctil, que se inserem dentro de um contexto cultural, fazendo o apelo à memória individual. Deste modo, cada indivíduo olha a paisagem à sua própria maneira, dependendo das suas vivências anteriores e dos seus interesses em particular⁵.

Saliente-se que o ADV é uma sociedade de montanha, pelo que guarda uma cultura muito própria e as suas encostas encerram o testemunho e o modo de viver de diversas gerações ligadas à produção do vinho, do azeite e outros produtos agrícolas.

Para se compreender a organização da sociedade, da economia e mesmo da cultura desta região, torna-se necessário aprofundar o papel que as Quintas sempre assumiram.

Estas constituíram-se como uma unidade de povoamento, de exploração agrícola, de poder sobre o território, sem deixar de assumir uma ação social. Elas, são, pois, um legado único de património material e imaterial⁶.

Nas Quintas existiam edifícios destinados a artes que entraram em desuso, designadamente cavaliças, pocilgas, ou casas de trabalhadores que aí habitavam. Vem caindo no esquecimento o saber fazer, associado a trabalhos específicos, como tanoeiros e pedreiros. Outras estruturas sofreram grandes alterações, como os fornos de telha e os lagares de pedra, atualmente abandonados⁷.

O trabalhador à jorna e assalariados viviam em casais, explorando pequenas vinhas dispersas. Organizados em pequenos povoados, salpicam a paisagem com pequenas estruturas arquitetónicas, acedendo-se por carreiros murados, possuem abrigos, e pequenos armazéns onde fabricavam vinho ou azeite. Estas estruturas, constituem um património vernacular⁸ inigualável⁹.

Existe já o programa das Aldeias Vinhateiras (Barcos, Favaios, Provesende, Salzedas, Ucanha e Trevões) que muito embora estejam longe de atingir todos os seus objetivos, já reconstruíram grande

⁴ AGUIAR, 2002.

⁵ SOARES *et al.*, 2013.

⁶ PEREIRA, 2014.

⁷ FAUVRELLE, 2014.

⁸ Património Vernacular é aquele que expressa a cultura de uma comunidade e o seu domínio sobre o território, na forma como utiliza os meios ao seu dispor, construindo as suas casas, calcetando caminhos, criando o seu próprio meio. Esta tipologia de construções demonstra como o homem se adaptou ao local onde vive.

⁹ PEREIRA, 2014.

parte das habitações. No entanto, muitas mais aldeias surgem na paisagem do Alto Douro Vinhateiro¹⁰. Perante esta realidade, os itinerários culturais podem ser um veículo de alavancagem turística, pela sua capacidade estruturadora dos destinos e, porque através destes, os turistas alcançam na sua visita uma área bem mais alargada da região.

Em estudo empírico realizado em duas das Aldeias Vinhateiras (Barcos e Favaios) contactou-se que a intervenção material ao nível de requalificação de espaços públicos e arranjo de fachadas de casas particulares foi bem-sucedida, enquanto no que se relaciona com a imaterial os programas de formação junto das populações não obtiveram o sucesso desejado.

Barcos

Quem entra nesta aldeia encanta-se pelas suas ruas, estreitas e sinuosas, com casas montadas num puzzle onde impera o granito numa harmoniosa combinação com a alvenaria bem alva. Inserida no concelho de Tabuaço, mantém ainda algumas heranças medievais. O povoado circunda a Igreja Matriz datada do século XII.

Embora apresente alguns solares, são as casas de arquitetura vernacular que mais se impõem aos olhos do visitante. Com uma população ávida em contar as suas vivências, torna-se o espaço idílico para o turismo rural. Além de alojamento e restauração, terão de ser criadas atividades ligadas à vida da aldeia, em que o turista possa participar e aprender algo diferenciador. É necessário oferecer experiências criativas e apelativas dirigidas a vários segmentos de mercado turístico, tendo sempre na base os recursos endógenos do local.

Pela sua posição geográfica a aldeia é propícia à criação de trilhos pedestres, através dos socacos do Douro, proporcionando o contacto com a natureza e em simultâneo magníficas paisagens.

Tradições a vivenciar:

- O Carnaval é vivido intensamente permitindo imagens turísticas únicas.
- Na Semana Santa ganha outra dimensão com a presença de figuras vivas na aldeia.
- Em outubro, festeja-se as vindimas.
- Utilização da antiga via-sacra entre Barcos e Santa Leocádia que termina junto à capela de Santa Bárbara, ideal para um trilho pedestre, deveria ser aproveitado como evento anual no último domingo de Maio, quando a população aí faz uma peregrinação.
- Esta aldeia, é ainda rica no artesanato em linho, lã e algodão. Seria importante criar em conjunto com as artesãs oficinas onde o turista participe nestas artes.

Perante uma oferta tão rica ao longo de todo o ano, Barcos perfila-se com grandes potencialidades, para o desenvolvimento do turismo rural, do turismo de natureza e do turismo cultural/criativo.

Favaios

Situa-se no concelho de Alijó, conservando ainda o seu legado arquitetónico original. Quem entra na aldeia impressiona-se face ao património construído.

¹⁰ BARROS, 2005.

Esta aldeia localiza-se na Serra do Vilarelho oferece belas paisagens sobre o Douro e seus vinhedos, através de trilhos pedestres, a cavalo ou de bicicleta.

Sendo o pão e o vinho muito tradicionais em Favaios, aqui se criou o *Museu do Pão e do Vinho* com a finalidade de preservar os artefactos e as tradições, perpetuando a memória coletiva deste povo.

De referir que a Enoteca de Favaios está instalada num armazém da Quinta da Avesada. Esta Enoteca propõe através de memórias fotográficas e representações etnográficas vivenciar as diferentes épocas da região do Douro. No final o visitante terá uma ideia de como se tratou a uva desde a cepa até se tornar vinho para degustar. De igual forma, quem por aqui passa, adquire a noção evolutiva das técnicas usadas ao longo dos séculos.

Favaios apesar das suas inúmeras potencialidades, debate-se com uma população envelhecida, com poucos postos de trabalho e com um elevado êxodo rural, o que não facilita o contacto espontâneo com o turista/visitante. A Junta de Freguesia reconhece que os investimentos feitos não trouxeram benefícios aos habitantes da aldeia. Torna-se necessário a intervenção de atores locais e de novos investimentos para criar alojamento local e restauração (Favaios é conhecida pela sua gastronomia).

Propostas de dinamização:

- Dinamizar os saberes tradicionais e as tradições populares adaptando-as ao segmento turístico, de uma forma atrativa e participativa a todos;
- Imprescindível a participação da população local de todas as faixas etárias;
- Colaboração dos Centros de Investigação na recuperação de saberes ancestrais;
- Dotar as populações com competências mínimas na área do turismo, particularmente as relacionadas com as artes artesanais.

O Turismo na Ilha do Pico

A Ilha do Pico encontra-se dividida em 3 concelhos: Lages do Pico, S. Roque do Pico e Madalena. A zona considerada pela UNESCO como Paisagem Cultural ocupa 987 hectares, tendo como sítios emblemáticos o Lajido da Criação Velha e o Lajido de Santa Luzia¹¹.

Do levantamento turístico efetuado, constatou-se que em comparação com o Alto Douro Vinhateiro, possui uma belíssima paisagem, um património vernacular de enorme valor, fauna e flora riquíssimas, pelo que o *Touring Cultural* e Paisagístico apresenta potencialidades. O único constrangimento aos fluxos turísticos são as acessibilidades à Ilha. Não existem voos diretos, sendo possível aceder por via marítima partindo do Faial ou de S. Jorge. Se o turista optar pelo Faial não deve esquecer a obra de Vitorino Nemésio *Mau tempo no Canal* que se refere a esta mesma travessia. A partir de S. Jorge, a uma distância de 15 km, o mar parece ser mais calmo.

Aqui se denota uma clara diferença em relação ao ADV que se encontra ligado a partir da cidade do Porto diariamente por cruzeiros, caminho-de-ferro, autocarros e uma rede viária de excelente qualidade.

¹¹ GOVERNO DOS AÇORES/UNESCO, 2014.

Malgrado as dificuldades, o turismo tem crescido, segundo os dados do Turismo dos Açores, na Ilha do Pico¹².

Tal como no ADV, as características de plantio da vinha são únicas e um itinerário bem explicativo para o turista impõe-se. A forma como o homem criou a sua relação com este território e o transformou com os seus braços encontra-se ainda hoje patente na freguesia do Lajido da Criação Velha.

Com efeito, as vinhas da Ilha do Pico oferecem uma paisagem/património, pois, tal como no ADV, conciliam aspetos culturais e naturais. Pode-se, pois, afirmar que esta paisagem é fruto do enlace da natureza, onde é possível vivenciar a biodiversidade com a cultura, marcas do homem na arquitetura e na forma de plantio da vinha (curral, canada, jirão). Estas paisagens de elevado valor científico e histórico são também culturais¹³.

O vinho do Pico, no século XVIII, alcançou grande fama pela sua qualidade. A sua exportação era feita pelo Faial, dado a ilha não possuir um grande porto. O vinho era então carregado em pequenos botes que ancoravam nos portinhos. As barricas acediam aos barcos, através dos «rola-pipas», ainda hoje visíveis. Das adegas até aos rola-pipas estas eram carregadas em carros de bois que deixaram as suas marcas no terreno basáltico: as «rilheiras». Todo este saber, pode constituir um itinerário cultural em contacto com a natureza.

Ainda nesta freguesia não se pode deixar de apreciar as adegas, os alambiques e os solares, bem como as habitações de pedra negra.

Outra das artes do homem consiste em obter água doce; construíram-se habilmente os «poços de maré», perfurações na vertical até atingir água potável¹⁴.

No Lajido de Santa Luzia, no Centro Interpretativo da Paisagem Cultural da Vinha do Pico pode fazer-se provas de vinho e obter informações sobre a cultura da vinha.

Esta freguesia, pela sua paisagem única, merece também um itinerário turístico cultural e de natureza aos «lajidos», campos de lava que se apresentam talhados por sulcos, fruto do trabalho secular dos homens. No relevo crescem várias espécies de flora endógena. Pode-se ainda vivenciar a visita a um alambique em funcionamento que fabrica aguardente de vinho e figo¹⁵.

Por último, é de referir que o Lajido de Santa Luzia mantém ainda as casas de pedra negra. Como todos os itinerários exigem uma pausa, recomenda-se ao turista a gastronomia local fazendo uma breve paragem para prova de vinho Verdelho com queijo do Pico, uma experiência de património imaterial.

Segundo Garcia, o facto da zona considerada pela UNESCO como Paisagem Cultural, se limitar a 987 hectares, fica a dever-se ao facto da forte emigração que a ilha sofreu. Muitas habitações abandonadas, transformadas em casas de veraneio, não respeitaram a tipicidade do sítio. De igual forma os métodos e tradições de trabalhar a vinha se foram perdendo de geração em geração, pelo que as duas freguesias referidas são as de maior autenticidade, no momento atual.

¹² AÇORES, 2016.

¹³ SOARES *et al.*, 2013.

¹⁴ GARCIA, 2013.

¹⁵ GARCIA, 2013.

CONCLUSÃO

Constatou-se que as duas zonas vinhateiras portuguesas Património da Humanidade, possuem grandes potencialidades para um turismo autêntico, criativo e que vá ao encontro da satisfação das necessidades dos turistas atuais.

Quer o ADV, quer a Ilha do Pico, possuem em comum paisagem magníficas que são merecedoras de percursos culturais bem estruturados.

Facilmente se encontram diferenças. Desde logo nas acessibilidades, onde o ADV tem franca vantagem pela sua intrínseca ligação à cidade do Porto. Já o Pico depende de ligações aéreas a partir de outras ilhas, ou por barco.

A ilha do Pico, sendo uma zona muito mais reduzida, consegue manter o seu património bem conservado e a taxa de turismo tem aumentado anualmente. No ADV, a faixa turística que vem crescendo desde 2015 refere-se aos produtos já consolidados, nos produtos complementares que poderiam trazer maior riqueza às populações locais o crescimento é praticamente nulo. Assim o turismo deverá assentar em programas que conjuguem o património, a natureza, os itinerários, eventos culturais e as vivências locais, em harmonia com as populações e saberes ancestrais.

O turismo, não depende apenas de excelentes hotéis ou meios de transporte. O importante é acrescentar ao local a vivência da sua especificidade com uma inteligência criativa, projetando as formas de vida tradicionais de forma a que o turista as guarde na memória e transmita a sua experiência.

BIBLIOGRAFIA

- AÇORES, G. R. (2016) — *Plano Estratégico de Marketing do Turismo dos Açores*. Horta: Açores Horizonte, 2015-2020.
- AGUIAR, Fernando Bianchi de (2002) — *O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural, evolutiva e viva*. «Douro: Estudos e Documentos», vol. 7, nº13. [S.l.]: Instituto do Vinho do Porto – Universidade do Porto – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, p.143-152.
- ALÇADA, Margarida; LISITZIN, Katri e; MANZ, Kerstin (2013) — *Turismo e Património Mundial: seleção de abordagens e experiências de gestão em sítios do Património Mundial de origem e influência Portuguesa*. Lisboa: Turismo de Portugal – UNESCO World Heritage Centre.
- ALMEIDA, Fernanda (2010) — *Intervenções nas áreas de Mancha Património Mundial (Alto Douro Vinhateiro) e/ou REN*. «Boletim Informativo da Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense», nº 14-10. Peso da Régua: [s.n.].
- BARROS, Márcia Santos (2005) — *Provesende: Identidade de uma aldeia vinhateira*. «Douro: Estudos e Documentos», vol. 10, nº19. [S.l.]: Instituto do Vinho do Porto – Universidade do Porto – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, p. 87-107.
- CCDRN (2004) — *PDTV – Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – Direção Regional de Economia do Norte – Agência Portuguesa para o Investimento.
- CHOAY, Françoise — *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

- DIAS, Francisco (2009) — *O espaço no imaginário turístico* cit in *O Futuro do Turismo: Território, Património, Planeamento*. Porto: Estratégias Criativas, p. 17-31.
- FAUVRELLE, Natália (2014) — *As quintas vinhateiras na construção do património paisagístico do Douro*. In *Atas das 2as Conferências do Museu de Lamego/CITCEM*. Lamego: Museu de Lamego – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, p. 35-52.
- FERREIRA, Luís; AGUIAR, Lídia e; PINTO, Jorge Ricardo (2012) — *Turismo Cultural, Itinerários Turísticos e Impactos nos Destinos*. «Cultur», ano 6, nº 2. São Paulo: Universidade Estadual de Santa Cruz, p. 109-126.
- FIGUEIRA, Luís Mota (2013) — *Manual para a elaboração de roteiros de turismo cultural*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.
- GARCIA, Susana Catarina S. (2013) — *Os Alambiques da Ilha do Pico, Açores: Sistemas Técnicos, Património e Museologia*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Dissertação de mestrado.
- GOVERNO DOS AÇORES/UNESCO (2014) — *Paisagem da cultura da vinha da Ilha do Pico*. [S.l.]: Governo dos Açores – UNESCO – Paisagem da Cultura da Vinha do Pico.
- MADUREIRA, Lúvia (2005) — *Continuidade e Mudança na Paisagem do Alto Douro Vinhateiro : percepção, atitudes e preferências de visitantes e turistas*. «Douro: Estudos e Documentos», vol. 10, nº19. [S.l.]: Instituto do Vinho do Porto – Universidade do Porto – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, p. 43-54.
- MONTEIRO, Vítor Jorge B. (2014) — *Proposta Metodológica para a Monitorização da Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva do Alto Douro Vinhateiro*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- PAULINO, Ricardo Filipe (2011) — *A linha do Tua: história, construção e levantamentos*. Guimarães: Universidade do Minho. Dissertação de mestrado.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2014) — *Quintas do Douro: História, Património e Desenvolvimento*. In *Atas das 2as Conferências do Museu de Lamego/CITCEM*. Lamego: Museu de Lamego – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, p. 9-17.
- SOARES, Laura; PACHECO, Elsa; LUCAS, João (2013) — «Geo» diversidade, cultura e património: uma leitura integrada da paisagem. «Revista CEM: Cultura, Espaço & Memória», nº 4. Porto: CITCEM (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)/Edições Afrontamento, p. 157-175.
- VELOSO, Nuno Filipe S. (2013) — *Arquitetura do Vinho: a adega e a paisagem vitivinícola do Alto Douro Vinhateiro*. Guimarães: Escola de Arquitetura da Universidade do Minho. Dissertação de mestrado.

ALTO DOURO E PICO

PAISAGENS CULTURAIS VINHATEIRAS

PATRIMÓNIO MUNDIAL

EM PERSPECTIVA MULTIFOCAL: EXPERIMENTAÇÃO COMPARADA

COORDENAÇÃO
OTÍLIA LAGE

APRESENTAÇÃO
GASPAR MARTINS PEREIRA

APOIOS:



Comissão Nacional da UNESCO Portugal
Portuguese National Commission for UNESCO



REDE DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DE PORTUGAL

ICOMOS
International Council on Monuments and Sites

CCDRn
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte



COFINANCIADO POR:

